

vulnerabilidade



Sumário de Dados – Pesquisa Domiciliar
Região Metropolitana da Baixada Santista

Coordenação Geral

José Marcos Pinto da Cunha

Organização

Eduardo Marandola Jr.
Ricardo Ojima

Equipe de Pesquisa

Elisabete Dória Bilac
Daniel Joseph Hogan
Roberto Luiz do Carmo
Alberto A. E. Jakob
Tirza Aidar
José Roberto Ruz Perez
Sergio Stoco
Cibele Yahn de Andrade
Andrea Ferraz Young
Simone J. S. Azevedo
Izabella M. Z. de Camargo Neves

Assistentes de Pesquisa

Rignaldo Rodrigues Carvalho
Sofia Allegrete Marques Lima
Yuzo Artur Sakanoue Hatori

Arte e Diagramação

Marina Piazzon Teixeira

Revisão de Textos

Maria Teresa Manfredi

Informática

Raquel de O. S. E. Jakob

Realização

Núcleo de Estudos de População - NEPO
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP



Introdução	04
1. Características do domicílio e seu entorno	11
2. Características sociodemográficas gerais	18
3. Trabalho e rendimentos	29
4. Mobilidade espacial	39
5. Família e comunidade	56
6. Ambiente, riscos e perigos	71
7. Condições e acesso a serviços de saúde	77
8. Situação educacional e o contexto familiar	82

Sumário de dados da Região Metropolitana da Baixada Santista

Antecedentes

No âmbito do projeto **“Dinâmica Intrametropolitana e Vulnerabilidade Sócio-demográfica nas Metrôpoles do Interior Paulista: Campinas e Santos”** – desenvolvido por pesquisadores do Núcleo de Estudos de População (NEPO), com financiamento da FAPESP e CNPq –, foi desenvolvido o presente sumário, que pretende apresentar um retrato atualizado sobre distintas dimensões da realidade sócio-demográfica das famílias residentes na Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS).

A idéia de elaborar esse sumário como produto inicial derivado dos dados primários gerados na pesquisa surgiu, por um lado, do desejo de apresentar, da forma mais breve possível, um diagnóstico das características apresentadas pela região de maneira simples e dinâmica, para uso tanto da sociedade civil, quanto dos planejadores regionais. Para tanto, este foi organizado por grandes temas que, de alguma maneira, revelam as principais preocupações do projeto de pesquisa e de seus pesquisadores. Por outro lado, tendo em vista a complexidade e riqueza do questionário na pesquisa domiciliar realizada, acredita-se que este texto, deliberadamente descritivo, pode fornecer as primeiras pisas do potencial analítico das informações coletadas.

Os dados que constam deste diagnóstico referem-se às informações levantadas, ao longo do segundo semestre de 2007, a partir de uma pesquisa realizada em mil e seiscentos domicílios escolhidos através de uma amostra aleatória, especialmente desenhada para captar a heterogeneidade espacial da região, sobretudo em termos do grau de vulnerabilidade das famílias.

Quanto ao instrumento de coleta, este foi organizado em diferentes módulos, colhendo informações sobre os seguintes aspectos: características dos domicílios e seu entorno, ambiente, riscos e perigos, dados sócio-demográficos gerais, mercado de trabalho para os maiores de 10 anos de idade, mobilidade espacial do responsável do domicílio, família e comunidade, saúde e educação – sendo estes últimos três módulos aplicados à cônjuge ou mulher responsável pelo domicílio. Salienta-se que, em todos estes módulos, o questionário buscou inovar com relação aos quesitos coletados, incluindo informações diferenciadas e pouco comuns em levantamentos desse tipo, tais como características do entorno dos domicílios (incluindo acessibilidade a serviços públicos), percepções sobre riscos e perigos, mobilidade intra-urbana, estratégias familiares e relações de gênero, capital social, participação dos pais nos estudos de crianças, acesso a serviços de saúde etc.

Seguindo a mesma lógica de elaboração do questionário, este sumário foi organizado em seções de forma a apresentar algumas das informações e constatações mais elucidativas do que seria o “primeiro olhar”, por parte da equipe de pesquisadores do projeto, sobre os

dados da pesquisa domiciliar realizada. Na verdade, este produto representa uma versão aperfeiçoada e bastante ampliada dos dados apresentados no Seminário Internacional *“Vulnerabilidade social e dinâmica intra-urbana: dimensões, conseqüências e primeiros resultados da pesquisa domiciliar”* realizado na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) nos dias 27 e 28 de março de 2008. As informações aqui apresentadas estão organizadas de maneira a fornecer uma visão geral sobre várias características relevantes da população, tanto para o conjunto da RMBS, quanto para as chamadas “Zonas de Vulnerabilidade” – estratégia analítica escolhida para enfatizar a diversificação socioespacial existente na área em análise. Dessa forma, espera-se mostrar não apenas como se configura a situação socio-demográfica e de condições de vida da população metropolitana, mas também explicitar a grande heterogeneidade existente no tecido urbano regional.

Breves considerações sobre o processo amostral e as entrevistas domiciliares

Como já salientado, a amostra foi concebida de modo a representar não apenas a RMBS como um todo, mas também estratos homogêneos concebidos de acordo com pressuposições teóricas estruturantes do projeto, qual seja, o conceito de vulnerabilidade¹. Com base em tais pressupostos, foram elaboradas análises estatísticas de maneira a determinar o que se chamou de Zonas de Vulnerabilidade (ZV), cuja metodologia será resumida na seção a seguir, podendo ainda ser conhecida com maior detalhe a partir de texto específico já publicado².

O plano amostral adotado considerou a estratificação da população a partir de ZVs e o sorteio das entrevistas foi realizado em dois estágios, sendo o primeiro deles representado pelos setores censitários correspondentes a cada uma das ZVs e, o segundo, pelos domicílios correspondentes a serem visitados. Estes últimos foram sorteados com base numa lista nominativa realizada a partir de um processo de arrolamento de cada um dos setores censitários selecionados. Em média, foram entrevistados quinze domicílios em cada um dos setores censitários sorteados, totalizando um número superior a quatrocentos questionários para cada ZV determinada.

A amostra, portanto, foi planejada de maneira a fornecer dados com representatividade estatística, tanto em nível regional, quanto em nível das Zonas de Vulnerabilidade.

¹ De uma maneira simplificada a poder-se-ia dizer que o conceito de vulnerabilidade diz respeito à capacidade de uma pessoa ou família para aproveitar-se das oportunidades, disponíveis em distintos âmbitos sócio-econômicos, para melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração.

² Trata-se de: CUNHA, J.M.P.; JAKOB, A.A.E.; HOGAN, D.J.; CARMO, R.L.; A vulnerabilidade social no contexto metropolitano: o caso de Campinas, In: CUNHA, J.M.P. (Org.). **Novas Metrôpoles Paulistas: população, vulnerabilidade e segregação**, 1ª ed. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.

É importante frisar, no entanto, que as entrevistas foram realizadas apenas em domicílios urbanos, o que implica que as informações disponíveis, tanto nesse sumário, quanto no banco de dados gerados pela pesquisa, dizem respeito apenas à *população urbana* da região metropolitana. De qualquer forma, deve-se lembrar que a porção rural da área abrigava, em 2000, apenas 0,41% da população total.

Sobre o processo de entrevistas, o questionário aplicado, composto por sete módulos, foi, em sua imensa maioria, respondido pela cônjuge ou mulher responsável pelo domicílio, uma vez que se considerava que, em função da complexidade e diversidade das perguntas, a mulher certamente teria mais possibilidades de responder adequadamente cada uma delas. O tempo médio de aplicação deste questionário foi de 50 minutos.

Sobre a metodologia de criação das zonas de vulnerabilidade

A definição do que se chama nesse projeto de “Zonas de Vulnerabilidade” parte da concepção teórica de que a situação de vulnerabilidade se relaciona à capacidade que a população tem de responder a certos riscos enfrentados no seu dia-a-dia; riscos estes decorrentes da existência (ou ausência/escassez) de determinados ativos. Estes ativos, por sua vez, podem ser classificados em três categorias: capital físico/financeiro, capital humano e capital social³.

Partindo-se da premissa de que a combinação desses três tipos de capitais poderia implicar a configuração de diferentes formas e intensidades de vulnerabilidade, (especialmente numa situação de pobreza), o procedimento utilizado para a configuração destas “zonas” se deu em duas etapas: a primeira foi a construção, a partir do boletim de amostra do Censo Demográfico de 2000⁴, de indicadores para cada uma das categorias de capitais consideradas; a segunda, consistiu na aplicação de procedimentos estatísticos multivariados para se captar áreas “homogêneas”, com base nas características das unidades espaciais de análise consideradas (Áreas de Ponderação⁵) – isso para cada uma das categorias de capitais acima especificadas.

³ Para maiores detalhes sobre este procedimento ver Cunha et al., 2006.

⁴ É importante frisar que se tem aqui a consciência da possível debilidade de alguns dos indicadores utilizados para captar as dimensões desejadas, contudo, considera-se também que, dentre as possibilidades existentes, bem como dentre as limitações inerentes aos dados censitários, os índices sugeridos parecem ser os que melhor refletem as dimensões que se pretende representar.

⁵ Segundo o IBGE (2002), “define-se **Área de ponderação** como sendo uma unidade geográfica, formada por um agrupamento mutuamente exclusivo de setores censitários, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas com as informações conhecidas para a população como um todo” (p.11). Em outros termos, representa uma área no interior do município para a qual é possível contar com as informações do boletim da amostra do Censo Demográfico que contém uma série muito mais detalhada de informações sobre as características sócio-demográficas

A partir das informações disponíveis foi possível elaborar um conjunto de indicadores com as seguintes características:

Capital físico: os indicadores utilizados para refletir esta dimensão foram propostos de maneira a permitir captar não só deficiências na infra-estrutura domiciliar, mas também elementos geralmente ligados às características comuns nas ocupações mais periféricas, tais como alta densidade domiciliar, habitações precárias, situação da “propriedade” do domicílio etc.

Capital humano: além da precariedade do nível de escolaridade, os indicadores aqui utilizados também buscam resgatar o grau de dependência econômica e de envelhecimento existentes nas áreas de estudo; considerando que tais elementos podem refletir dificuldades para as famílias ou domicílios no processo de reprodução social.

Capital social: aqui os indicadores tratam de resgatar elementos ligados ao acesso a serviços, condições gerais de proteção social (como acesso ao mercado formal de trabalho, por exemplo) e formações domésticas que poderiam colocar em xeque a qualidade de vida da população⁶.

Para cada um destes três conjuntos de indicadores foram realizadas análises fatoriais, a partir das quais foram obtidos cinco fatores: dois para o capital físico, um para o capital humano e dois para o capital social, cujos significados identificados, cargas fatoriais e percentuais da variabilidade explicada⁷ são apresentados no quadro a seguir.

da população. Para maiores detalhes ver: IBGE, Censo Demográfico 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, IBGE, 2002..

⁶ Deve-se salientar que, no caso dos indicadores aqui denominados como relativos à “proteção social”, estes não poderiam ser qualificados como diretamente relacionados ao Capital Social, no entanto, permitem revelar elementos que dizem respeito ao grau de acesso a políticas públicas ou outro tipo de proteção social. De fato, como mostram Saeger, Thompson e Warren (2001), um dos níveis em que se pode configurar o Capital Social diz respeito à relação da comunidade com o estado ou outras instituições, sendo que esta poderia, como se busca apontar com os indicadores utilizados, implicar conquistas que aumentassem a proteção social das famílias ou indivíduos. SAEGERT, S.; THOMPSON, J. P.; WARREN, M. R. (Ed.). Social capital and poor communities. New York: Russell Sage Foundation, 2001.

⁷ As “cargas fatoriais” correspondem à correlação da variável com o fator, ou seja, a partir delas é possível interpretar o significado do fator. Já a variabilidade explicada corresponde ao poder do fator em explicar a variabilidade total dos dados, ou seja, quanto maior este valor, mais segurança se pode ter em substituir todas as variáveis por aquele fator. Por isso em alguns casos teve-se que optar por dois, já que apenas um deles não alcançava uma representação aceitável da variabilidade dos dados. Além disso, algumas variáveis não apareceram nos resultados das análises fatoriais por serem parecidas com outras e não apresentarem ganhos aos modelos.

Quadro 1
Demonstrativo dos resultados das análises fatoriais das três dimensões consideradas
Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000

Capital Físico			Capital Humano		Capital Social		
Variáveis	Fatores		Variáveis	Fator	Variáveis	Fatores	
	1	2		1		1	2
DensMorComodo	0.949	0.198	PessAnalf15+	0.974	ChefeFem10a19	-0.097	0.829
RenChefeFam0a2	0.887	0.396	EscChefeFam0a4	0.965	TamFamilia	0.409	0.764
TipoCasa	0.908	0.193	RazãoDependência	0.877	OutrosAgregados	-0.711	0.067
TipoComodo	0.251	-0.155	% var. explicada	88.31	S/CarteiraAssinada	0.758	0.259
Cond.Propr.Aquis	-0.089	0.130			NãoFreqEscola7a14	0.787	0.210
Cond.Alugado	-0.574	-0.521			FamRendaNãoTrabalho	-0.652	-0.683
AguaNãoCanaliz	0.211	0.895			% var. explicada	38.38	30.92
2+Banheiros	-0.881	-0.062					
S/RedeEsgoto	0.654	0.544					
S/ColetaLixo	0.199	0.906					
% var. explicada	42.01	24.67					
Interpretação sugerida dos fatores	Padrão de ocupação periférico	Deficiência na infraestrutura domiciliar		Carência de capital humano		Desproteção social	Estratégia familiar de proteção social

Uma vez feita a análise fatorial, foram calculados os “escores fatoriais” para as áreas de ponderação inseridas em cada um dos fatores, o que resultou em cinco valores distintos para cada uma das sub-áreas contempladas. Deve-se considerar ainda que, para as análises posteriores, é importante ter em conta a interpretação dada aos fatores identificados, uma vez que será a partir da “leitura” destes novos construtos, resultante de análise fatorial, que se poderá analisar e interpretar os resultados obtidos – particularmente no que se refere aos escores fatoriais assumidos por cada uma das áreas de ponderação.

Uma vez definidos os fatores e os escores fatoriais para cada unidade espacial de análise, as “Zonas de Vulnerabilidade” foram definidas a partir da aplicação de um procedimento de “análise de conglomerados”⁸, procedimento este que permite o agrupamento de unidades com características semelhantes.

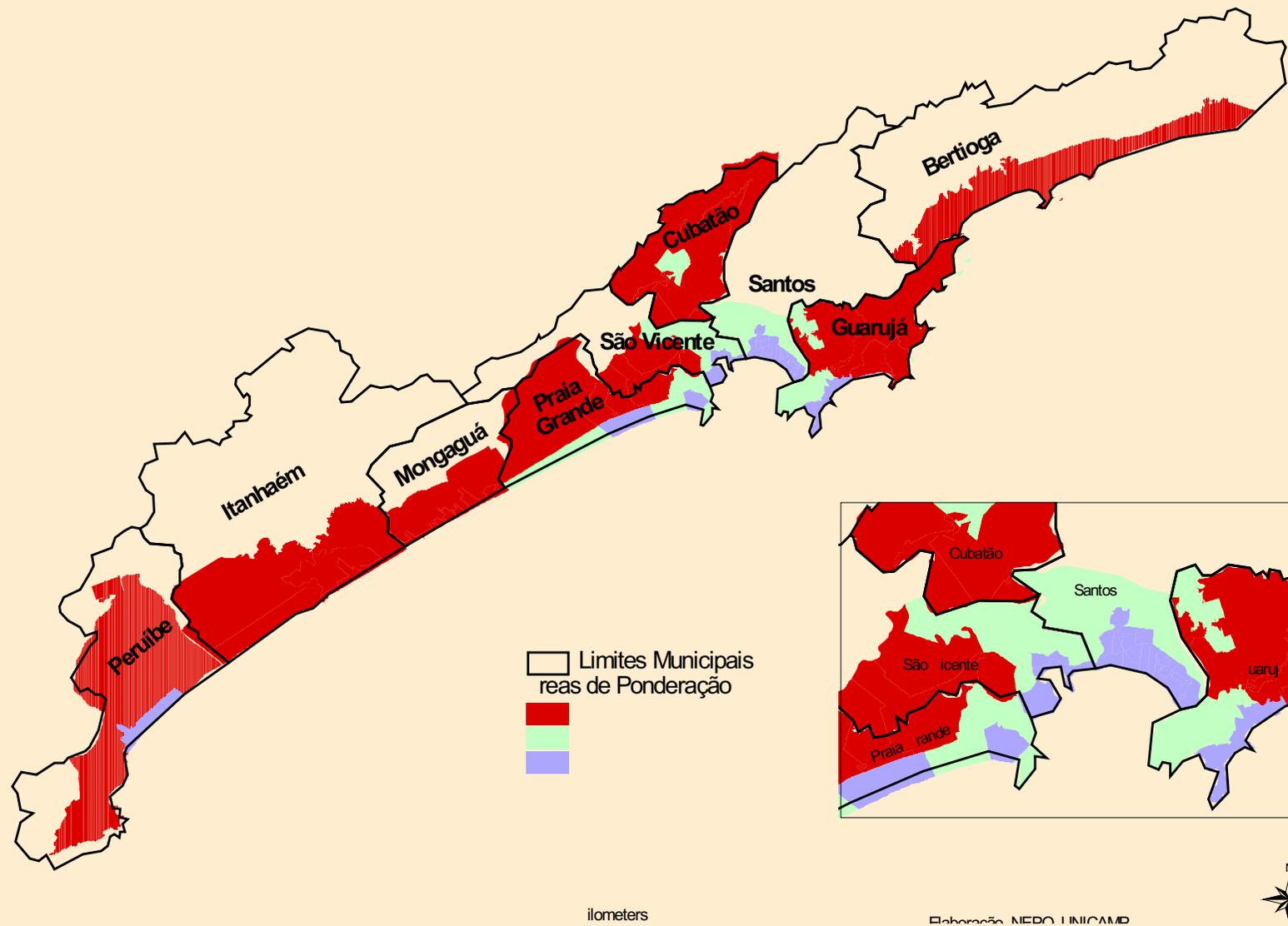
⁸ Este procedimento (*cluster analysis*) agrupa as observações (no caso, as áreas de ponderação) em função dos valores assumidos por cada uma destas unidades nas variáveis consideradas nas análises. De fato, os escores obtidos nos cinco fatores resultantes da análise fatorial tratam de mostrar os agrupamentos mais prováveis, tendo

No caso da RMBS a análise de conglomerados resultou em quatro Zonas de Vulnerabilidade – muito embora, em função do número reduzido de áreas de ponderação pertencentes à zona 2 (apenas três APs), tenha sido necessário agrega-las a outro grupo com características mais próximas. O resultado final pode ser apreciado na figura 1.

No cartograma ficam muito bem diferenciadas as áreas mais distantes do centro metropolitano (no caso, o município de Santos) daquelas intermediárias e, sobretudo, mais próximas à orla marítima – que, como se sabe, é fator importante na valorização da terra na região.

como base a “distância” existente entre estas unidades. Esta distância, em termos matemáticos, seria dada pelo intervalo entre os pontos no espaço de cinco dimensões (já que são cinco escores para cada unidade espacial)

Figura 1
RM da Baixada Santista
Zonas de Vulnerabilidade, segundo Áreas de ponderação, 2000



A tabela abaixo resume os escores fatoriais obtidos para cada uma das Zonas de Vulnerabilidade, sendo que a partir destes valores foi possível distinguir as principais diferenças entre cada uma das áreas.

Tabela 1
Escores fatoriais para cada um dos fatores obtidos
Região Metropolitana da Baixada Santista, 2000

Fator	Zona de Vulnerabilidade		
	1	2	3
Padrão de ocupação periférico	0,83	0,68	0,19
Deficiência na infra-estrutura domiciliar	0,22	0,11	0,15
Carência de capital humano	0,73	0,44	0,12
Desproteção social	0,63	0,30	0,27
Estratégia familiar de proteção social	0,50	0,54	0,19

Obs.: as ZVs estão numeradas com uma lógica de maior vulnerabilidade para menor.

Com base no mapa e tabela acima, pode-se descrever as Zonas de Vulnerabilidade obtidas da seguinte forma:

- **Zona de Vulnerabilidade do tipo 1 (ZV1):** abrange as áreas mais periféricas (tanto social como geograficamente) da região metropolitana, localizadas nas franjas municipais. Menos consolidadas do ponto de vista urbanístico, são caracterizadas pela pior infra-estrutura da região, cujos habitantes apresentam grandes carências em termos de econômicos e educacionais. Também abriga a população com o mais alto grau de desproteção social da região;
- **Zona de Vulnerabilidade do tipo 2 (ZV2):** contempla as áreas localizadas entre a orla e a periferia mais distante, tratando, portanto, de locais mais consolidados do ponto de vista da infra-estrutura, muito embora ainda apresente grandes concentrações de população de baixa renda. Além disso, diferencia-se da ZV1 em função da maior incidência de proteção social entre os seus habitantes;
- **Zonas de Vulnerabilidade do tipo 3 (ZV3):** áreas mais centrais da cidade, predominantemente localizadas nos municípios de Santos e São Vicente e em zonas próximas ou lideiras à orla marítima, com grande incidência de população de alta renda e com maior prevalência os domicílios menores, unipessoais e com pessoas idosas.

Note-se, por último, que as áreas que compõem cada uma das “Zonas de Vulnerabilidade” não apresentam necessariamente uma contigüidade espacial, podendo,

portanto, estar distribuídas em mais de uma direção no espaço metropolitano. Deve-se ressaltar que a intenção principal desta pesquisa é detectar diferenças, não entre municípios, regiões específicas ou mesmo vetores de expansão urbana, mas, sobretudo, entre distintas situações de vulnerabilidade. Assim, as “zonas” constituídas tratam de estratificar a RMBS de maneira a refletir, ainda que de maneira aproximada, a heterogeneidade da população quanto a esta dimensão específica – a qual se reflete e pode se reproduzir nas mais variadas direções.

Os dados apresentados neste Sumário

A primeira seção deste Sumário apresenta dados sobre as **Características do domicílio e seu entorno**, uma vez que o local de residência e seus arredores são importantes para identificar situações cotidianas de exposição a riscos – principalmente riscos ambientais, que podem incidir sobre as condições de vida da população, afetando-a de maneira objetiva ou subjetiva.

As características dos domicílios e do entorno domiciliar revelam, por um lado, a inserção de seus residentes em termos da estrutura social, evidenciando os espaços que são ocupados por grupos com características específicas dentro da cidade. Por outro lado, permitem identificar fatores intervenientes sobre aspectos da realidade social, que incidem, por exemplo, sobre a mortalidade e a morbidade.

No que diz respeito ao entorno destaca-se que, a situação ambiental na qual está inserido o domicílio, pode ter reflexos relevantes em termos de exposição da população a riscos. Por exemplo, um domicílio que possua características satisfatórias de habitabilidade, mas que esteja em um local exposto a determinado risco ambiental, terá moradores mais vulneráveis, sobretudo se os compararmos a outra parcela populacional que, mesmo residindo em domicílios com condições não muito boas, estejam em um local onde o entorno não oferece riscos eminentes.

Pensando-se nos demais aspectos de análise, pode-se ressaltar que um avanço dessa pesquisa diz respeito ao questionamento realizado sobre periodicidade de atendimento dos serviços básicos. Assim, não é mais suficiente saber se determinado domicílio está ligado à rede geral de abastecimento de água, tendo em vista que este serviço está tendendo à universalização, principalmente nos municípios com maior dinâmica econômica. O que ocorre é que nem sempre estar ligado à rede geral significa ter acesso à água tratada durante todo o tempo. Como mostram os dados desse sumário, a água está disponível de maneira intermitente para consideráveis parcelas da população, configurando-se como um fator que pode ser decisivo para a definição da vulnerabilidade social. Da mesma forma, as informações sobre a regularização e a documentação dos imóveis permitem identificar se existe uma garantia sobre a situação de residência, ou se os residentes estão sujeitos a remoção por medidas judiciais. Certamente este é outro aspecto significativo em termos da vulnerabilidade das famílias.

Na seção **Características sociodemográficas gerais** apresentam-se as principais características da população no que se refere a sexo, idade, cor, religião etc. de maneira que se possa conhecer melhor a composição dos residentes na Região Metropolitana da Baixada Santista. Como se sabe, tais atributos não podem ser tomados meramente como cifras estatísticas, já que refletem formas de comportamentos demográficos e sociais de uma população que se estrutura e/ou modifica seu perfil em função de transformações nos níveis e padrões de fecundidade e mortalidade, no auto-reconhecimento de suas situação étnico/racial, nas práticas religiosas etc. Também, estes são parâmetros essenciais para a aferição da demanda por serviços e políticas públicas específicas. Assim, para além dos números, observar tais características para o total da população metropolitana e, sobretudo, mostrar diferenças espaciais, é também uma forma de visualizar especificidades de comportamentos, além de identificar necessidades prementes e ou futuras.

A seção **Trabalho e rendimentos** busca apreender algumas dimensões do mercado de trabalho da RMBS, assim como avaliar as possibilidades de obtenção de renda das famílias – seja através do trabalho, seja através de programas sociais ou de outras fontes.

Por considerar que o mercado de trabalho brasileiro é altamente heterogêneo, pouco estruturado, marcado por alta disponibilidade de força de trabalho, níveis insatisfatórios de proteção social – e, por tudo isso, com fronteiras pouco nítidas e muito flexíveis entre o trabalho e o não-trabalho, entre o desemprego e a inatividade –, o projeto decidiu adotar, para este módulo, a metodologia da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) desenvolvida pela Fundação SEADE em parceria com o DIEESE. Deste modo, as questões constantes do questionário foram inspiradas, quase que totalmente, nas questões aplicadas pela PED. Com isto, espera-se construir um diagnóstico mais objetivo dos mercados regionais, através da identificação e reclassificação das situações limites ou superpostas – o que permitirá o delineamento mais claro da população economicamente ativa (PEA) ocupada e das situações de desemprego (aberto, oculto) e da inatividade (inativos *tout court* e inativos com trabalho precário).

A seção **Mobilidade espacial** busca apresentar um conjunto de informações que permitem conhecer algumas das principais características do processo migratório que responde pelo crescimento metropolitano, como também elementos inéditos sobre a mobilidade intra-urbana que se desenvolve no interior da região – fenômeno importante para melhor se compreender sua expansão territorial. Assim não apenas são apresentados aspectos sobre a chegada dos migrantes na área, mas também a forma como estes se deslocam no interior da mesma. Nesse sentido, também são apresentadas informações sobre um fenômeno típico das grandes aglomerações urbanas, a mobilidade pendular⁹, que ajuda a entender melhor as relações funcionais entre os municípios metropolitanos. Por último, dados inovadores levantados na pesquisa domiciliar permitem que sejam exploradas algumas indicações do papel das redes sociais no processo migratório regional.

⁹ Aqui definida como os deslocamentos cotidianos ou regulares das pessoas por motivos de trabalho ou estudo.

A seção **Família e comunidade** objetiva um conhecimento mais aprofundados das relações familiares além daquele usualmente permitido pelas pesquisas domiciliares. Dada a grande polissemia associada ao vocábulo família, mesmo no âmbito das Ciências Sociais, convém precisar o significado que lhe é emprestado neste Sumário. Entende-se aqui por “família” o grupo de residência constituído por pessoas vinculadas por relações de parentesco consanguíneo e/ou de aliança, que são também relações de gênero e de gerações. Estas relações podem estar reduzidas à sua expressão mínima – um casal sem filhos, uma mãe (ou pai) e seu filho, dois irmãos, uma avó e seu neto –, ou pode atingir formas altamente complexas, que podem chegar a envolver mais de uma “família elementar” (composta por pelo menos um dos genitores e prole)¹⁰.

Assim, para esta seção, captou-se informações referentes a dimensões da vida familiar, consideradas importantes pela perspectiva teórica adotada (AVEO). De um modo amplo, a idéia é tentar perceber como determinadas características familiares favorecem ou dificultam a participação de seus membros (no caso, o responsável pelo domicílio e cônjuge, quando houver) em atividades comunitárias e em redes sociais mais amplas. Neste sentido, considera-se aqui a compreensão das relações de gênero intrafamiliares como elemento fundamental na explicação dos limites e possibilidades desta participação. Ainda, no que se refere ao tema da participação dos membros familiares em atividades comunitárias ou redes sociais, um primeiro bloco de questões busca verificar a disponibilidade de cada um dos membros do casal da família principal, ou do responsável pelo domicílio, para a participação comunitária. Outro conjunto de questões tem por objetivo verificar a inserção familiar em redes sociais mais amplas, redes estas que permitam à população a obtenção de informações ou ajuda em situações de emergência. Um terceiro bloco busca captar informações sobre as relações de gênero intrafamiliares. Finalmente, a seção busca ainda esclarecer a formação de configurações familiares complexas, como podem ser as chamadas “famílias conviventes”. Acredita-se que estes elementos, assaz inovadores, associados às informações sobre família, fornecerão um retrato bastante compreensivo da vida familiar na região investigada.

A problemática ambiental e a dimensão dos perigos foi o foco da seção **Ambiente, Riscos e Perigos**. Tomamos o foco da percepção do meio ambiente por entendê-la como fundamental para que tenhamos uma perspectiva mais abrangente dos problemas ambientais. Ela permite identificar fatores e processos que interferem na forma como as pessoas lidam com os perigos ambientais ou com a própria poluição. Ações práticas muitas vezes podem produzir grandes resultados, embora o principal motivo de identificar algumas disposições e ações positivas das pessoas seja para apontar para uma mudança de atitude com relação

¹⁰ A dimensão da residência também constitui elemento importante na análise da família, uma vez que reflete a dinâmica de inclusão/exclusão que permeia as relações familiares. Certamente, as relações de parentesco não se restringem àquelas vividas no interior da residência e uma análise mais fina da instituição familiar implicaria no estudo das relações entre residências, algo ainda de difícil operacionalização. É importante, portanto, diferenciar “família” de “grupo doméstico”, um conceito mais amplo, que dá conta tanto daqueles arranjos de residência de base familiar quanto daqueles de base não-familiar.

à preservação ambiental. Por outro lado, avaliar a percepção é fundamental para compreendermos de maneira mais aproximada como é viver em determinadas situações de perigo ou para avaliar o alcance de políticas públicas e projetos de gestão de fundo ambiental ou educacional. Saber o que se pensa sobre ambiente, mesmo que haja uma distância entre o que se pensa e o que se faz, é importante para acompanhar o gradativo processo de tomada de consciência ambiental por parte da população.

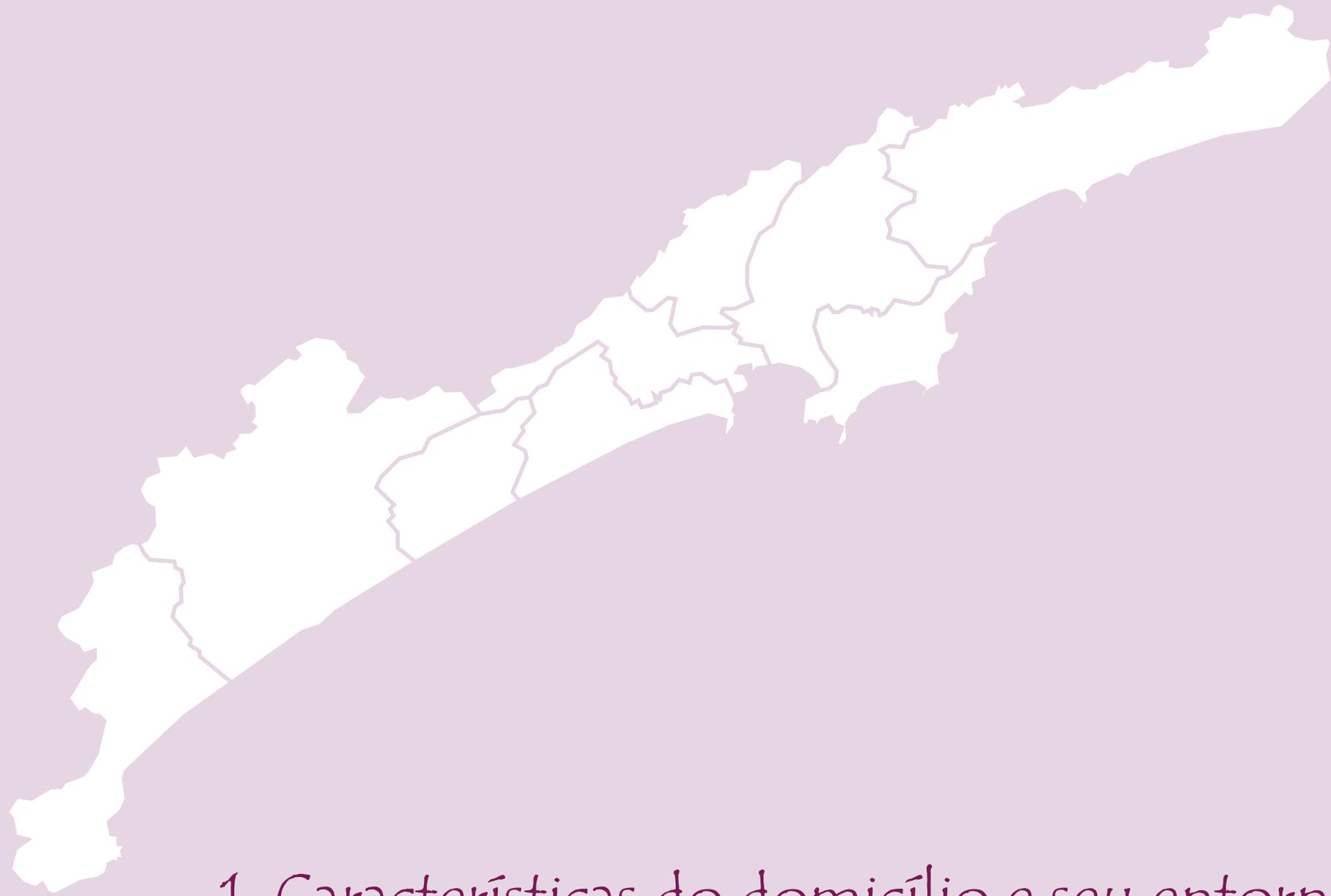
Os perigos são os eventos que causam dano, possuindo tanto aspectos econômicos, demográficos, ambientais e culturais. As perguntas que fizemos diretamente sobre eles focalizaram a percepção de tais perigos, levando-se em conta três escalas: bairro (entorno), cidade e região. Procuramos contrapor os perigos às vantagens, embora estas não tenham sido discriminadas. Como a vida urbana contemporânea tem dado excessiva ênfase à violência (talvez, o grande perigo e medo do nosso tempo), perguntamos em separado sobre a violência e sobre outros perigos. A intenção foi filtrar a pergunta para que pudéssemos captar perigos tais como inundação, enxurrada e deslizamento (ligados a eventos atmosféricos), poluição do ar, trânsito e acidentes de carro e aqueles relacionados à manutenção do bairro (terrenos baldios, lixo, problemas sanitários). Alguns desses perigos são mais palpáveis para as pessoas do que outros, mas o resultado das perguntas revelou que há um campo importante a se investigar em termos da percepção, das ações tomadas e da experiência dos perigos.

As informações selecionadas para a sessão [Condições e acesso a serviços de saúde](#) visam apresentar dados de interesse sobre a situação em que se encontra a população em termos das suas condições gerais de saúde, incluindo a percepção dos indivíduos, o grau de dependência de serviços públicos e a utilização e avaliação da qualidade destes. Embora os dados levantados na pesquisa domiciliar não tenham se preocupado em obter medidas de prevalência e risco de doenças, houve uma preocupação em averiguar elementos relativos ao acesso e prevenção que, em última instância, são questões chaves para a intervenção por parte das políticas públicas.

Na seção [Situação educacional e o contexto familiar](#) apresentam-se algumas características sócio-educativas da população, tentando responder a questões como: o que fazem e com quem ficam os jovens e crianças no período não escolar? Informações como estas nos permite entender algumas possibilidades de como as famílias da região constroem seu capital cultural e social, para além do ensino regular. Outra dimensão importante tratada na seção é: como se dá a participação dos pais na vida escolar de seus filhos e, também, como avaliam as escolas que seus filhos frequentam. É preciso lembrar que, tal qual se tem destacado em diversas pesquisas das mais diferentes metodologias, a participação dos pais na vida escolar dos filhos e a relação entre os profissionais da educação (diretor, professor...) e os pais interferem significativamente nos resultados do processo de ensino-aprendizagem das crianças e jovens. Estas informações, em geral, não captadas em estatísticas de uso corrente (que, normalmente, têm como foco o capital físico da escola), configuram instrumento importante na formulação de políticas públicas educacionais, e, mais diretamente, nas ações desenvolvidas por cada escola.

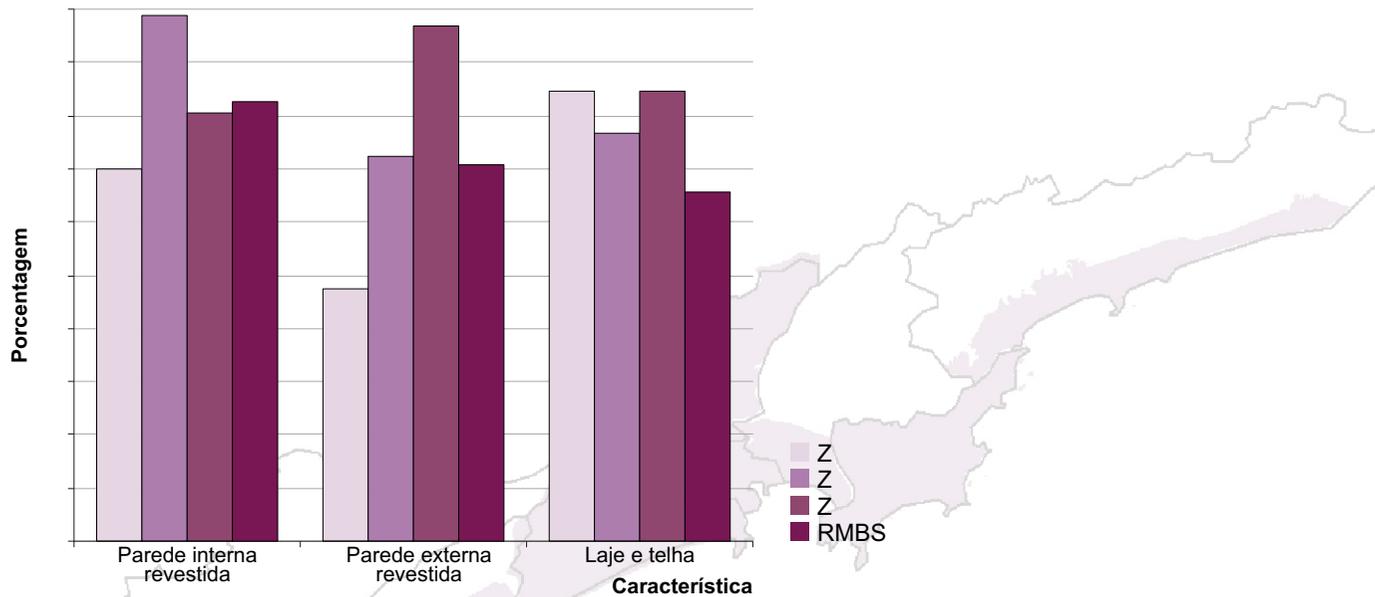
O projeto Vulnerabilidade espera que esse sumário seja um instrumento importante de consulta para aqueles que pretende conhecer as características da população residente na Região Metropolitana da Baixada Santista, em especial para os planejadores e governantes preocupados em atender e propor soluções para os seus inúmeros problemas. Mesmo com um caráter eminentemente descritivo, o presente estudo espera fornecer uma leitura direcionada da realidade regional visando, por um lado, revelar facetas relevantes das condições de vida e vulnerabilidade dos residentes e, por outro lado, sugerir linhas de análises possíveis para o melhor entendimento da dinâmica socioespacial desta, que é uma das mais novas Regiões Metropolitanas do país.

Por último, mas não menos importante, esse primeiro produto representa parte da prestação de contas à sociedade civil e científica do investimento realizado pela FAPESP e CNPq no desenvolvimento de um projeto de pesquisa que ainda deverá gerar muitos frutos em termos da produção de conhecimento sobre a região em particular, e sobre os processos de metropolização em geral.



1. Características do domicílio e seu entorno

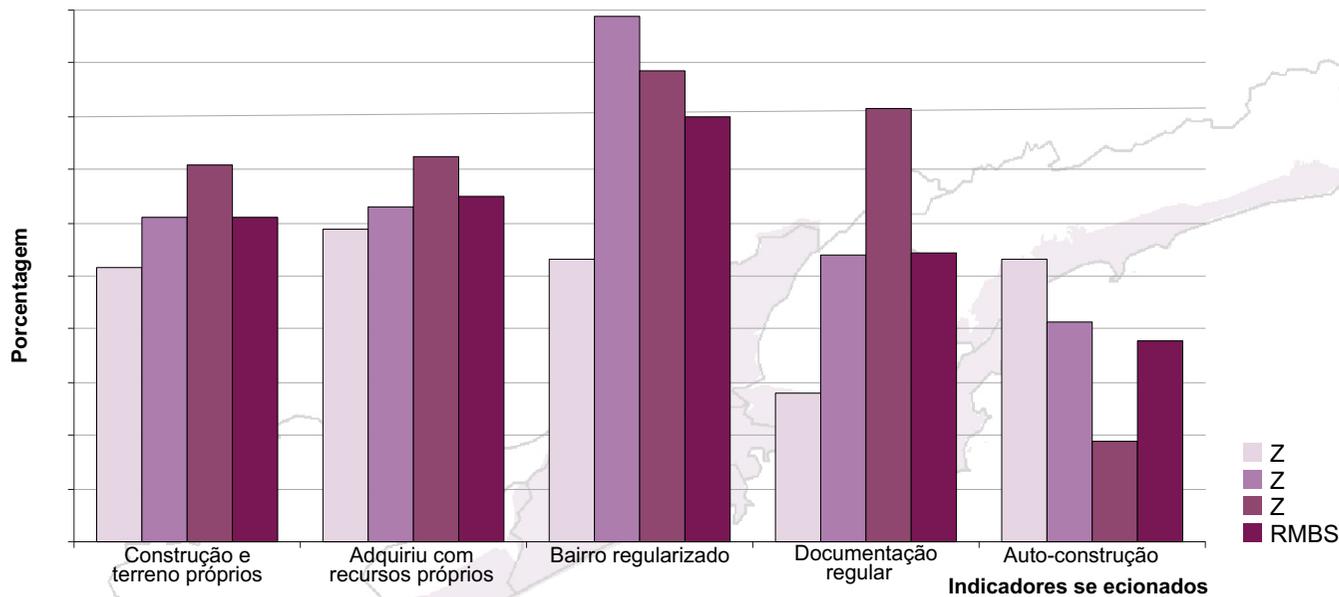
Características da construção dos domicílios urbanos segundo zonas de Vulnerabilidade



Característica	Zonas de Vulnerabilidade	
	Z1	Z2
Parede interna revestida		
Parede externa revestida		
Laje e telha		

As condições da construção dos domicílios são importantes porque representam uma forma de proteção em relação a uma série de fatores que podem interferir na saúde dos residentes, tendo em vista que grande parte do tempo desses residentes é vivido no interior do domicílio. O revestimento das paredes externas e internas, da mesma forma que a cobertura do domicílio com laje e telhas, implicam em uma situação adequada em termos de proteção em relação a uma série de riscos ambientais, como chuvas, vento e umidade, bem como maior isolamento termo-acústico fatores que garantem maior qualidade ao ambiente construído e salubridade aos seus residentes. Entretanto, é importante lembrar que o calor da região pode dificultar a utilização de coberturas com laje e telhas, o que explicaria que essa característica apareça em 65,5% dos domicílios. Quando se observa as características de construção dos domicílios da Região Metropolitana da Baixada Santista como um todo, as condições são boas para a grande maioria dos domicílios. Entretanto, quando observamos as ZVs, percebemos que existem diferenças significativas. Na ZV1 evidencia-se uma situação domiciliar relativamente pior que as demais ZVs, principalmente no que diz respeito ao revestimento das paredes externas, que existe em cerca de 47% dos domicílios da ZV1. Salienta-se que embora menos da metade dos domicílios da ZV1 tenham revestimento das paredes externas, quase 85% dos domicílios possuem cobertura com laje e telhas. Tal fato mostra que existe na Região Metropolitana da Baixada Santista certa mistura entre situações diferenciadas em termos de tipo de ocupação, com a densidade da ocupação fazendo com que situações diferenciadas em termos de características construtivas estejam muito próximas espacialmente.

Situação de posse do domicílio, forma de aquisição, forma de construção e regularização fundiária segundo zonas de Vulnerabilidade



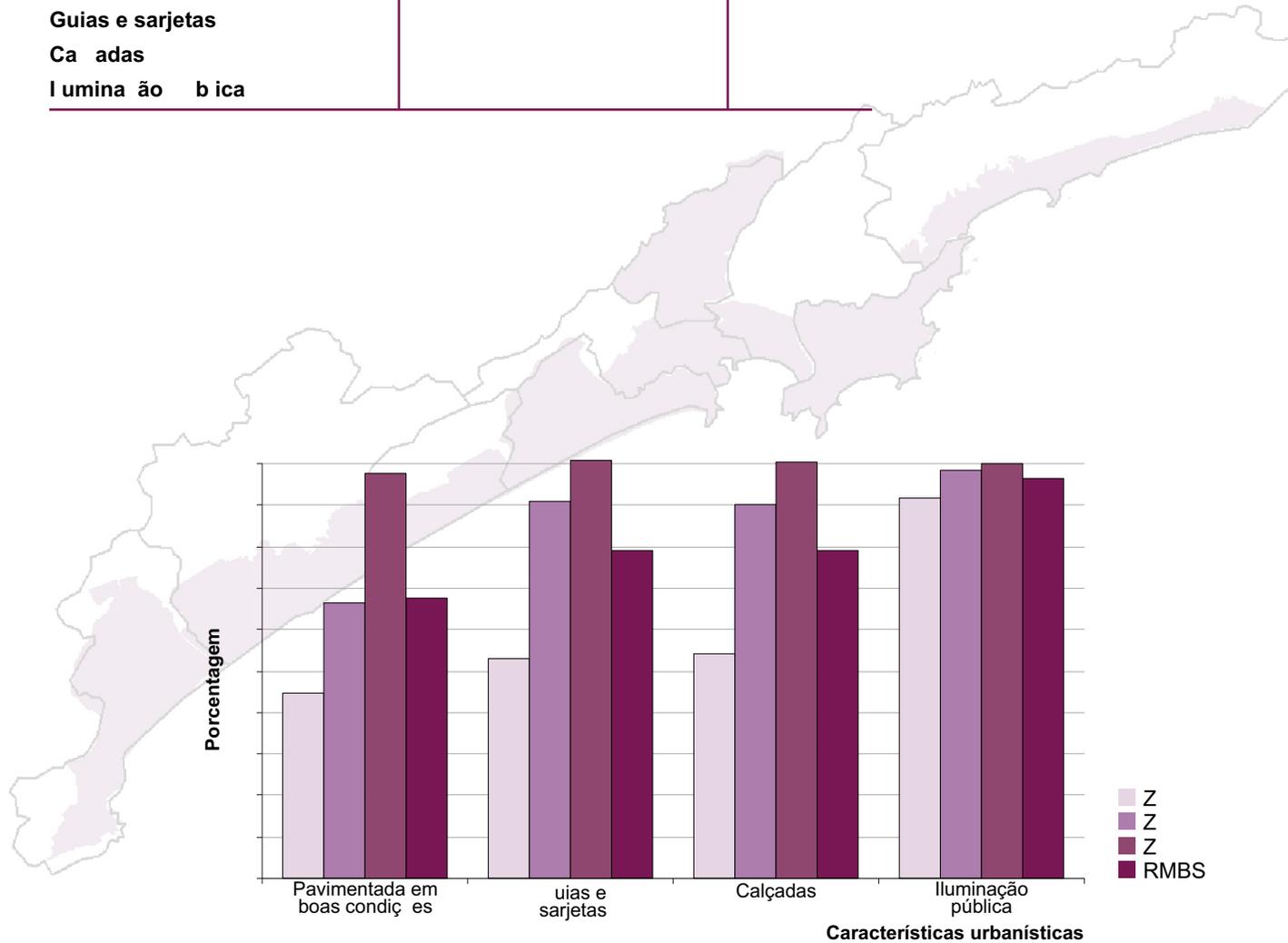
Situação	Zonas de Vulnerabilidade	
	Z1	Z2
Construção e terreno próprios		
Adquiriu com recursos próprios		
Bairro regularizado		
Documentação regular		
Auto-construção		

Como documentação regular considerou-se aqueles que declararam possuir escritura definitiva ou documentos de concessão real de uso. Foram considerados domicílios auto-construídos aqueles que o respondente participou do processo construtivo contando ou não com a ajuda de familiares, amigos, vizinhos ou em processo de mutirão.

Consideramos que um dos diferenciais que esta pesquisa permite é a investigação a respeito da condição de propriedade dos domicílios. Foram realizadas perguntas específicas sobre temas como a condição de ocupação, isto é, se o informante é proprietário, inquilino, ou se ocupou o imóvel. Também foram levantadas informações sobre o tipo de documentação de posse do domicílio, situação de regularização do bairro, e sobre outros aspectos com o objetivo de caracterizar as formas como ocorreu a aquisição do imóvel (recursos próprios, financiamento) e sobre como foi realizada a construção. Este conjunto de perguntas visa construir um panorama sobre a maneira como a população resolve a questão moradia. Apresenta-se a informação para o conjunto dos domicílios da RMBS e para as ZVs. Quando as variáveis são observadas por ZVs evidenciam-se discrepâncias bastante significativas. De maneira geral, a ZV1 apresenta a situação mais preocupante, com menos da metade dos domicílios sendo declarados como sendo a construção e o terreno próprios e com menos de 30% dos domicílios possuindo documentação regular. A utilização de recursos próprios para a aquisição do imóvel pode ser visto de duas formas: como apontando a capacidade de acumulação de recursos para a compra, ou como indicando a dificuldade de acesso aos serviços de crédito. Outro aspecto a ser salientado é a importância da auto-construção, que é característica de metade dos domicílios da RMBS.

Caracterização de aspectos de infraestrutura urbana segundo zonas de Vulnerabilidade

Situação das ruas	Zonas de Vulnerabilidade		Nota MBS
	ZV1	ZV3	
Pavimentada em boas condições			
Guias e sarjetas			
Calçadas			
Iluminação pública			

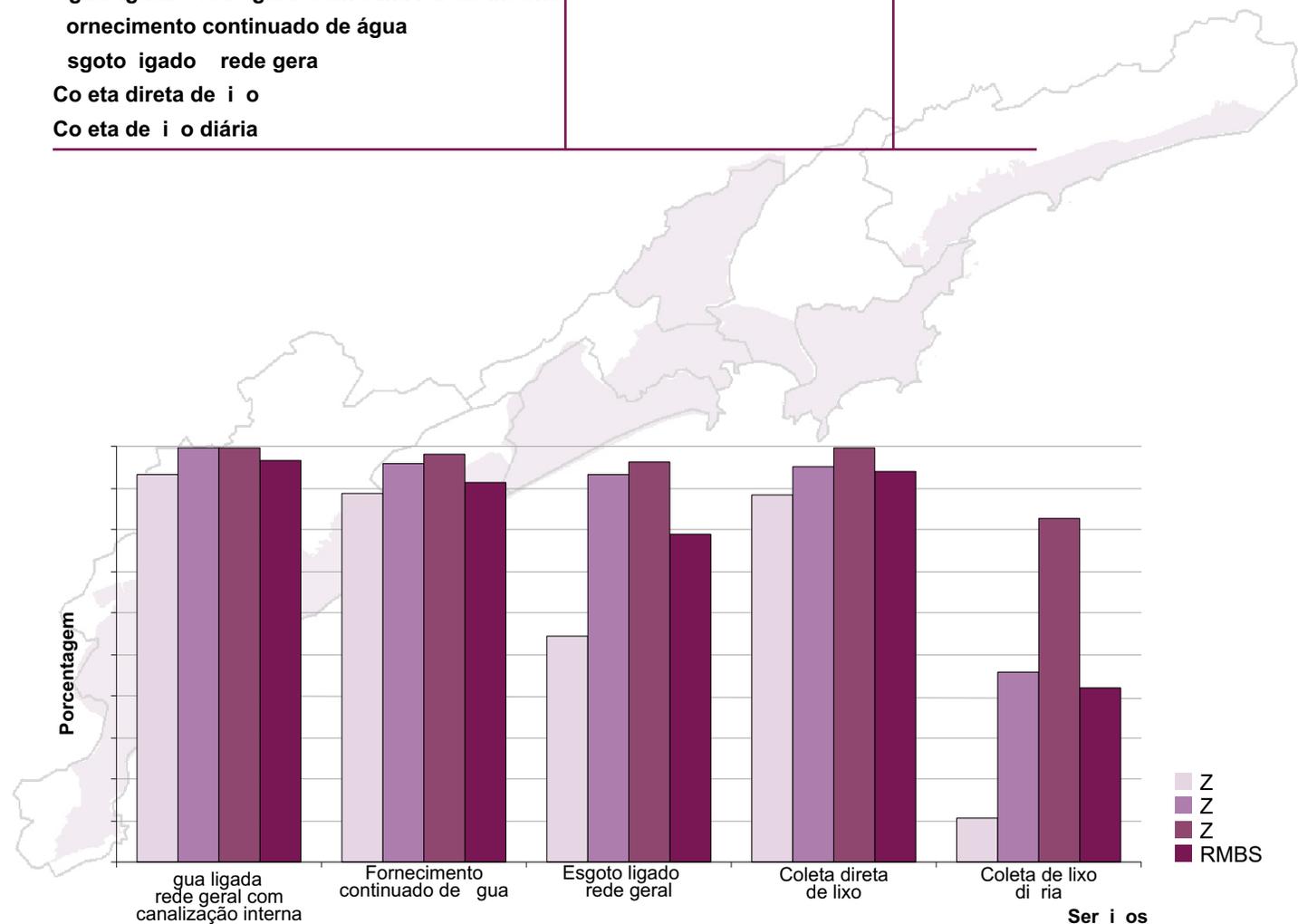


No que diz respeito a equipamentos de infra-estrutura urbana, os dados da RMBS mostram cobertura significativa de guias e sarjetas (78,3%), calçadas (78,4%). A iluminação pública (95,6%) aparece quase que universalizada; no entanto, a pavimentação das ruas indica maior necessidade de atenção: 66,7% pavimentada e em boas condições, sendo que 21,7% são de terra, fato que pode representar dificuldades de acesso de serviços como transporte público, coleta de lixo.

Considerando as ZVs, são percebidas desigualdades relevantes entre elas. Principalmente se observarmos as condições de infra-estrutura da ZV1 em comparação com os percentuais de cobertura da ZV3.

cesso e re ncia dos ser i os de saneamento básico segundo onas de Vu nerabi idade

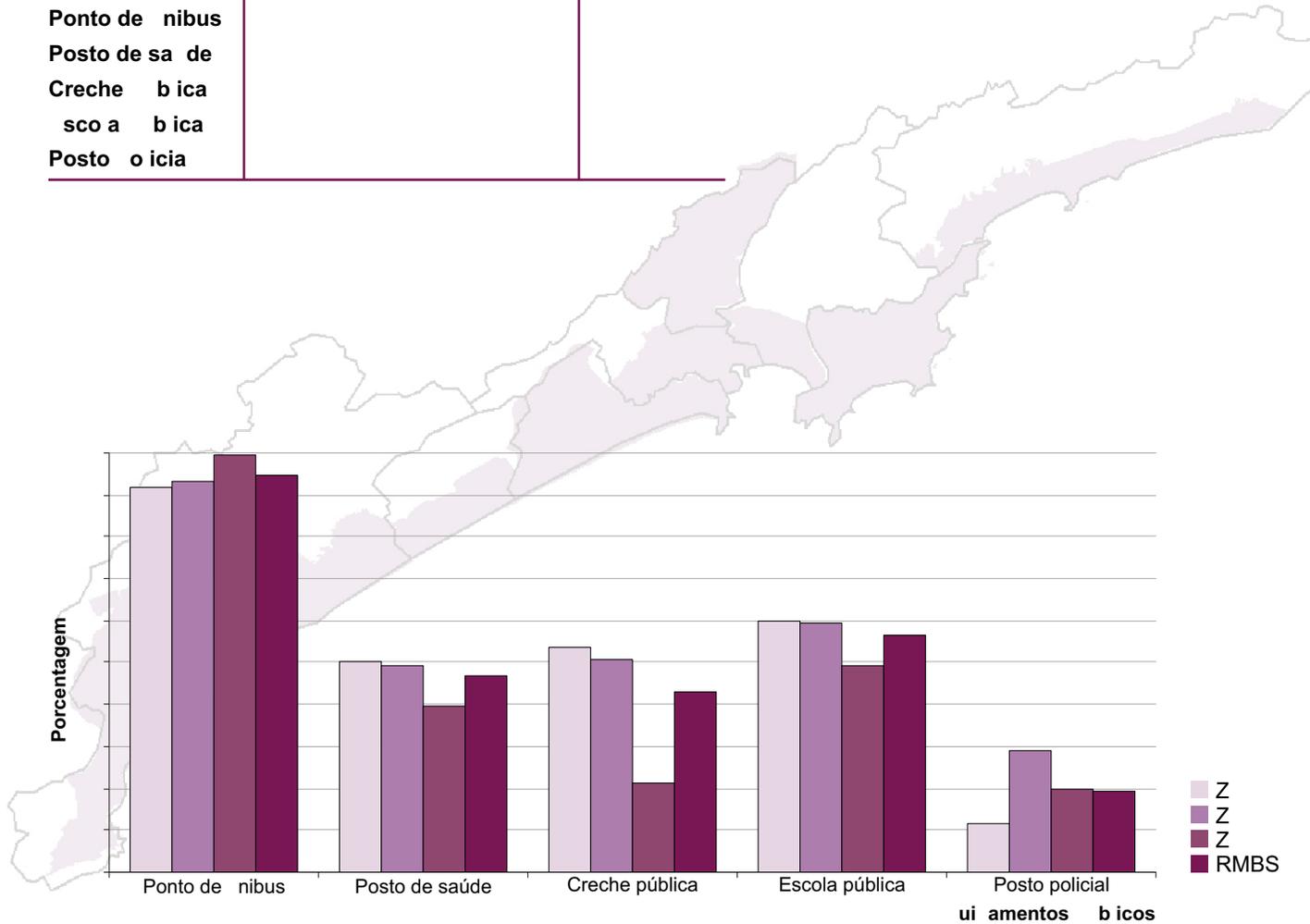
Ser i os	onas de Vu nerabi idade		ota MBS
gua ligada rede geral com canalização interna			
ornecimento continuado de água			
sgoto ligado rede geral			
Coleta direta de lixo			
Coleta de lixo diária			



O acesso a serviços de saneamento básico é importante em termos da definição da vulnerabilidade dos grupos sociais, tendo em vista a sua relação muito próxima com as questões de saúde. O que se observa, principalmente nas regiões urbanas mais desenvolvidas do país, como é o caso da RMBS, é uma quase universalização de serviços importantes, como acesso dos domicílios à rede geral de distribuição de água. Mesmo na ZV1, que apresenta a pior situação de acesso, mais de 93% dos domicílios estão ligados à rede geral de água e possuem canalização interna. Nesse contexto de quase universalização do sistema de água observa-se, entretanto, que não é suficiente existir a ligação física. É importante saber se o sistema fornece água para as residências durante o tempo todo, ou se existem situações em que, mesmo tendo acesso à rede física, isso não implica em acesso à água. Tal situação pode ser observada no conjunto da RMBS, onde cerca de 97% dos domicílios possuem ligação à rede, mas cerca de 91% possuem água durante todo o tempo. Embora essa diferença seja relativamente pequena, ela aumenta quando se consideram as diferenças entre as ZVs, sendo que a ZV1 apresenta cerca de 89% dos domicílios com acesso a água proveniente da rede geral durante todo o tempo. A necessidade de armazenar água para consumo, tendo em vista que ela não está disponível o tempo todo, traz uma série de riscos, tanto de contaminação da água quanto da proliferação de vetores, dentre eles o mosquito transmissor da dengue, por exemplo. A mesma situação ocorre em relação à coleta de lixo, sendo que a cobertura é bastante significativa para a RMBS (94%), mas quando se considera a coleta diária de lixo essa cobertura cai para cerca de 10% dos domicílios da ZV1. Os riscos decorrentes da exposição a vetores provenientes do acúmulo de lixo podem ser importantes, principalmente considerando as especificidades climáticas regionais, calor e umidade.

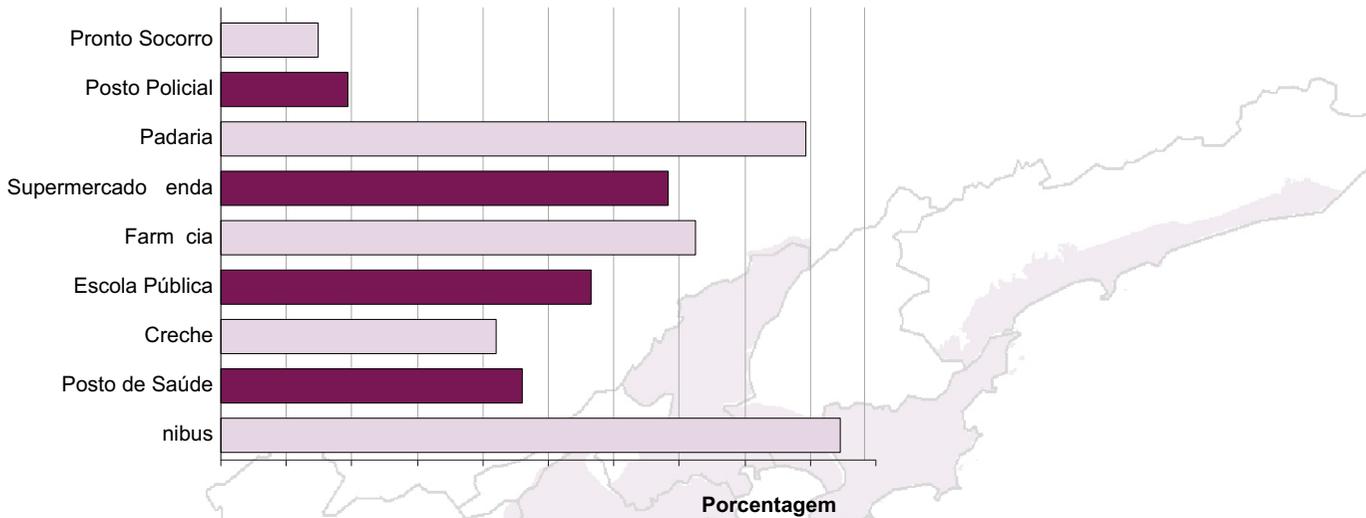
omícios distantes até minutos a é de e ui amentos bicos se ecionados segundo onas de Vu nerabi idade

ui amentos bicos	onas de Vu nerabi idade		ota MBS
Ponto de nibus			
Posto de sa de			
Creche b ica			
sco a b ica			
Posto o ica			

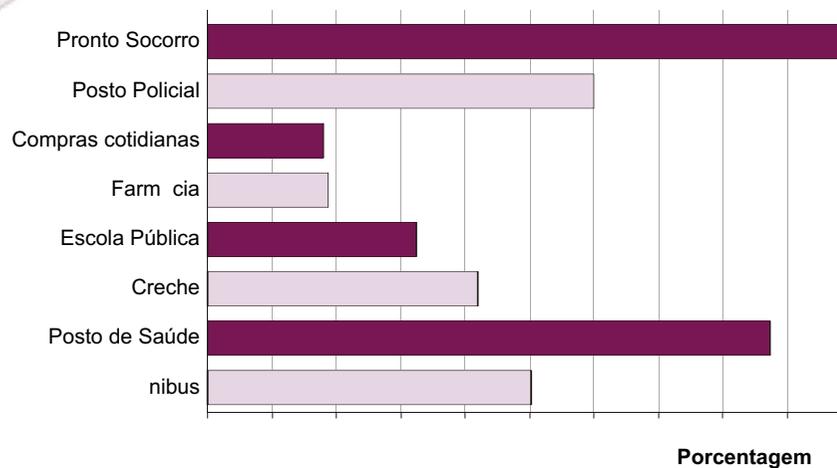


A informação sobre a distância dos serviços públicos, considerando o deslocamento a pé, é uma informação que permite identificar o quanto que esses serviços são acessíveis para a população. Observa-se que existe uma cobertura significativa do serviço de transporte público (quase 95% considerando o conjunto da RMBS), muito embora este serviço esteja mais distante justamente de quem provavelmente mais o utiliza, os residentes da ZV1 (cerca de 8% dos residentes dessa ZV devem caminhar mais de 10 minutos para chegar a um ponto de ônibus), acessibilidade que pode ser ainda mais complicada quando observadas os altos percentuais de inadequação da pavimentação das ruas, guias e sargetas da ZV1. O serviço mais distante dos residentes na ZV1 é o posto policial, que está relativamente mais próximo para os residentes na ZV2.

Pro or ão de domicí ios com até minutos de dist ncia é or ti o de ser i o



Pro or ão de domicí ios ue dec aram ter a guma di iculdade ara acessar os ser i os



Como forma de entender as características de infraestrutura nos arredores dos domicílios, foi perguntada a percepção do tempo de distância a pé em relação a alguns tipos de serviços - informação esta que pode contribuir para avaliar as condições de vida da população. Embora seja uma informação que depende de algumas características dos indivíduos, ela ajuda a entender o potencial de acesso que essas pessoas têm no entorno dos seus domicílios.

Pronto Socorro e Posto Policial são os serviços que se apresentaram menos próximos dos domicílios, chegando a um índice de 15% e 19% do total de domicílios, respectivamente. Entretanto, no primeiro caso, vale destacar que essa situação se compensa quando analisada a informação sobre Posto de Saúde que, para 46% dos domicílios, se encontra a menos de 10 minutos de locomoção a pé.

Em relação ao sistema de transporte, parece que a população da RMBS está relativamente bem atendida, pois mais de 95% dos domicílios possuem pontos de ônibus a uma distância próxima, ou, a um curto trajeto de caminhada. De forma semelhante, compras cotidianas também são oferecidas em proximidade dos domicílios: 89% deles estão próximos de padarias e, em proporção um pouco mais baixa, 68% de Supermercados e "Vendas".

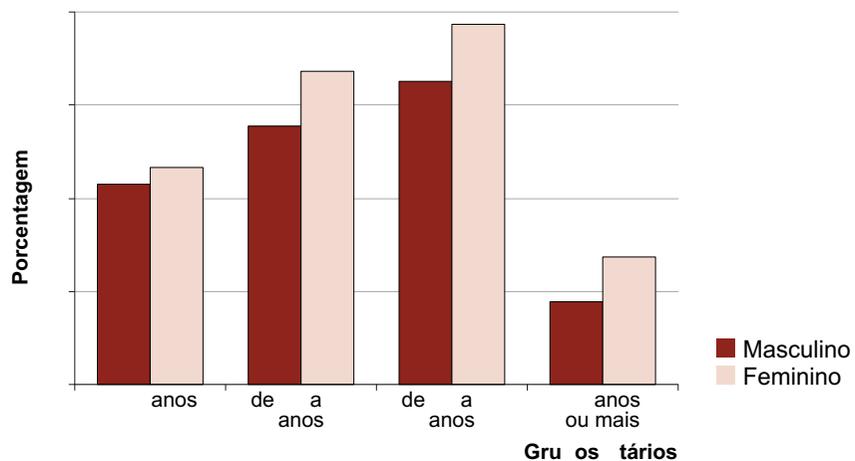
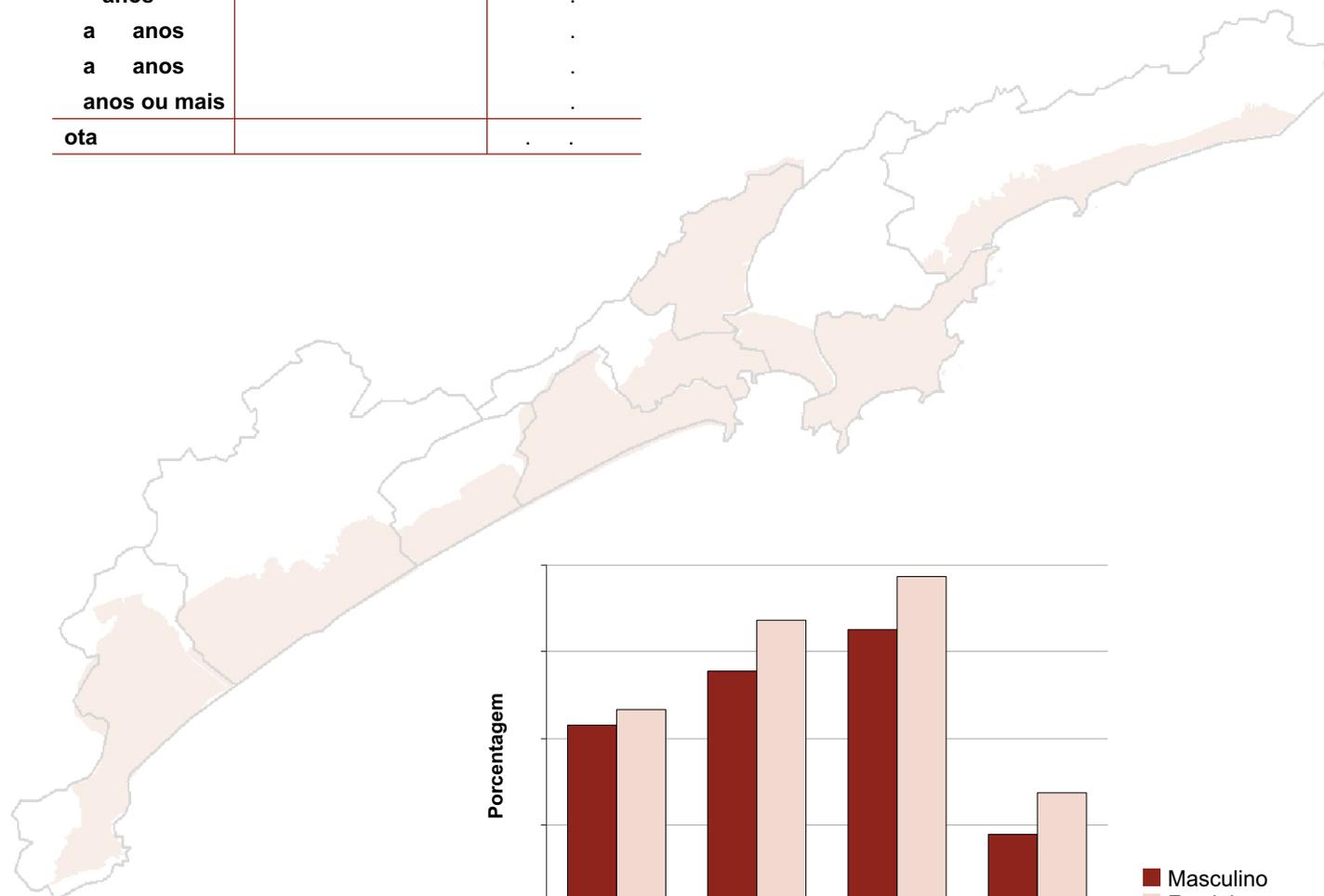
Escolas públicas e creches também se encontram próximas aos domicílios, sendo 57% das escolas localizadas a menos de 10 minutos de caminhada, vale destacar que em uma escala de tempo/distância mais abrangente, 92% dos domicílios estão a menos de 30 minutos das escolas. No que diz respeito à declaração de dificuldade em acessar serviços, pode-se afirmar que se trata de um dado coerente com a questão da proximidade. Ou seja, os serviços que apontados como de maior dificuldade no acesso são, exatamente, aqueles que se localizam mais distantes dos domicílios. Merece destaque a percepção em relação ao Pronto Socorro, onde a declaração de dificuldade no acesso atinge quase todos os domicílios.



2. Características sociodemográficas gerais

População urbana residente por sexo e grupos etários

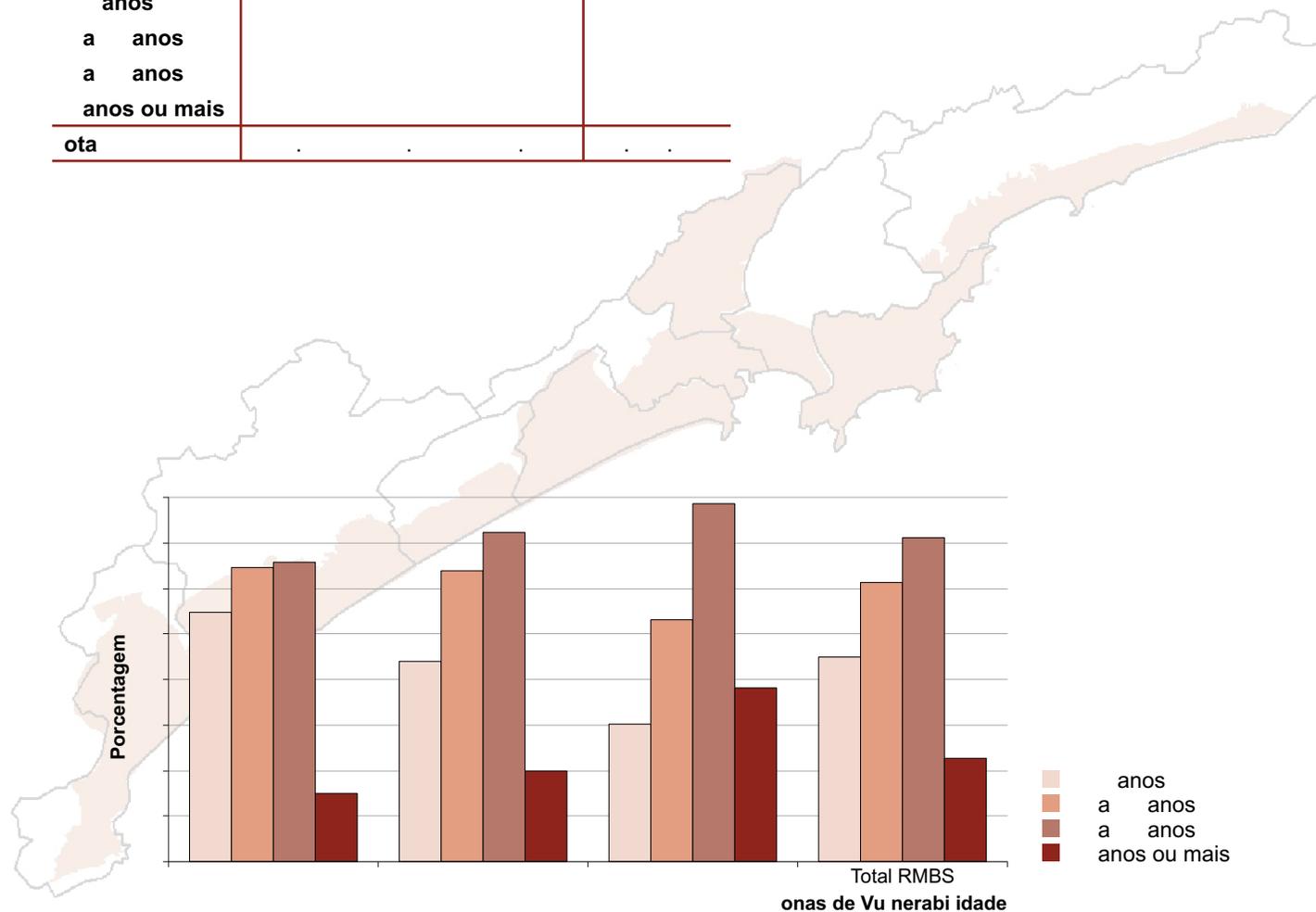
Grupos etários	Variáveis		Total MBS
	Masculino	Feminino	
até 14 anos			
de 15 a 24 anos			
de 25 a 54 anos			
55 anos ou mais			
Total			



Não há dúvidas de que a composição por sexo e idade da população constitui-se em uma das mais importantes informações para efeitos de políticas públicas. De fato, a partir dela pode-se conhecer o perfil da demanda para distintos programas e ações que visem grupos específicos da população. No caso da Baixada Santista, a tabela e o gráfico ao lado deixam claro, em primeiro lugar, a maior participação das mulheres na população. Perto de 55% da população era formada por mulheres em 2007, o que corresponde a 136 mil mulheres a mais que homens neste ano. Para efeitos de comparação, basta dizer que, em 2000, esta participação era de 51,6% para a região, segundo dados do Censo Demográfico daquele ano. Em termos do diferencial por idade, percebe-se que as mulheres possuem uma participação maior em todos os grupos etários da população, mas as variações mais significativas aparecem após os 15 anos de idade. Nota-se também que, não obstante ainda seja significativa a participação da população menor de 15 anos na região (22%), os dados indicam redução do peso relativo desse sub-grupo populacional, em comparação ao observado em 2000 (25,9%). Por outro lado, deve-se destacar o elevado peso relativo da população idosa de 65 anos e mais de idade, cujo percentual atinge, em 2007, mais de 11% da população – cifra que chama a atenção, principalmente se comparada à situação registrada em 2000, quando estas pessoas representavam cerca de 7%. Note-se ainda que as mulheres representam perto de 61% deste grupo etário, ou 7% da população total.

População urbana residente por grupos etários segundo zonas de Vulnerabilidade

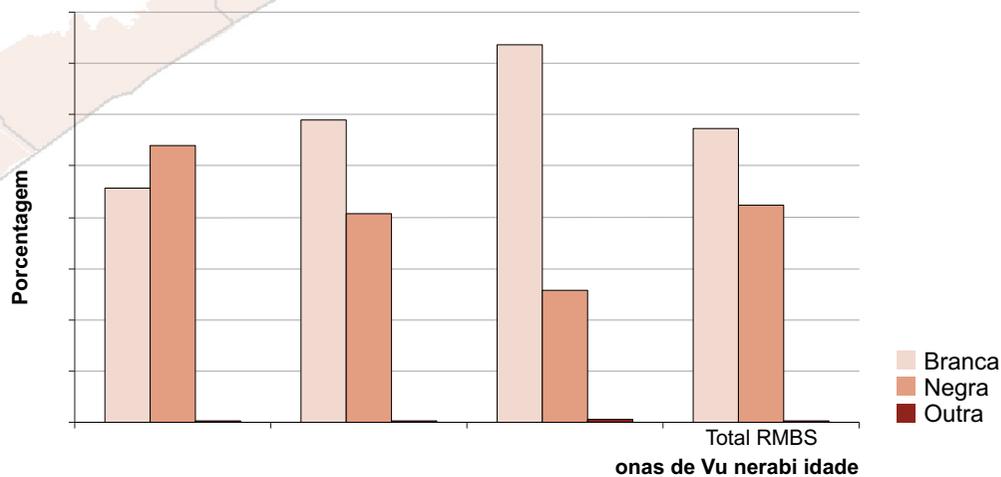
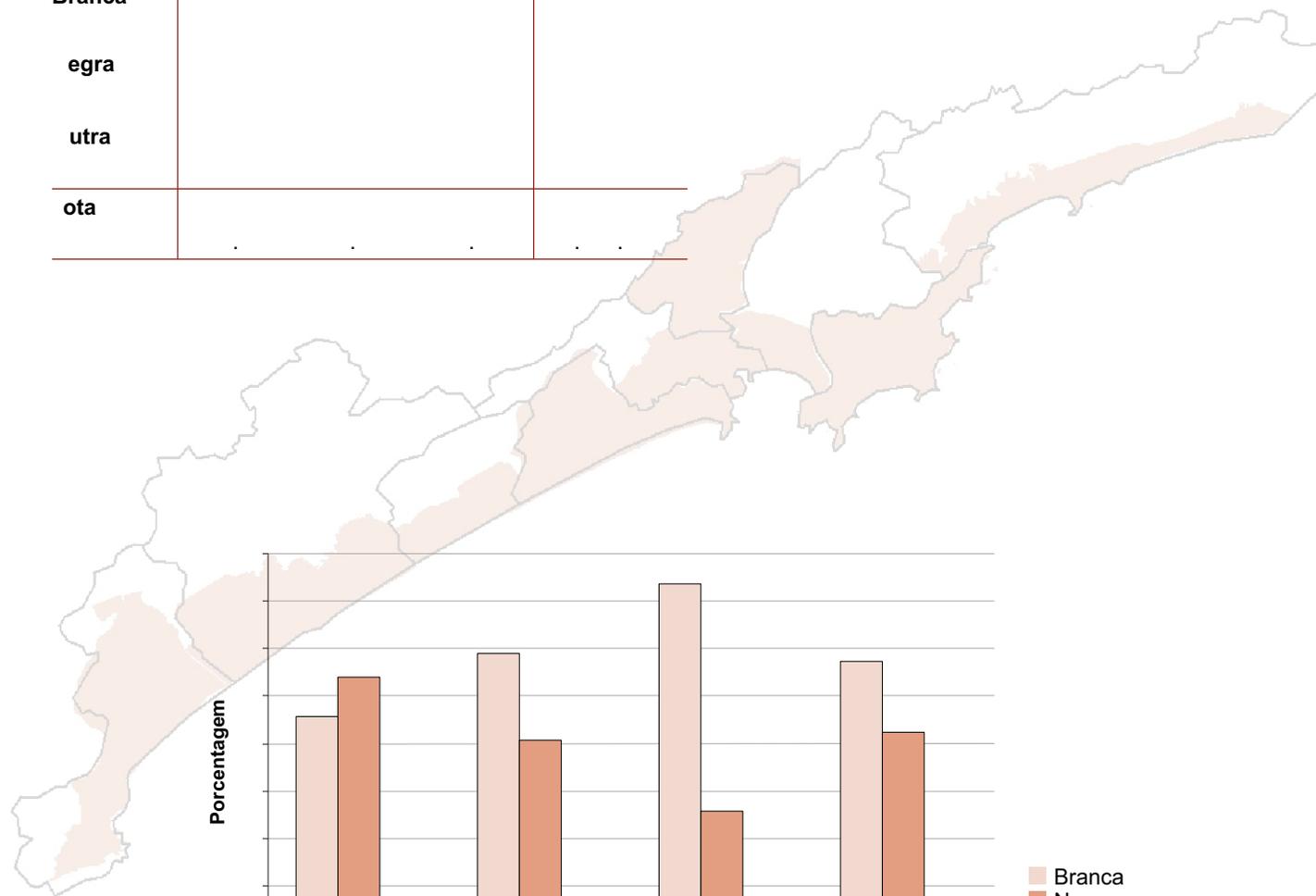
Grupos etários	Zonas de Vulnerabilidade		Total MBS
	ZV1	ZV3	
Menos de 15 anos	27%	19%	20%
15 a 64 anos	58%	60%	58%
65 anos ou mais	15%	21%	22%
Total	100%	100%	100%



A grande heterogeneidade socioespacial registrada na RMBS também tem sua contrapartida no que se refere ao perfil etário da população residente em diferentes áreas do município. De fato, observando-se a distribuição da população segundo grandes grupos de idade nas ZVs, nota-se claramente que a participação de crianças e jovens é significativamente maior nas zonas onde a vulnerabilidade é mais intensa (ZV1), sendo bem menor na zona de menor vulnerabilidade, situada, em geral, na orla marítima, onde o que mais chama a atenção é o fato de um quinto da população residente ter mais de 65 anos de idade. Assim, enquanto a ZV1 apresentava 27% de pessoas com menos de 15 anos de idade, no outro extremo, a ZV3 registrava quase 20% de pessoas com 65 anos ou mais, ou seja, mais que o dobro da primeira. Portanto, o que se percebe na região é que o perfil demográfico da população é extremamente distinto se considerarmos as zonas mais centrais e próximas à orla e aquelas mais periféricas, fato que fica claro na comparação entre a ZV1 e a ZV3. Tais constatações mostram a importância de que políticas públicas tomem essas diferenças espaciais no momento de eleger prioridades de investimento e ações concretas.

População urbana por cor segundo zonas de Vulnerabilidade

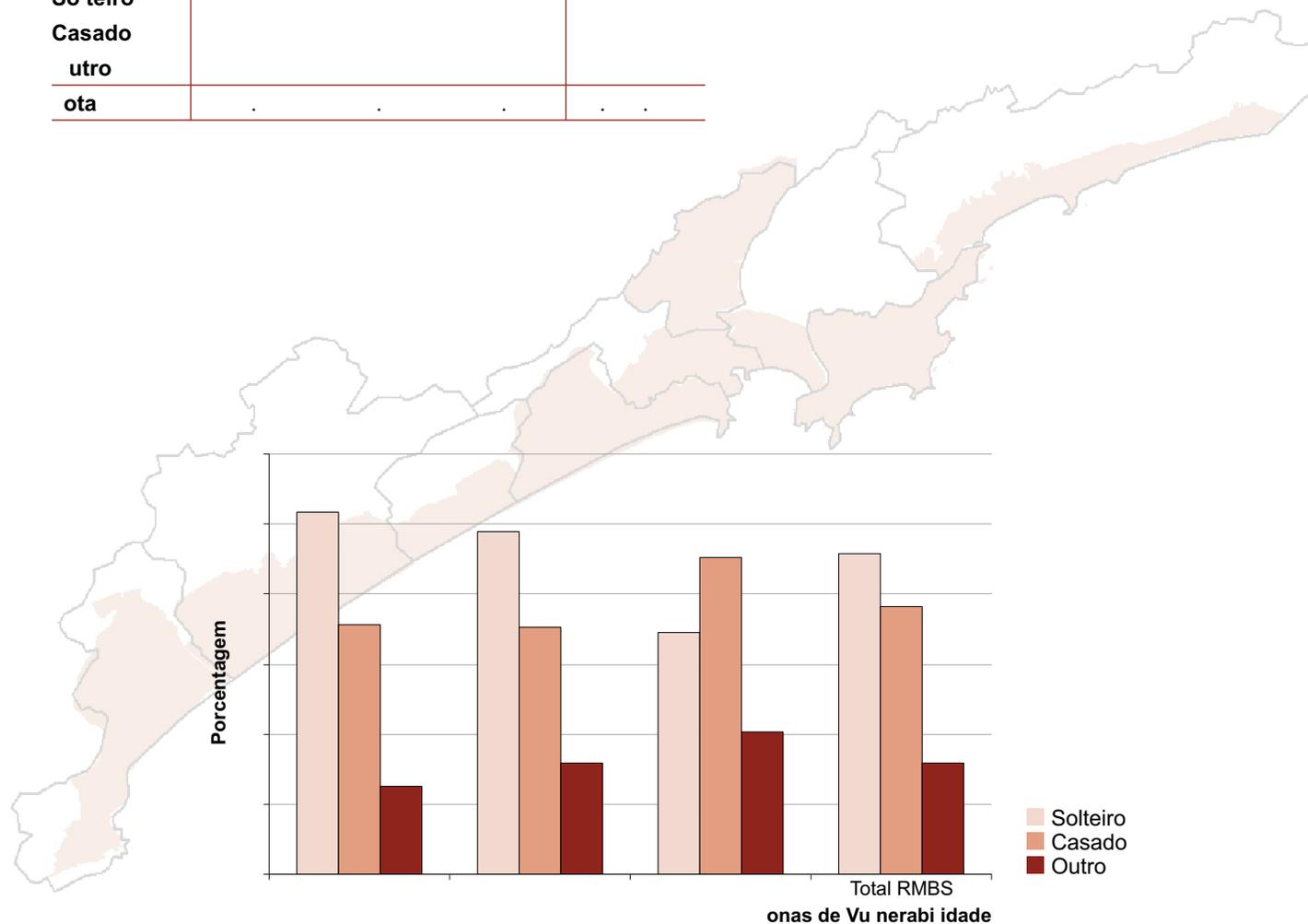
Cor	Zonas de Vulnerabilidade		Total MBS
	ZV1	ZV3	
Branca	57,0%	26,0%	52,2%
Negra	42,0%	74,0%	47,8%
Outra	1,0%	0,0%	0,0%



A distribuição da população segundo a cor mostra que 57% das pessoas da Baixada Santista se declararam brancas e 42% negras. Em termos de sua disposição espacial, existem marcantes diferenças entre as zonas de vulnerabilidade. Enquanto a ZV1 apresenta, em sua população, nitidamente grande concentração de negros (54%), o mesmo não se verifica na ZV3, onde estes representavam apenas 26%. Uma outra forma de observar os dados da tabela ao lado diz respeito à distribuição da população por cor nas distintas ZVs (valores entre parênteses na tabela). Assim procedendo, percebe-se que, de fato, as áreas mais pobres e periféricas da região também concentram a maior parcela da população negra regional (52,2%), sendo que apenas 15,9% têm acesso às áreas com menor nível de vulnerabilidade (ZV3). Embora não se possa afirmar com toda a segurança, os dados aqui apresentados dão conta da importante segregação espacial segundo a cor existente na região.

População urbana maior de 14 anos de idade por estado civil segundo zonas de Vulnerabilidade

Estado civil	Zonas de Vulnerabilidade		Total MBS
	ZV1	ZV2	
Solteiro	52%	45%	46%
Casado	45%	45%	38%
Outro	3%	10%	16%
Total	100%	100%	100%



No que se refere ao estado civil da população urbana residente na Baixada Santista em 2007, os dados mostram que 46% das pessoas com mais de 14 anos de idade eram solteiras, e 38% casadas. Em termos de sua localização espacial, percebe-se que a ZV1 apresenta a maior proporção de solteiros (52%), sendo a ZV3 aquela que concentra a maior participação de casados, 45%. A ZV2 apresentou dados muito próximos aos da ZV1 com relação a esta variável, mostrando tratar-se de uma situação intermediária. Assim como os dados sobre o perfil etário, estes dados novamente assinalam para as diferenças existentes em termos das distintas localizações na região, que refletem, entre outros aspectos, a forma de ocupação de cada uma delas, sendo a periferia (ZV1) composta mormente por famílias com filhos, e as áreas mais próximas à orla caracterizadas por uma composição mais heterogênea, onde não apenas as pessoas idosas, mas também as sozinhas, tenderiam a se localizar com maior intensidade.

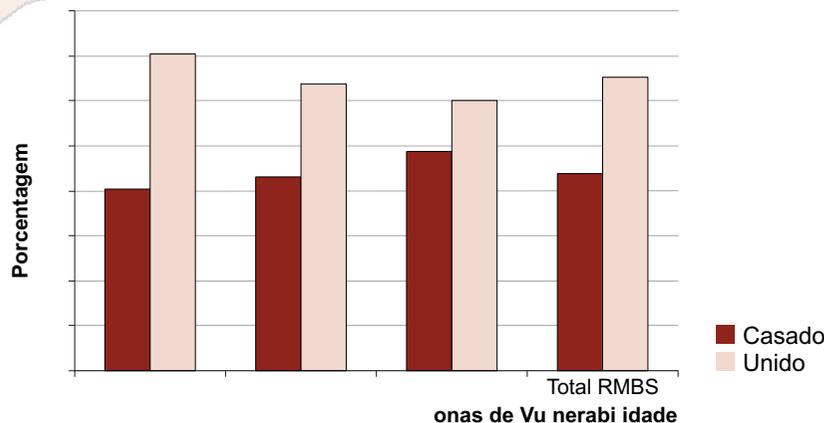
es onsa eis e os domicí ios urbanos or estado ci i segundo onas de Vu nerabi idade

estado ci i	onas de Vu nerabi idade	
	ota	MBS
So teiro		
Casado		
utro		
ota		

es onsa eis e os domicí ios urbanos or situa ão conjuga segundo onas de Vu nerabi idade

Situa ão conjuga	onas de Vu nerabi idade	
	ota	MBS
Vi e unida o		
á i eu unida o		
ã o unida o		
ota		

es onsa eis e os domicí ios urbanos or estado ci i e situa ão conjuga segundo onas de Vu nerabi idade



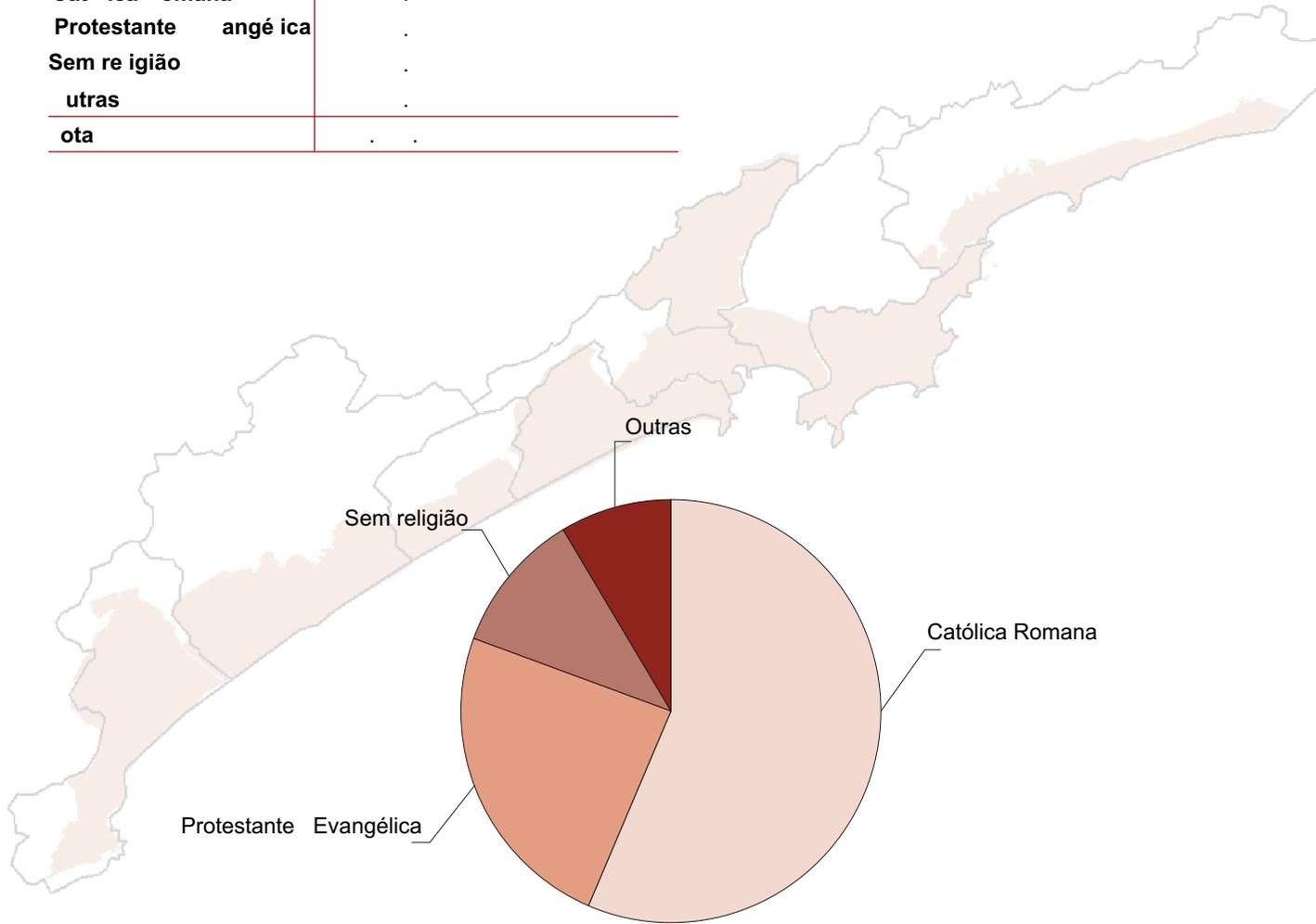
Deve-se levar em conta que os dados mostrados na página anterior podem estar, em geral, afetados pela composição dos domicílios, ou seja, quanto maior a presença de crianças, por exemplo, maior o percentual de solteiros. Sendo assim, os dados apresentados ao lado parecem ser mais realistas no sentido de apontar os perfis de nupcialidade da região, ao abordar apenas a distribuição dos responsáveis por domicílios no que se refere ao estado civil. De fato, como seria de se esperar, de partida já se observa uma forte redução do percentual de solteiros, que para a RM alcança o valor de 28,4%.

No entanto, como se percebe na tabela imediatamente abaixo, os dados sobre "estado civil" não refletem adequadamente a situação conjugal da população metropolitana, já que claramente subestima a proporção de pessoas em união, ao não considerar as uniões conjugais estáveis sem vínculos civis formais, ou seja, as uniões consensuais. De fato, a comparação das duas tabelas e do gráfico ao lado permite constatar que, enquanto apenas 43,8% dos chefes de domicílios se declaravam "casados", esse percentual aumentava para 65,2% quando se pergunta sobre a existência ou não de união conjugal.

Em termos do comportamento dessas variáveis nas ZVs, é notável observar que o mais alto percentual de chefes "solteiros" na ZV1 coincide com a mesma superioridade em termos das uniões consensuais nessa zona (70,3% contra 60,2%, na ZV3), sugerindo que nas áreas mais vulneráveis da região parece existir maior incidência de uniões consensuais. No entanto, deve-se considerar que na ZV3 o menor percentual de pessoas unidas também está ligado ao fato de que a categoria "já viveu" unida e "não unida" é superior ao da periferia, fato que se coaduna com observações anteriores sobre o maior envelhecimento da população dessa área - o que possibilitaria a maior incidência de pessoas viúvas ou sozinhas, por exemplo. Também no caso do padrão de nupcialidade por ZVs, percebe-se claramente as diferenças existentes, as quais espelham distintos padrões socioeconômicos e demográficos de ocupação.

População urbana por religião

Religião	Variáveis	
	Valor	Participação
Católica Romana	.	
Protestante Evangélica	.	
Sem religião	.	
Outras	.	
Tota	.	.

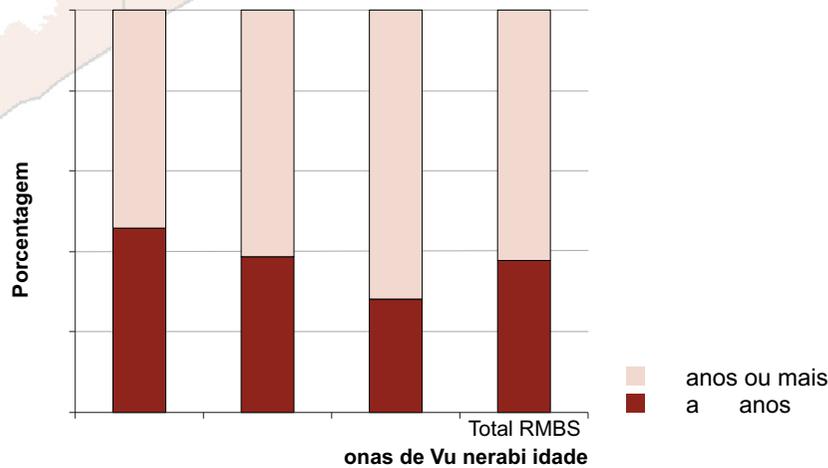


A maioria da população da Baixada Santista se declarou como pertencendo à religião Católica Romana (56%), com os evangélicos em segundo lugar, com 24%. O que chama a atenção é a participação significativa daqueles que declararam não ter nenhuma religião, quase 11% da população da região. No ano 2000, o Censo Demográfico apontou que quase 69% da população da Baixada se declarou Católico Romano, 15% se declarou evangélico e 9,5% como não tendo religião. Assim, o que a pesquisa nos revela é que, ainda sendo predominante, tudo indica que exista na região uma tendência de perda de importância relativa da religião católica, não apenas pelo crescimento dos evangélicos, mas também pelo avanço dos chamados "sem religião".

Pro or ão de mu heres res onsá eis or domicí ios urbanos or gru os etários segundo onas de Vu nerabi idade

Gru os etários	onas de Vu nerabi idade	ota MBS
	anos	
a anos		
anos ou mais		
otas as idades		
ota de res onsá eis		

istribui ão das mu heres res onsá eis or domicí ios urbanos or gru os etários segundo onas de Vu nerabi idade



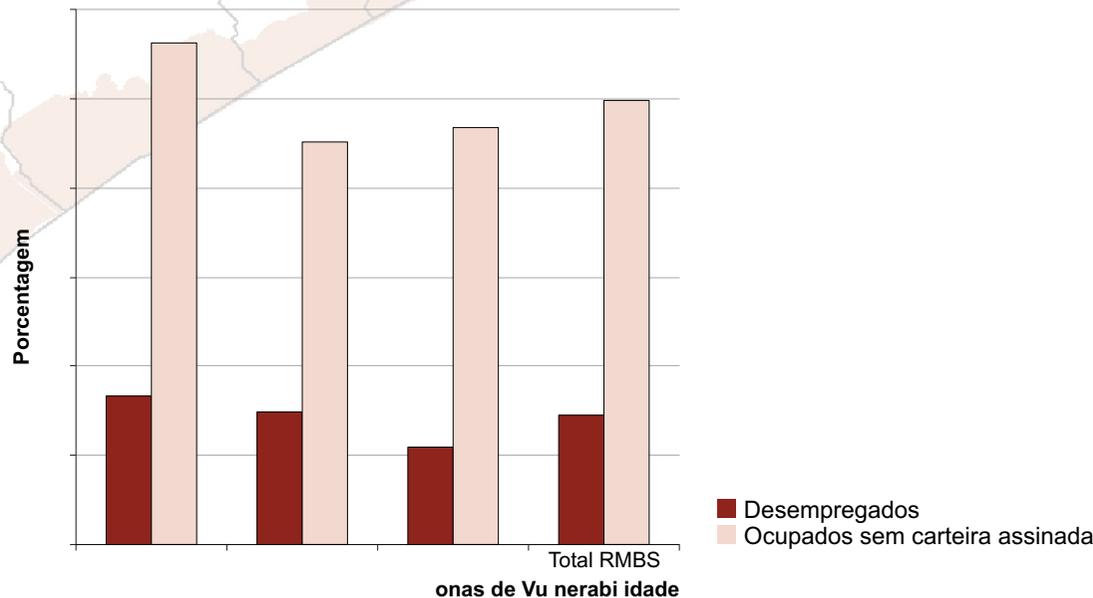
A tendência observada no país, de crescimento do peso relativo das mulheres que respondem pelos domicílios, fica muito evidente nos dados levantados para a RMBS, onde estas respondem por 32% do total de casos. É interessante observar ainda que 62% destas mulheres possuem 50 anos ou mais de idade. Analisando em termos das ZVs, fica clara a maior participação da chefia feminina mais jovem nas zonas periféricas e a da mais idosa nas zonas centrais e com melhores condições socioeconômicas. Enquanto a ZV3 chega a ter 72% de chefia feminina com mais de 50 anos, na ZV1 esta cifra é de 54%; por outro lado, nas áreas que compõem as ZV1 e ZV2, há significativa proporção de jovens entre as mulheres que são responsáveis pelo domicílio. Fica claro, portanto, que muito embora os dados discriminados por ZVs sugerem a não existência de correlação significativa entre a chefia feminina e a condição socioeconômica, não se pode desconsiderar o fato de que nas áreas mais periféricas (em geral, a ZV1), o percentual de mulheres mais jovens nessa condição é bem maior.

Posição economicamente ativa urbana por situação de emprego segundo zonas de Vulnerabilidade

Situação de emprego	Zonas de Vulnerabilidade	
	ZV1	ZV3
Emprego		
Desemprego		
Total da P		

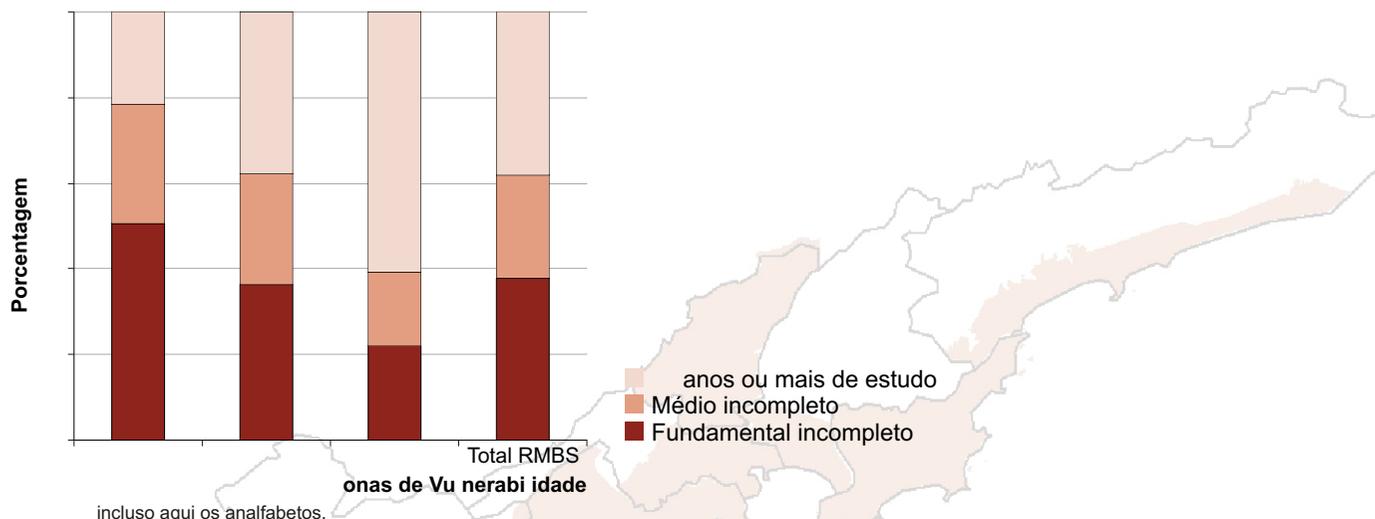
Posição urbana ocupada maior ou menor de 5 anos com carteira assinada segundo zonas de Vulnerabilidade

Carteira de trabalho	Zonas de Vulnerabilidade	
	ZV1	ZV3
Sem carteira assinada		
Com carteira assinada		
Total da P		

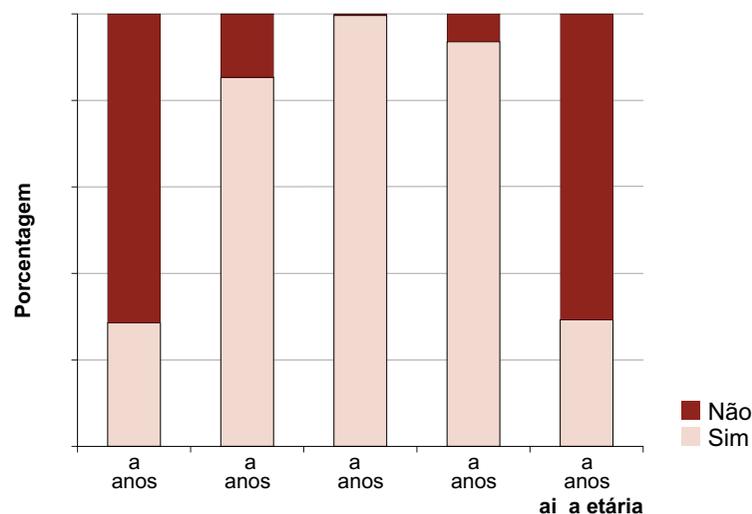


Tendo em vista que o acesso ao mercado de trabalho constitui-se certamente no mais importante dos ativos de que dispõem as pessoas e a famílias para reduzir suas vulnerabilidades, a avaliação da questão do desemprego, assim como as condições em que se dá a inserção produtiva, revestem-se de grande importância. Na Baixada Santista, as estimativas derivadas da pesquisa domiciliar mostram que 14,5% da população economicamente ativa (PEA) encontrava-se na condição de desempregada, sendo ainda observados importantes diferenciais nas zonas de vulnerabilidade, haja visto que, enquanto na ZV1, 17% da PEA encontrava-se nessa situação, na ZV3 menos de 11% experimentavam o desemprego. No caso das condições de inserção no mercado de trabalho por parte dos ocupados, percebe-se que metade da PEA regional não detém carteira assinada, sendo esse percentual maior na ZV1 (56%), onde existem também mais desempregados. Em relação às demais ZVs (com percentuais entre 45% e 47%), deve-se lembrar que a não formalização do contrato de trabalho pode se dar tanto no caso de trabalhadores manuais (em especial, autônomos com ocupações precárias), como para não-manuais, cujas atividades requerem alto nível de especialização.

Distribuição da população urbana de 15 anos ou mais por nível de escolaridade segundo zonas de Vulnerabilidade



Distribuição da população urbana que representa escolaridade ou creche por idade escolar

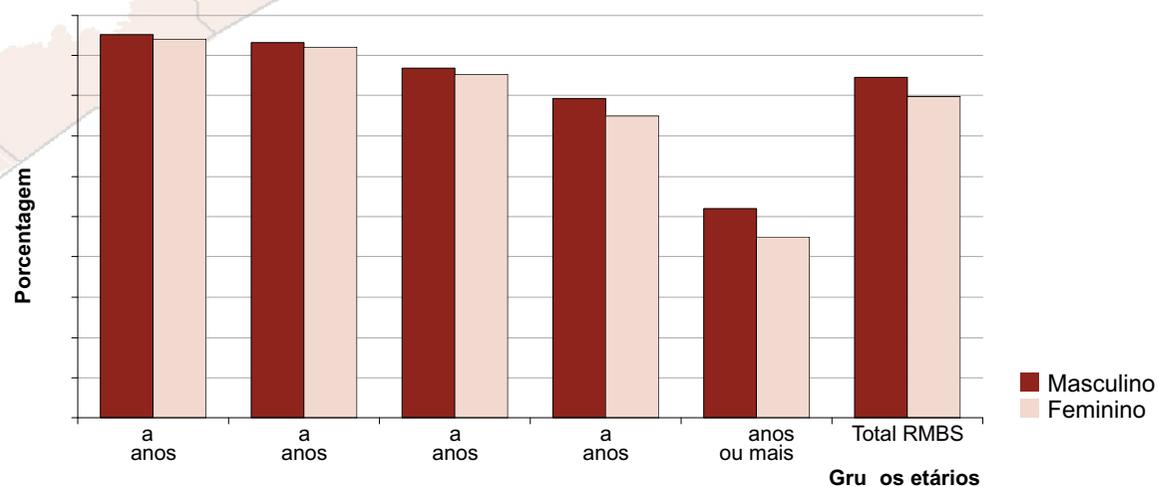


A escolaridade da população geralmente é uma variável resumo bastante adequada para identificar a condição sócio-econômica, pois representa um importante ativo que aumenta a capacidade de enfrentamento da vulnerabilidade social. Nos gráficos apresentados ao lado procuramos destacar a escolaridade para dois grupos populacionais distintos: no primeiro apresenta-se a escolaridade da população com 15 anos ou mais (população que já ultrapassou a idade escolar obrigatória 6 a 14 anos). As informações foram construídas a partir dos anos de estudo desta população, considerando-se o último grau e série concluída, sendo que o Ensino Fundamental completo equivale a 8 anos de estudo e o Ensino Médio completo equivale a 11 anos de estudo. Nota-se na distribuição da RMBS a relação direta entre escolaridade e localização nas diferentes zonas de vulnerabilidade. De fato, na ZV1 o peso da população com fundamental incompleto é o mais elevado da região, sendo o oposto observado na ZV4, configurando um verdadeiro gradiente de situações. Observa-se ainda, que o Ensino Médio incompleto, não obstante as fortes diferenças entre as ZVs, é geralmente a categoria com menor proporção em qualquer uma delas, o que revela a manutenção deste nível de ensino como propedêutico. Esta é uma característica histórica da educação brasileira que faz do Ensino Médio apenas uma passagem entre aqueles que não conseguiram romper a barreira do Ensino Fundamental e aqueles que chegam ao Ensino Superior. No segundo gráfico apresenta-se para distintos grupos etários o percentual de pessoas que freqüenta e não freqüenta escola ou creche. Sob o suposto de vinculação da idade ao nível escolar esperado esse dado permite dimensionar, de forma aproximada, as taxas de atendimento observadas em cada nível de ensino na região. A efetividade deste acesso pode representar, tanto uma insuficiência de oferta de vagas - o que a realidade da RMBS tem demonstrado ser a explicação nos casos da creche e da pré-escola (crianças de 0 a 6 anos) -, como uma insuficiência de demanda por vagas. No que diz respeito à insuficiência de demanda por vagas, podemos inferir que no caso do Ensino Superior (jovens de 18 a 25 anos), isto decorre, em muito, dos fatores socioeconômicos e de empregabilidade que impossibilitam o jovem de pleitear estas vagas.

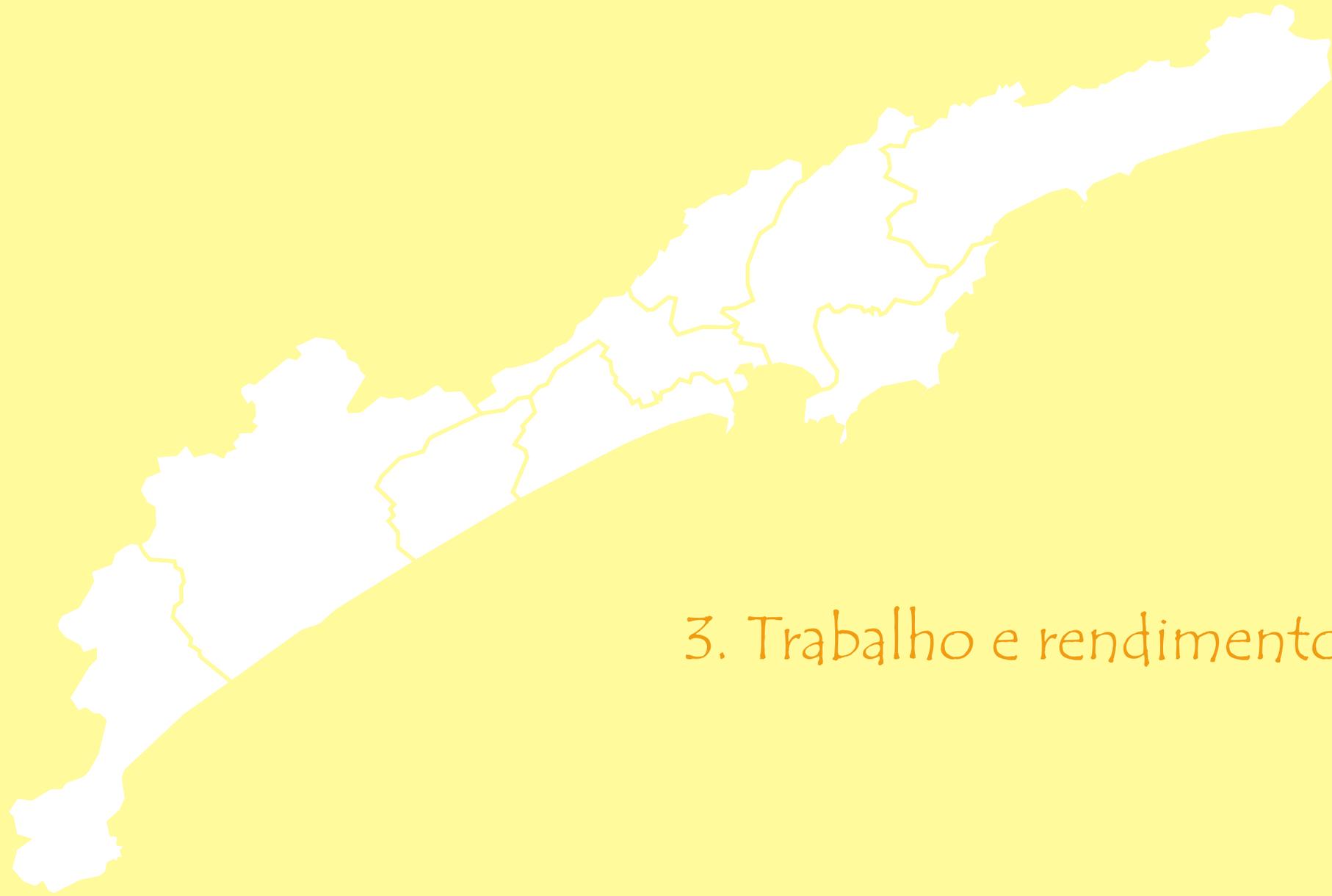
Percentual de pessoas com a avaliação do estado geral de saúde Muito bom ou Bom por grupos etários segundo zonas de Vulnerabilidade

Zonas de Vulnerabilidade	de pessoas Muito bom ou Bom						Zona MBS
	até 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos e mais	Total	
Total							

Percentual de pessoas com a avaliação do estado geral de saúde Muito bom ou Bom por grupos etários e sexo



A tabela e o gráfico mostram a proporção de avaliação positiva do estado geral de saúde ("muito bom ou bom" versus "regular, ruim ou muito ruim"), por zonas de vulnerabilidade, idade e sexo. Esta informação foi coletada da pessoa que respondeu ao questionário. O que se observa, portanto, é a avaliação do respondente a respeito de cada morador do domicílio, não correspondendo, portanto, a uma auto-avaliação. O gráfico nos mostra que com o aumento da idade, o percentual de avaliação "muito bom ou bom" diminui e, a partir dos 30 anos, começa a declinar mais significativamente. Mais da metade da população masculina acima de 60 anos investigada apresenta uma avaliação do estado de saúde como "muito bom ou bom", entretanto, para a população feminina nesta mesma faixa etária os valores diminuem para menos da metade, sendo de 44,8%. Resultados semelhantes têm sido encontrados em outros estudos. Ou seja, o fato de o estado de saúde feminino ser avaliado como um pouco pior do que o estado de saúde masculino já foi apontado, por exemplo, no estudo intitulado Saúde e Condição de Vida em São Paulo, de 2005. Ainda no que diz respeito aos nossos dados, a Tabela mostra o percentual de pessoas com avaliação de saúde "muito bom ou bom" por zonas de vulnerabilidade. Observa-se que a ZV1 apresenta maiores percentuais de resposta positiva para os grupos mais jovens e menores percentuais para o grupo mais idoso, variando no total de 94,5% a 47,7%, respectivamente. A distribuição de respostas entre grupos etários varia menos na ZV3, que apresenta uma menor proporção de pessoas de baixa renda. Já na ZV1, onde a proporção de pessoas de baixa renda é maior, as distribuições de avaliação positiva apresentam maior variação entre os grupos etários, sendo de 92,9% para o grupo mais jovem e 36,8% para o grupo mais idoso. Esta ZV1 também apresenta a menor proporção de idosos com avaliação positiva de saúde, sugerindo que estes idosos apresentam as piores condições de saúde de toda a RMBS, possivelmente como resultado do acúmulo de vulnerabilidades vivenciadas ao longo da vida.



3. Trabalho e rendimentos

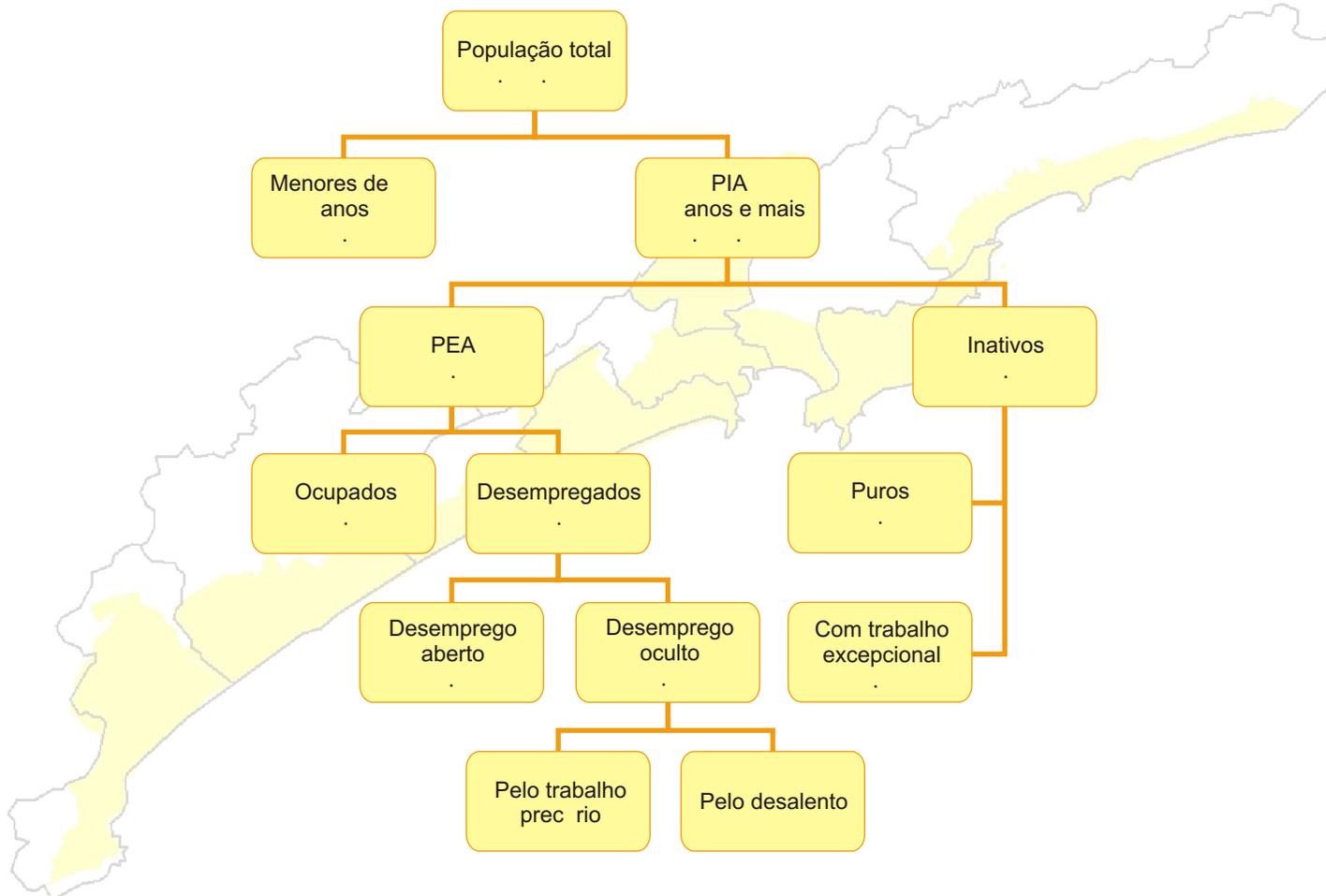
estimativas de o u a ão segundo artici a ão no mercado de traba ho

O diagrama ao lado apresenta, de modo sintético os volumes mais importantes para a caracterização do mercado de trabalho da RMBS. A população de 10 anos ou População em idade ativa (PIA), correspondente a 84,9 % da população total. A PIA, por sua vez, é composta pela População economicamente ativa (PEA) - constituída pelas pessoas que participam do mercado de trabalho, seja na condição de ocupados seja na condição de desempregados - e pelos Inativos, ou seja, as pessoas que não participam do mercado de trabalho, seja porque dele já se retiraram seja porque nunca trabalharam. Na RMBS, a taxa de participação (proporção da PIA representada pela PEA) é de 54,2%.

Contudo, especialistas consideram ser o mercado de trabalho no Brasil bastante heterogêneo, uma vez que pouco estruturado, marcado por alta disponibilidade de força de trabalho, altos níveis de informalidade (portanto, com níveis insatisfatórios de proteção social) e, por tudo isso, com fronteiras borradas e muito flexíveis entre o trabalho e o não-trabalho, entre o desemprego e a inatividade. Isto significa dizer que os limites entre as diferentes situações – ocupado, desempregado, inativo são pouco claros. Não é incomum, por exemplo, que donas de casa que normalmente não trabalhem de forma remunerada resolvam fazê-lo em situações de emergência familiar e retornem à condição de inativas uma vez passada esta emergência. Do mesmo modo, a condição de desempregado pode ficar oculta pelo desempenho de trabalho precário (instável, sem proteção formal, baixa remuneração, poucas horas semanais), ou ainda pelo desalento, isto é, pela desistência da procura trabalho em função da dificuldade em obtê-lo.

A RMBS não foge à esta característica básica do mercado de trabalho nacional. Assim, na PEA, a taxa de desemprego aberto, representada por aqueles que procuraram efetivamente trabalho na data de referência é de 14,43% mas o desemprego oculto pelo trabalho precário e pelo desalento eleva a taxa de desemprego total a 18,37%. Conseqüentemente, a taxa de ocupação (proporção da PEA que está ocupada) é de 81,63%. Entre os inativos, uma pequena parcela trabalha excepcionalmente, mantendo assim uma relação marginal com a PEA.

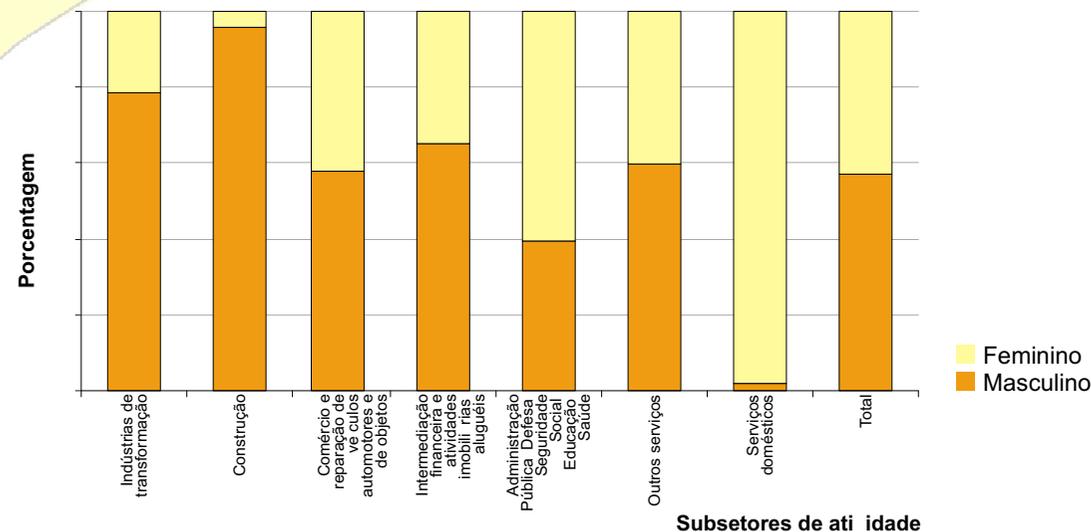
() Este diagrama foi produzido pela equipe SEADE/ DIEESE responsável pela PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego – cuja metodologia foi adotada pelo projeto Vulnerabilidade.



Po u a ão urbana distribui ão dos ocu ados segundo se o e setor de ati idade

Setor de ti idade	Se o		ota
	Mascu ino	eminino	
gricu tura Pecuária Produ ão oresta Pesca e icu tura			
Ind stria			
Indústrias de transformação			
Outras atividades industriais			
Construção			
Comércio e Ser ios			
Comércio e reparação de ve culos automotores e de objetos pessoais e domésticos			
Intermediação financeira e atividades imobili rias aluguéis e serviços prestados a empresa			
Administração Pública Defesa Seguridade Social Educação Saúde			
Outros serviços			
Serviços domésticos			
ota			
valores não significativos.			

Com osi ão or se o dos ocu ados de a guns subsetores de ati idade



Como nas demais regiões metropolitanas do país, o setor de Comércio e Serviços na RMBS é, em suas várias modalidades, o grande empregador de mão de obra, absorvendo mais de 80% dos ocupados. No caso da mão de obra feminina, este percentual supera os 90% em virtude, principalmente, da pequena participação das mulheres na Indústria de Transformação e sua quase inexistência na Construção.

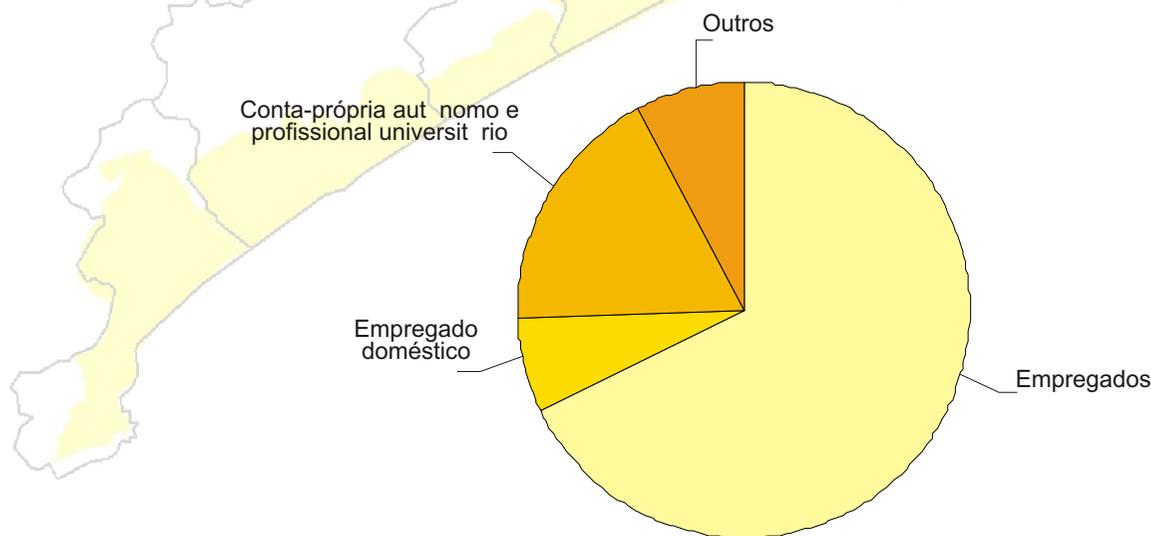
Considerando-se as diferentes modalidades do setor de Comércio e Serviços, verifica-se que a categoria "Outros Serviços" que engloba todos os serviços não incluídos nas categorias anteriores, emprega tanto homens quanto mulheres, absorvendo parcelas bastante próximas da PEA ocupada masculina e da feminina. Outra modalidade que absorve proporções semelhantes de ambas é a de "Comércio e Reparação de Veículos Automotores e de Objetos Pessoais e Domésticos" Contudo, outros subsectores já mostram expressiva desigualdade. Assim é que o subsector Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde absorve cerca de 20% da população feminina ocupada e menos de 10% da população masculina na mesma condição. O serviço doméstico também absorve boa parte das mulheres ocupadas e quase nada dos ocupados de sexo masculino.

O volume desigual de homens e mulheres na PEA porém, pode dar margem a conclusões enganosas O gráfico ao lado, que mostra a composição por sexo dos ocupados nos principais subsectores esclarece um pouco mais a questão. Os homens representam 57,01% do total da PEA ocupada, mas correspondem a 96% dos ocupados na construção civil, 78% dos ocupados nas indústrias de transformação e 65% deles nas atividades de intermediação financeira e similares. Estes são portanto subsectores de incontestável predominância da mão de obra masculina. Já as mulheres predominam, com valores bem superiores à sua participação no total da PEA, nos serviços domésticos (98%) e nas atividades Administração Pública, Defesa, Seguridade Social, Educação, Saúde (61%).

Posição urbana posição na ocupação por sexo

Posição na ocupação	Sexo		Total
	Masculino	Feminino	
Empregados			
Emprego doméstico			
Contador autônomo e profissional universitário			
Outros			
Total			

Distribuição dos ocupados por posição na ocupação



Na RMBS, dentre os ocupados predominam incontestavelmente os empregados que absorvem mais de dois terços da mão de obra masculina e mais da metade da feminina. A seguir, para os homens, estão os autônomos entre os quais há uma parcela bem reduzida de profissionais universitários. Entre as mulheres o trabalho autônomo também é bastante expressivo mas suplantado pelo emprego doméstico. As demais categorias não têm ocorrência relevante.

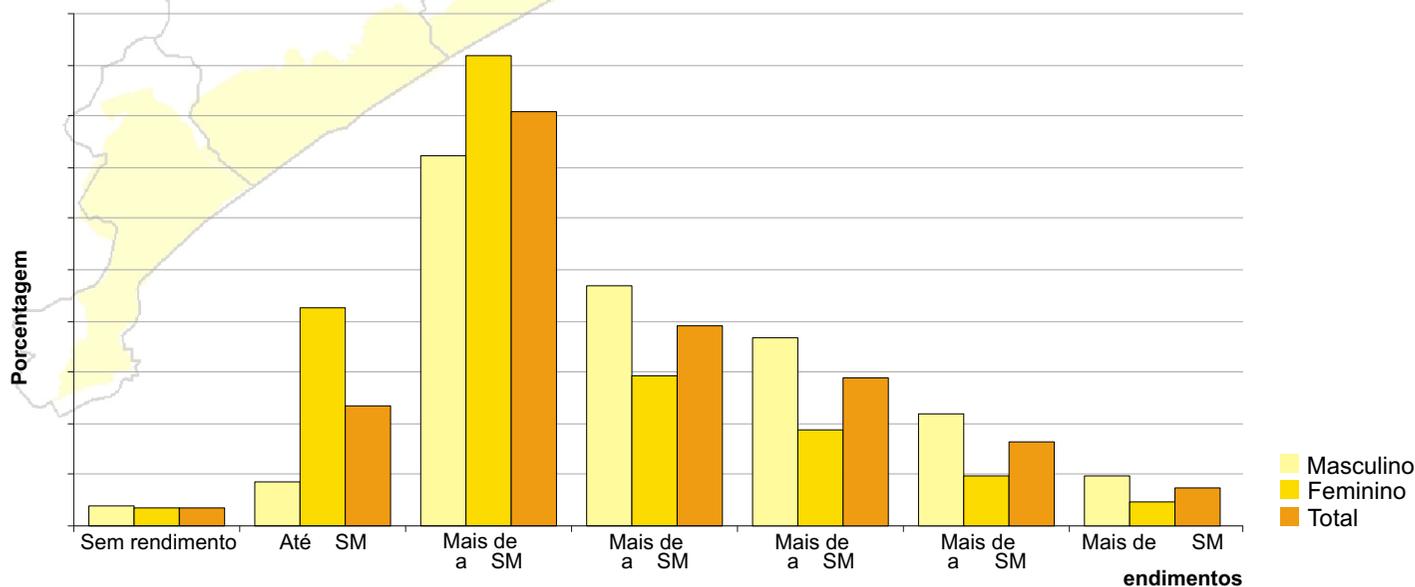
Po u a ão urbana horas traba hadas na semana

oras traba hadas na semana	Se o		ota
	Mascu ino	eminino	
até a			
de a			
mais de			
ota			
Média			
Mediana			

Po u a ão urbana rendimentos do traba ho rinci a

rendimentos	Se o		ota
	Mascu ino	eminino	
Média			
Mediana			

istribui ão dos rendimentos do traba ho rinci a segundo se o



Mais da metade dos ocupados do sexo masculino declaram trabalhar mais de 44 horas por semana no trabalho principal. Já entre as mulheres a duração semanal do trabalho mais frequente é de 21 a 40 horas. Em termos médios, os homens trabalham 7 horas a mais na semana do que as mulheres. Esta diferença se eleva para 8 anos em termos medianos. Mas não será apenas este fator o responsável pela diferença salarial observada entre homens e mulheres. Em termos médios, o tempo de trabalho feminino corresponde a 85% do tempo de trabalho masculino para uma remuneração correspondente à apenas 64% daquela percebida pelos homens. Em termos medianos, as diferenças são ainda maiores: para uma jornada de trabalho correspondente à 83,3% da masculina, os rendimentos femininos correspondem a apenas 59,5% dos rendimentos masculinos.

Trabalho e rendimentos

Po u a ão urbana em regados com carteira assinada

Se o	Posi ão na ocu a ão		ota
	m regado	m regado doméstico	

Mascu ino
eminino
ota

Po u a ão urbana rendimento do traba ho rinci a assa ariado

Posi ão na ocu a ão	endimento	Se o		ota
		Mascu ino	eminino	
m regado	Média			
	Mediana			
m regado doméstico	Média			
	Mediana			

Bene ícios e au í ios associados ao em rego assa ariado

Bene ícios u í ios	Se o		ota
	Mascu ino	eminino	
u í io trans orte			
P ano de sa de utro			

A carteira de trabalho assinada pelo empregador é importante indicador do nível de formalização do mercado de Trabalho. Na RMBS, cerca de 80% dos empregados assalariados (excluindo-se os funcionários públicos) têm carteira assinada. O emprego formal ocorre mais frequentemente entre os homens do que entre as mulheres. Este menor grau de formalização do trabalho feminino é agravado ainda mais pelo fato de que o serviço doméstico - grande empregador de mulheres - é muito pouco formalizado: das empregadas domésticas da RMBS, apenas 24% têm carteira assinada. Em função disto, para o total dos assalariados, as mulheres trabalhadoras com carteira assinada representam pouco mais de dois terços dos homens na mesma condição.

Esta pior inserção feminina entre os assalariados reflete-se também nos salários. As mulheres empregadas recebem o equivalente a dois terços dos salários masculinos em termos médios e medianos. Mas são as empregadas domésticas as que apresentam a pior remuneração em comparação. O salário médio não representa mais do que 40% do valor do salário médio masculino enquanto o salário mediano corresponde à metade daquele percebido pelos homens.

Também no que diz respeito aos auxílios e benefícios associados ao trabalho assalariado, as mulheres apresentam certa desvantagem. Se o auxílio-transporte ocorre em frequências equivalentes para homens e mulheres, as que dispõem de plano de saúde equivalem a dois terços dos homens que dispõem deste mesmo benefício. De um modo geral, apenas o auxílio transporte é razoavelmente disseminado. Os demais atingem parcela bem mais restrita dos trabalhadores.

Taxas de participação segundo algumas características pessoais e zonas de vulnerabilidade

Sexo	Zonas de Vulnerabilidade	
	Zona 1	Zona 3
Masculino		
Feminino		
Média		

Grupos etários	Zonas de Vulnerabilidade	
	Zona 1	Zona 3
Até 24 anos		
25 a 39 anos		
40 a 54 anos		
55 anos e mais		
Média		

Cor	Zonas de Vulnerabilidade	
	Zona 1	Zona 3
Branca		
Não-branca		
Média		

Anos de instrução	Zonas de Vulnerabilidade	
	Zona 1	Zona 3
Até 8 anos		
9 anos ou mais		
Média		

Embora haja leves diferenças entre as taxas de participação por sexo nas diferentes ZVs, estas não serão, provavelmente significativas. A ZV3 é a que apresenta a menor taxa tanto para os homens quanto para as mulheres. Provavelmente tal fato se deve ao maior envelhecimento da população destas zonas, conforme já observado em seções anteriores.

Já no que diz respeito às taxas de participação por idade, observa-se que estas tendem a crescer até a faixa dos 25 a 39 anos, na qual apresentam os maiores valores, particularmente na ZV3. Mas é também nesta ZV que se observa o valor mais baixo na taxa de participação dos jovens de até 24 anos, sugerindo que parte dos jovens desta zona entram mais tardiamente no mercado de trabalho. A partir dos 39 anos, as taxas apresentam tendência declinante, de modo muito acentuado a partir dos 55 anos e chegando a valores puramente residuais nos 70 anos e mais. Provavelmente este movimento está associado à saída definitiva do mercado de trabalho que se intensifica a partir dos 55 anos.

Com relação à raça/cor a diferença nas taxas de participação entre a população branca e a não-branca é pouco expressiva. A maior diferença é encontrada na ZV3, onde a taxa de participação da população não-branca supera a da população branca e da RMBS em 6 pontos percentuais.

Com relação aos anos de instrução, observa-se que na RMBS em geral, e em cada uma das ZVs, as taxas de participação são mais altas nas faixas de maior nível de instrução. Isto também ocorre na ZV3, mas as taxas de participação em ambas as faixas de instrução estão muito abaixo das médias regionais, particularmente no grupo de até 8 anos de instrução.

Em contrapartida, nas ZVs 1 e 2 as taxas totais de participação são mais altas do que as da RMBS, principalmente em função de taxas mais altas no grupo de nove anos e mais de instrução. Na ZV1, também no grupo com até 8 anos de instrução a taxa de participação é mais alta do que a média regional. Assim, da perspectiva dos anos de instrução, na ZV1 verifica-se uma intensificação da participação na PEA em todos os níveis, enquanto na ZV3 ocorre o processo oposto. É bem possível que haja aí um efeito de composição com a estrutura etária, uma vez que a ZV3 é a mais envelhecida e são exatamente as pessoas mais idosas as que têm maior probabilidade de apresentar maiores níveis de inatividade.

Taxas de ocupação segundo algumas características pessoais e zonas de Vulnerabilidade

Sexo	Zonas de Vulnerabilidade		Média RMBS
	ZV1	ZV3	
Masculino			
Feminino			
Totais			

Grupos etários	Zonas de Vulnerabilidade		Média RMBS
	ZV1	ZV3	
Até 9 anos			
10 a 19 anos			
20 a 29 anos			
30 a 39 anos			
40 a 49 anos			
50 anos e mais			
Totais			

Valores não significativos.

Cor da pele	Zonas de Vulnerabilidade		Média RMBS
	ZV1	ZV3	
Branca			
Não branca			
Totais			

Níveis de instrução	Zonas de Vulnerabilidade		Média RMBS
	ZV1	ZV3	
Até 7 anos			
8 a 11 anos			
12 anos e mais			
Totais			

Se as taxas de participação apresentam valores muito próximos nas distintas ZVs, as taxas de ocupação apresentam diferenças interessantes.

A mais alta taxa de ocupação é encontrada exatamente na ZV3, que tem a menor taxa de participação. As diferenças são notáveis particularmente no caso das mulheres, cuja taxa supera amplamente a da RMBS assim como as das outras ZVs. Inversamente, a menor é encontrada na ZV1, o que permite antecipar que nela, o desemprego será maior.

Com relação à idade, as taxas de ocupação seguem a mesma tendência das taxas de participação, embora com diferenças de níveis. Isto é, em todas as ZVs elas são mais baixas entre os jovens, atingem seu pico na faixa dos 40 a 54 anos para então começarem a declinar. Entre os jovens de até 24 anos, a menor taxa é encontrada na ZV1 em valores muito abaixo dos encontrados para as demais. Também nesta ZV se encontra a taxa mais baixa para as idades acima de 55 anos.

No que diz respeito à cor, as taxas de ocupação da população branca supera as taxas da não branca nas ZVs 1 e 2 e na RMBS de modo geral. Na ZV3 assim como ocorre com as taxas de participação, a ocupação atinge níveis mais altos entre os não brancos.

Já com relação ao nível de instrução, observa-se a tendência do aumento da ocupação à medida em que aumenta o nível de instrução em todas as ZVs assim como na RMBS de um modo geral. Comparando-se as diferentes ZVs com a média regional, verifica-se que os valores são inferiores à esta média na ZV1, particularmente no grupo de 9 anos e mais de instrução e superiores na ZV3, particularmente no grupo de até 8 anos de instrução.

taxas de desemprego aberto e total segundo algumas características essenciais e zonas de vulnerabilidade

Sexo	Desemprego	Zonas de Vulnerabilidade	
		ZV1	ZV2
Masculino	Aberto		
	Total		
Feminino	Aberto		
	Total		
Total	Aberto		
	Total		

Grupos etários	Desemprego	Zonas de Vulnerabilidade	
		ZV1	ZV2
Até 24 anos	Aberto		
	Total		
25 a 34 anos	Aberto		
	Total		
35 a 44 anos	Aberto		
	Total		
45 a 54 anos	Aberto		
	Total		
55 anos e mais	Aberto		
	Total		
Total	Aberto		
	Total		

Valores não significativos.

Cor da pele	Desemprego	Zonas de Vulnerabilidade	
		ZV1	ZV2
Branca	Aberto		
	Total		
Não branca	Aberto		
	Total		
Total	Aberto		
	Total		

Como as taxas de ocupação e de desemprego na PEA são complementares, conforme já foi observado, a discussão da ocupação antecipa a discussão do desemprego. As ZVs com as menores taxas de ocupação são aquelas com as maiores taxas de desemprego. Por isso, o mais importante aqui é tentar entender as diferenças entre o desemprego aberto e o total.

Não apenas a maior taxa de desemprego aberto e total são encontradas na ZV1 como também a maior diferença entre ambos, evidenciando assim o maior peso do desemprego oculto nesta área. Levando-se em consideração os diferenciais por sexo, fica evidente que são as mulheres as que mais sofrem ambos os tipos de desemprego - o aberto e o oculto. Este último eleva as taxas totais femininas para valores acima de 30% na ZV1 e acima de 20% na ZV2 afetando também as taxas totais destas zonas e da RMBS.

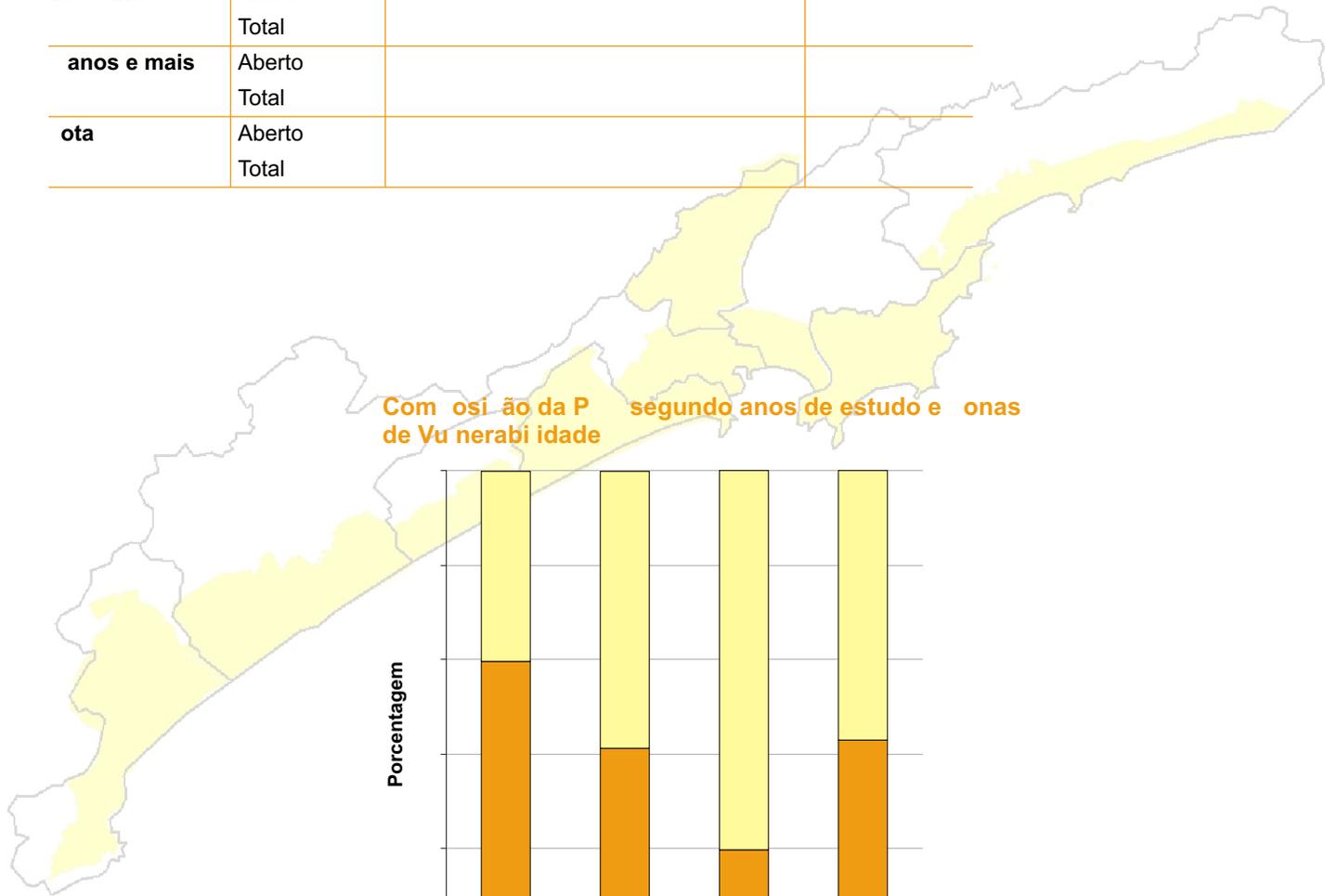
O desemprego dos jovens de até 24 anos, tanto o aberto quanto o total são bem altos em todas as ZVs, porém na ZV1 chega a abarcar quase a metade da população que está no mercado de trabalho. Mas este desemprego jovem é basicamente desemprego aberto.

Já o desemprego em outras faixas etárias da população residente na ZV1 é fundamentalmente desemprego oculto. Assim é que na faixa dos 40 aos 54 anos a taxa de desemprego aberto é de 6,20% - pouco maior apenas da encontrada nas outras ZVs - mas o desemprego total alcança os 15,7%. O mesmo ocorre na faixa dos 55-69 anos, com uma taxa de desemprego aberto de 6,20% e uma taxa de desemprego total de 15,7%. Deste modo, na ZV1, enquanto os jovens sofrem com o desemprego aberto, a população mais idosa sofre mais intensamente o desemprego oculto.

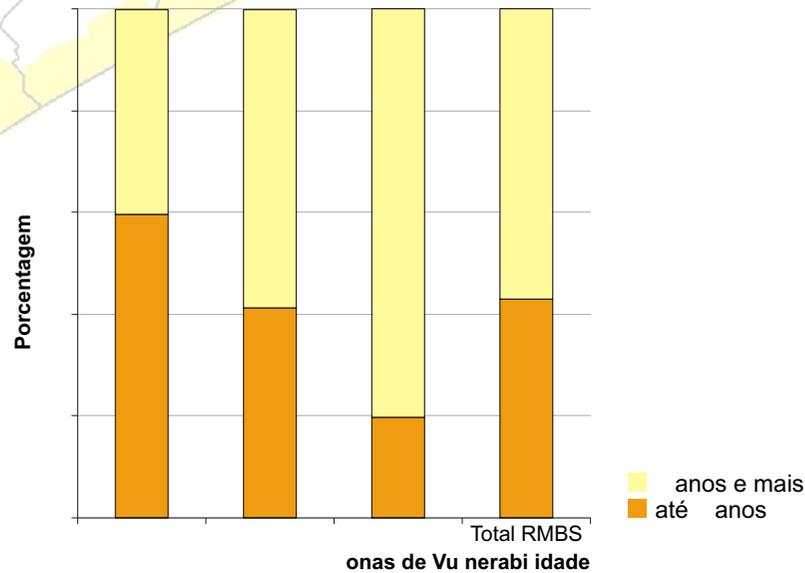
Com relação à cor/raça, na ZV1 ambos os tipos de desemprego, porém de modo particular o desemprego oculto afetam mais duramente a PEA não branca. Assim é que com taxas muito próximas de desemprego aberto - de 15,8% para os brancos e de 16,94% para os não-brancos - o desemprego total é bastante diferenciado, chegando a 25% entre os não brancos. Na ZV2 também a taxa de desemprego é maior entre os não-brancos, mas em função do desemprego aberto, uma vez que os níveis de desemprego oculto são bastante próximos entre si. A ZV3 como já antecipado, é a única área em que a taxa de desemprego é maior na população branca e não há desemprego oculto na PEA não branca.

taxas de desemprego aberto e total segundo algumas características pessoais e condições de vulnerabilidade

nível de estudo	desemprego	condições de vulnerabilidade	
		aberto	total
até 8 anos	Aberto		
	Total		
9 anos e mais	Aberto		
	Total		
total	Aberto		
	Total		



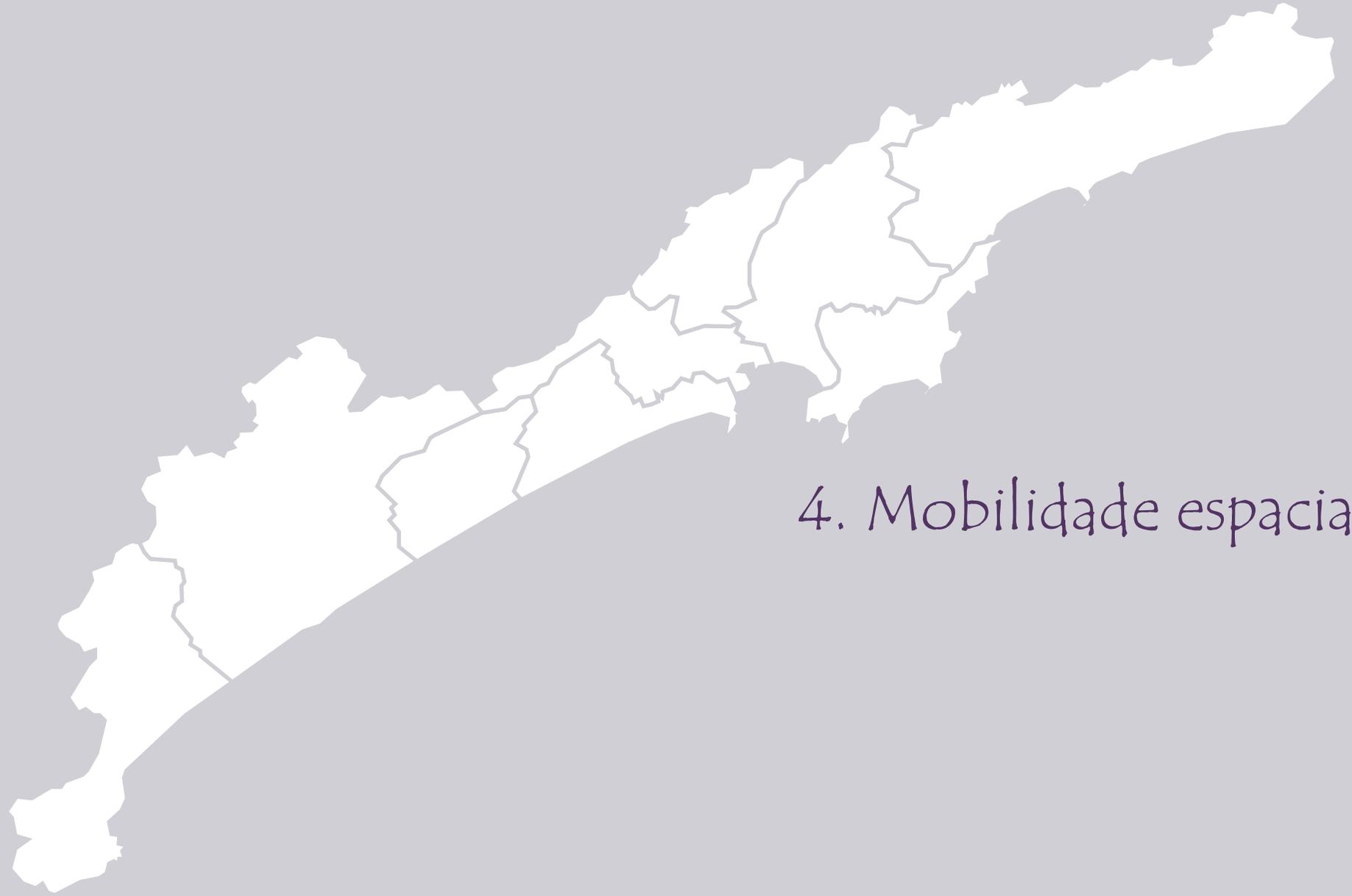
Com a inclusão da P de vulnerabilidade segundo anos de estudo e condições



Na ZV 1 não se notam diferenças significativas nas taxas de desemprego segundo o nível de instrução. Em ambos, as taxas de desemprego aberto e de desemprego total estão muito próximas daquelas obtidas para o conjunto da ZV. Porém, a diferença entre o desemprego oculto e o total sugere que o desemprego oculto é maior no grupo de até 8 anos de instrução.

Já na ZV2 tanto o desemprego total quanto o desemprego aberto apresentam as taxas mais altas da RMBS para o grupo de até 8 anos de instrução. Estas taxas suplantam tanto as taxas gerais da ZV quanto as próprias médias regionais. Já as taxas observadas para o grupo de 9 anos e mais de instrução estão abaixo tanto das médias da ZV, quanto das taxas da RMBS para este nível de instrução.

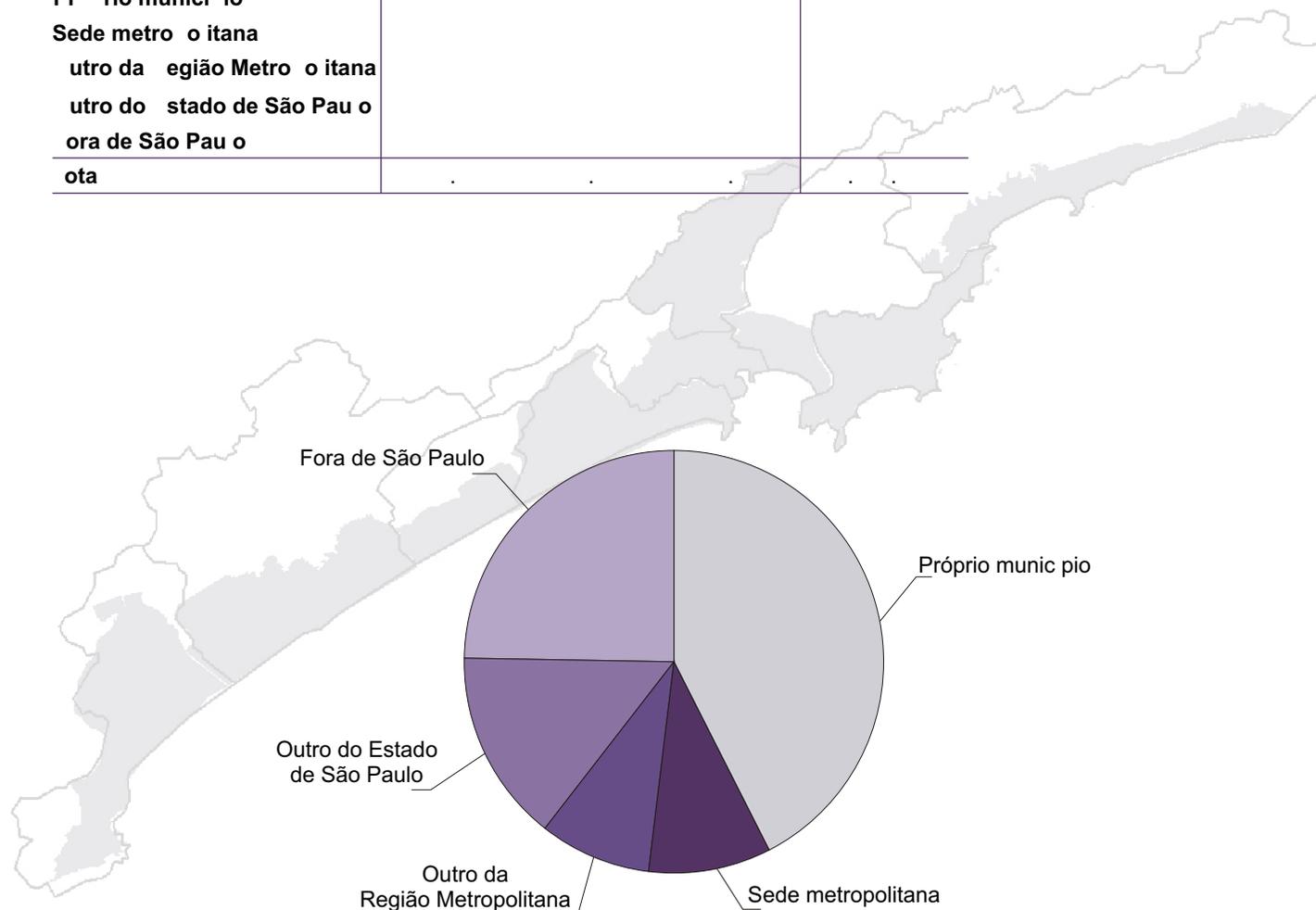
A ZV3 apresenta as menores taxas de desemprego aberto e total da RMBS seja para o grupo de até 8 anos de instrução seja para aqueles de 9 anos e mais. Além disso, não se notam diferenças significativas entre as taxas observadas para ambos os níveis de instrução.



4. Mobilidade espacial

População residente urbana por naturalidade segundo zonas de Vulnerabilidade

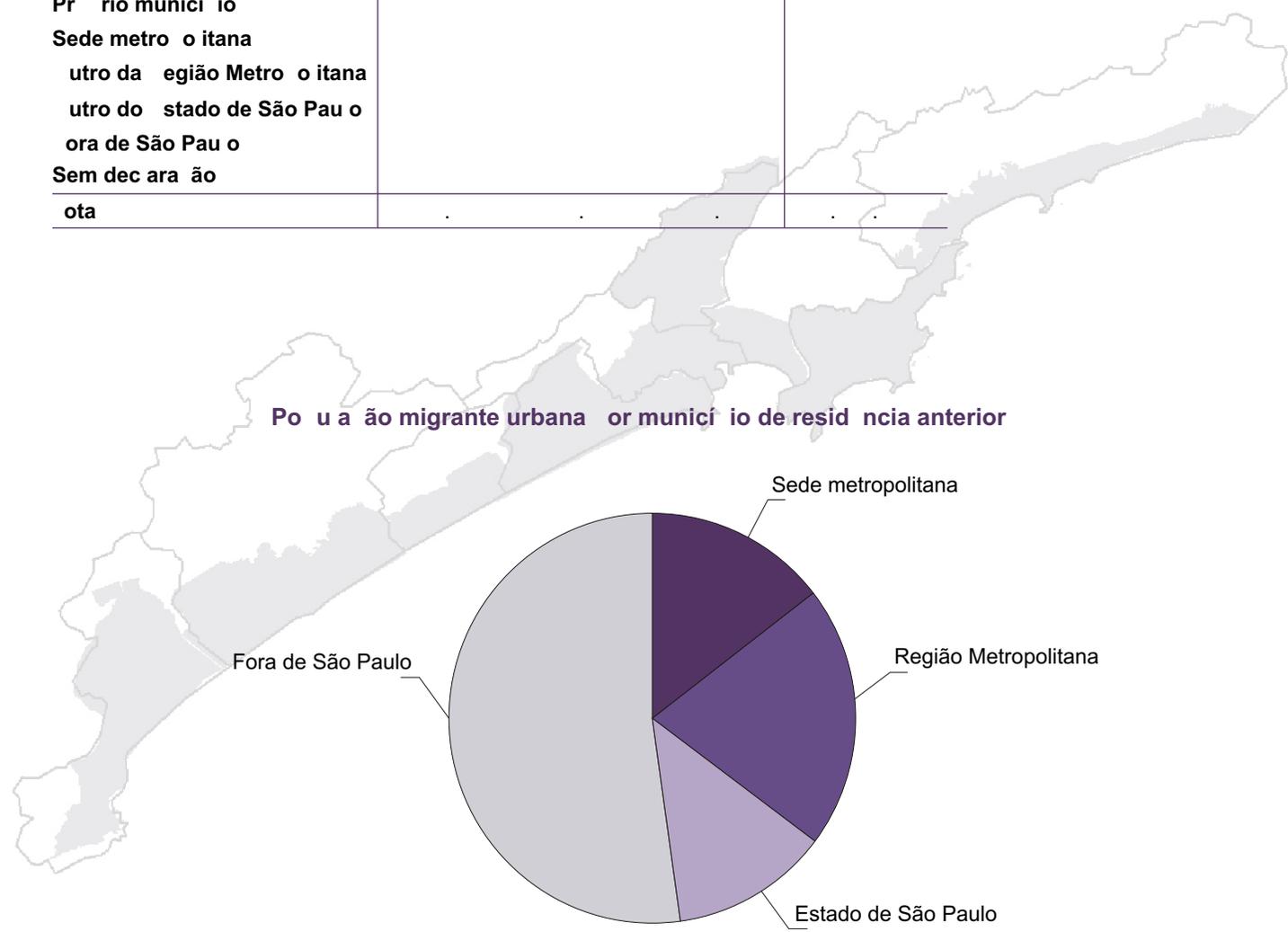
Município de nascimento	Zonas de Vulnerabilidade		Zona MBS
	Zona 1	Zona 2	
Próprio município			
Sede metropolitana			
Outro da Região Metropolitana			
Outro do Estado de São Paulo			
Outro de São Paulo			
Total			



No período 1991/2000, a migração respondeu por cerca de 40% do crescimento demográfico da RMBS, fato que reflete a importância dessa variável na dinâmica populacional regional, ainda que esta tenha sido muito mais importante no passado. Essa relevância se reflete na composição da população segundo a naturalidade. Como se observa nos dados apresentados, embora a maior parte da população da Baixada seja natural da própria região (60%) e 43% tenham nascido no próprio município onde residiam no momento da entrevista, ainda existe um percentual próximo a 40% de pessoas que nasceram fora da região. Desse grupo, 15% são naturais de outro município do paulista e 25% nasceu fora do estado de São Paulo. Desagregando estes valores segundo as ZVs, percebe-se inicialmente que a ZV1 e a ZV2 possuem uma participação um pouco maior de pessoas naturais da sede metropolitana, em relação à ZV3 – o que seria de se esperar, já que a ZV3 está, em grande parte, contida na sede metropolitana. O grande diferencial entre as ZVs, em especial da ZV3 com relação às demais, diz respeito aos naturais do estado de São Paulo, uma vez que a primeira registra um percentual bem mais elevado (23%); em contrapartida, percebe-se que nas áreas mais periféricas e mais vulneráveis, a participação dos migrantes de outros estados é sensivelmente maior (28% na ZV1, contra 18% na ZV3). Tais resultados revelam algumas das facetas do processo migratório envolvendo a região: a sede metropolitana parece ter uma relação mais intensa com o estado de São Paulo – em especial, com a capital – sendo que as demais áreas apresentam maior predominância de migrantes de origem interna e de fora do estado.

População residente urbana por município de residência anterior segundo zonas de Vulnerabilidade

Município de residência anterior	Zonas de Vulnerabilidade		Nota MBS
	ZV1	ZV2	
Próprio município			
Sede metropolitana			
Outro da Região Metropolitana			
Outro do Estado de São Paulo			
Fora de São Paulo			
Sem declaração			
Total			



População migrante urbana por município de residência anterior

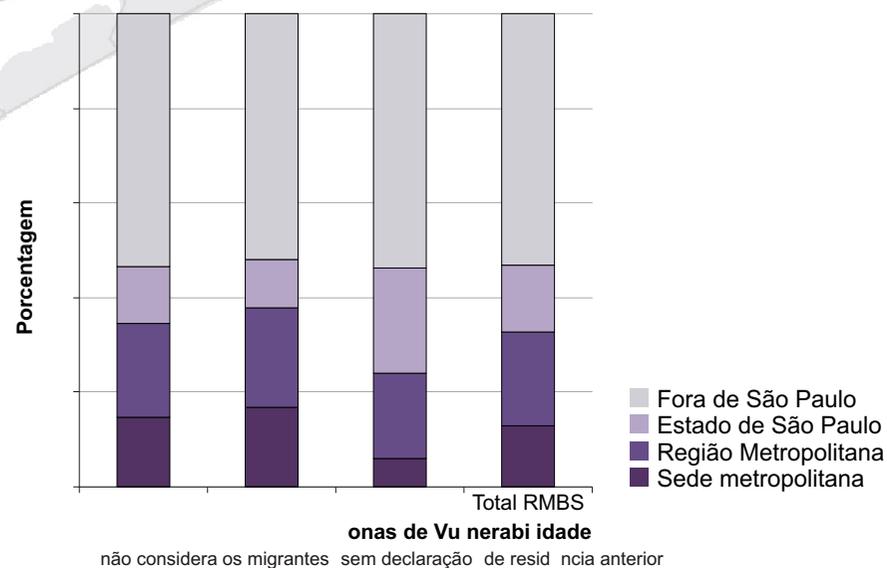
não considera os migrantes sem declaração de residência anterior

Outra maneira de se conhecer as características da migração regional é a partir da identificação do último local de residência dos migrantes. Tendo em vista o alto grau de mobilidade espacial da população, nem sempre o local de nascimento fornece uma boa indicação dos fluxos migratórios envolvendo a região. A partir dessa nova informação, constata-se que pouco menos da metade da população residente na Baixada Santista apresentou como residência anterior um município distinto daquele em que residia no momento da entrevista. Pelo gráfico apresentado, constata-se que destes, 52,3% tinham como última residência algum município de fora do estado de São Paulo, 12,5% no próprio estado e mais de 35% se constituíram de migrantes que se deslocaram dentro da própria região (14% desde a sede regional e 21% de outras áreas). Os dados da tabela mostram ainda as especificidades com relação às zonas de vulnerabilidade. Nesse caso, percebem-se basicamente as mesmas diferenças apresentadas no caso do lugar de nascimento: as ZVs 1 e 2 apresentavam maior proporção de migrantes provenientes de fora do estado de São Paulo, sendo que esta era a origem mais freqüente para os migrantes da ZV3. Vale também destacar que na ZV3 a proporção de pessoas não migrantes, ou seja, cujo município anterior era o mesmo da entrevista é bem superior, particularmente se comparado com a ZV1 e a ZV2.

Residência e os domicílios urbanos por município de residência anterior segundo zonas de Vulnerabilidade

Município de residência anterior	Zonas de Vulnerabilidade		Total MBS
	ZV1	ZV2	
Principais municípios			
Sede metropolitana			
Resto da Região Metropolitana			
Resto do Estado de São Paulo			
Fora de São Paulo			
Sem declaração			
Total			

Residência e os domicílios urbanos migrantes por município de residência anterior segundo zonas de Vulnerabilidade

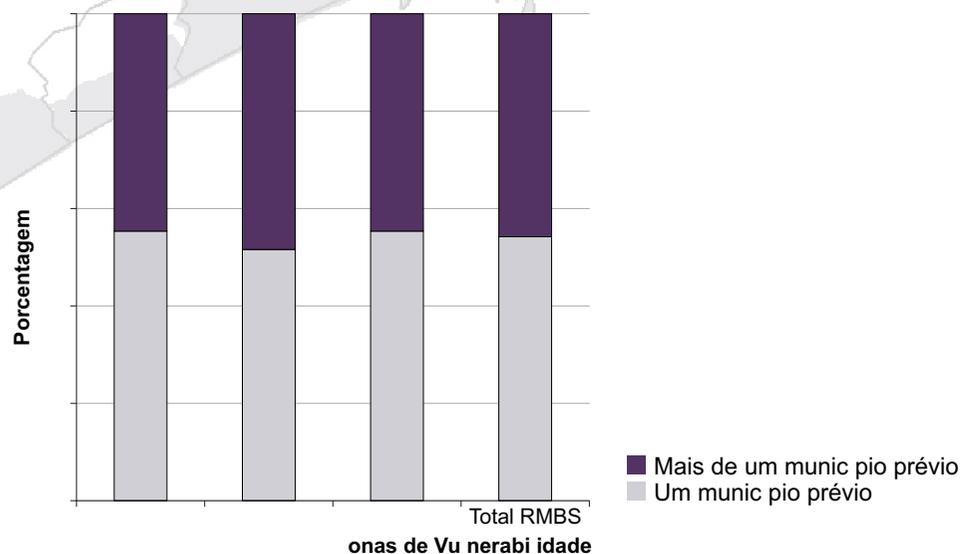


Observando-se o local da residência anterior (apenas dos responsáveis pelos domicílios), o primeiro ponto a se destacar é o aumento significativo de migrantes, em comparação à população total, contemplada na informação anterior (mais de 72%, contra 55%). Contudo, deve-se destacar que a distribuição segundo última residência permanece praticamente a mesma (ou seja, cerca de um terço de fora do estado de São Paulo, outros dois terços divididos entre o próprio estado e a própria região metropolitana). Percebe-se pelo gráfico que tanto a ZV1 quanto a ZV2 se diferenciam com relação à ZV3 pela maior predominância de migrantes provenientes da sede regional. Por sua vez, a ZV3 se destaca pela importância da migração proveniente do próprio estado.

es onsá eis e os domicí ios urbanos or n mero de municí ios de resid ncia ré ia segundo onas de Vu nerabi idade

mero de municí ios ré ios	onas de Vu nerabi idade		ota MBS
ou mais			
Sem dec ara ão			
ota			

es onsá eis e os domicí ios urbanos migrantes com ao menos um municí io de resid ncia ré ia segundo onas de Vu nerabi idade



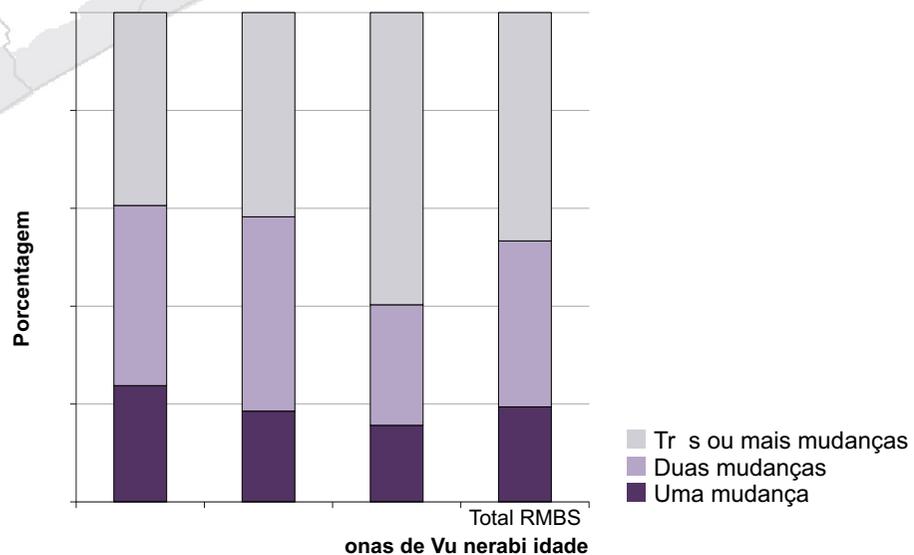
não considera os migrantes sem declaração de resid ncia anterior

O número de municípios pelos quais passou um determinado indivíduo é um bom indicador da complexidade da trajetória migratória que envolve a chegada deste ao destino final. No caso dos dados aqui apresentados para os responsáveis pelos domicílios urbanos, pode-se constatar que, na Baixada Santista, cerca de um terço deles mudaram-se mais de uma vez antes de chegarem ao município da região onde residiam no momento da entrevista. A maior parte dos responsáveis (39%) veio diretamente para o município de residência atual, sendo que menos de 30% eram não migrantes. De certa forma, este mesmo perfil se mantém nas ZVs 1 e 3, mas se modifica sensivelmente na ZV2, onde se observa uma proporção bem mais elevada de não migrantes (35%). Seja como for, é interessante notar que a trajetória de parte significativa dos migrantes chegados à região envolve mais de uma mudança, o que para muitos deles deve ser resultado da mudança do município de residência dentro da própria região, fato, aliás, ressaltado a partir dos dados anteriormente apresentados.

Respostas dos chefes de domicílios urbanos sobre o número de mudanças dentro do município de residência segundo zonas de Vulnerabilidade

Número de mudanças	Zonas de Vulnerabilidade	
	Zona 1	Zona 2
Nenhuma		
Uma ou mais		
Total		

Respostas dos chefes de domicílios urbanos com ao menos uma mudança intramunicipal sobre o número de mudanças segundo zonas de Vulnerabilidade



Uma informação interessante para se entender melhor o processo de ocupação do espaço metropolitano em geral, e dos municípios em particular, diz respeito à mobilidade intramunicipal. Esse dado, relativamente novo levantado na pesquisa domiciliar, mostra que, na RMBS, a maior parte dos responsáveis pelos domicílios realizou três ou mais mudanças dentro do município de residência atual (32,6%), fato que revela a intensidade da mobilidade intra-urbana existente na área. Seguem em importância aqueles chefes que nunca se moveram (28,3%) ou que fizeram duas mudanças (23,6%). Esse dado torna-se ainda mais interessante se observado a partir das ZVs. Assim, enquanto as ZVs 1 e 2 apresentam um perfil parecido com o da região como um todo, na ZV3 se registra uma participação muito maior dos responsáveis com três mudanças ou mais (44%). Este dado, considerado juntamente com a informação anterior sobre o número de mudanças de município, sugere que a população menos vulnerável e em melhores condições socioeconômicas tenderia a ter menor mobilidade intrametropolitana, muito embora tivesse maior tendência a mudanças dentro do próprio município, fato que se mostra coerente com as possibilidades de escolha que outro estrato socioeconômico apresentaria.

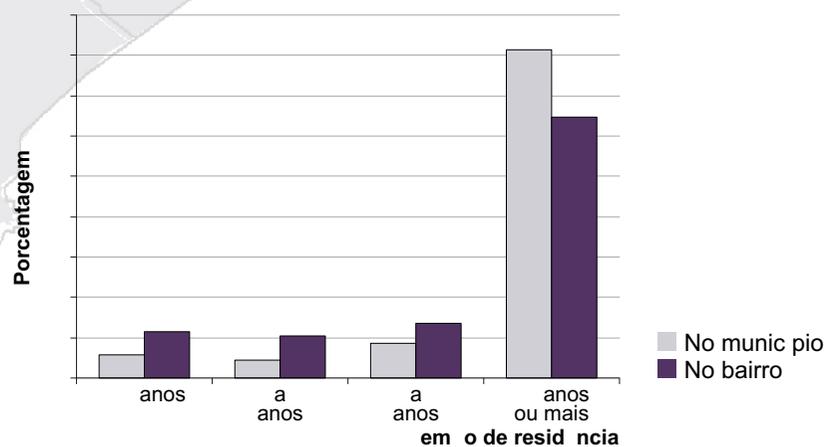
es onsá eis e os domicí ios urbanos or tem o de resid ncia no municí io segundo onas de Vu nerabi idade

em o de resid ncia	onas de Vu nerabi idade		ota MBS
anos			
a anos			
a anos			
anos ou mais			
ota			

es onsá eis e os domicí ios urbanos or tem o de resid ncia no bairro segundo onas de Vu nerabi idade

em o de resid ncia	onas de Vu nerabi idade		ota MBS
anos			
a anos			
a anos			
anos ou mais			
ota			

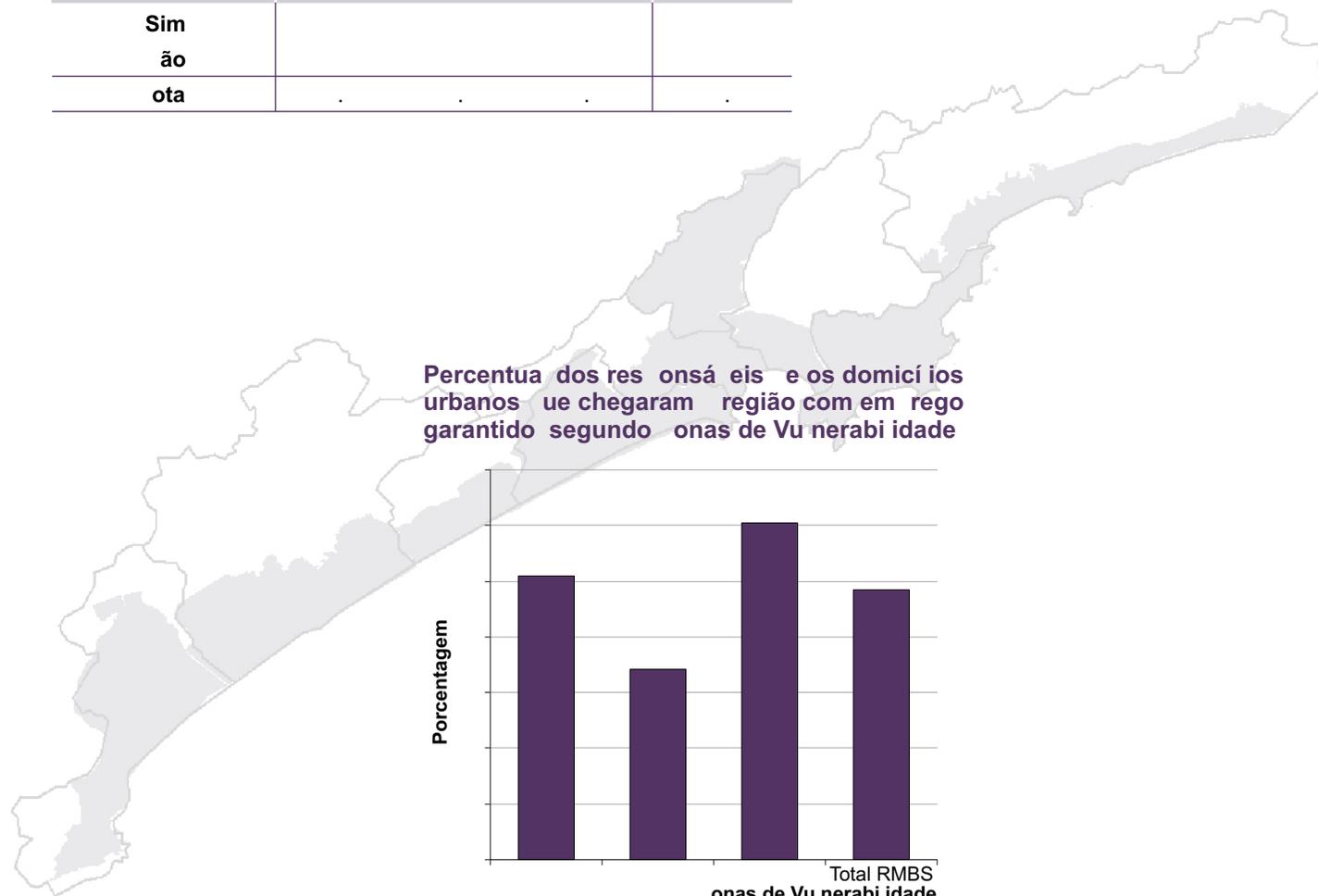
es onsá eis e os domicí ios urbanos or tem o de resid ncia no municí io e no bairro



Com o dado relativo ao tempo de residência no município, pode-se não apenas identificar as "ondas" migratórias pelas quais passa a área, mas também constatar o peso da migração mais recente. Por outro lado, esta informação cotejada com o tempo de residência no bairro permitiria algumas inferências sobre o grau de mobilidade existente em nível intra-urbano. Se, por um lado, se observa que um número superior a 80% dos responsáveis pelos domicílios urbanos declararam viver há mais de 10 anos em suas residências, o mesmo não se verifica no bairro, já que menos de 65% apresentavam essa duração (ver também o gráfico). Este fato reforça a idéia de haver significativa mobilidade intramunicipal. Em termos gerais, o comportamento do tempo de residência no município evidencia uma grande concentração de pessoas com durações mais longas e uma divisão relativamente equitativa nas durações menores (até 9 anos). Percebe-se ainda que os migrantes mais recentes (menos de 3 anos) representavam cerca de 30% daqueles que chegaram ao município há menos de 10 anos. Comportamento similar se observa no caso do tempo de residência no bairro, não obstante o percentual de pessoas que se moveram mais recentemente ser significativamente maior no caso desse tipo de movimento. Chama a atenção, no entanto, os comportamentos distintos dessas variáveis em termos das ZVs, sendo perceptível que a ZV2 é aquela onde são observadas as maiores concentrações de migrantes com menos de 3 anos de residência, tanto no município quanto no bairro. Por ser essa a zona que contempla localizações intermediárias, tanto no que se refere aos níveis socioeconômicos da população, quanto em termos geográficos (entre a orla e a periferia mais distante), pode-se pensar que tal comportamento estaria revelando que se trata de uma área onde a mobilidade intrametropolitana poderia estar operando com mais intensidade, o que, de fato, foi mostrado anteriormente pelos dados relativos ao município de residência anterior. É interessante notar que esse mesmo padrão de comportamento por ZVs se repete quando se considera o tempo de residência no bairro. Estes dados, portanto, sugerem ao menos dois elementos interessantes: o primeiro, que a mobilidade intramunicipal tem papel importante na distribuição da população regional; o segundo, que as zonas de menor vulnerabilidade tendem a concentrar migrantes de menor duração de residência - o que indica provavelmente o processo mais intenso de renovação urbana e/ou substituição de população nestas áreas.

Percentual dos responsáveis e os domicílios urbanos por condição de emprego na chegada segundo zonas de Vulnerabilidade

Chegou com emprego garantido	Zonas de Vulnerabilidade		Total RMBS
	ZV1	ZV2	
Sim	68,2%	68,2%	68,2%
Não	31,8%	31,8%	31,8%

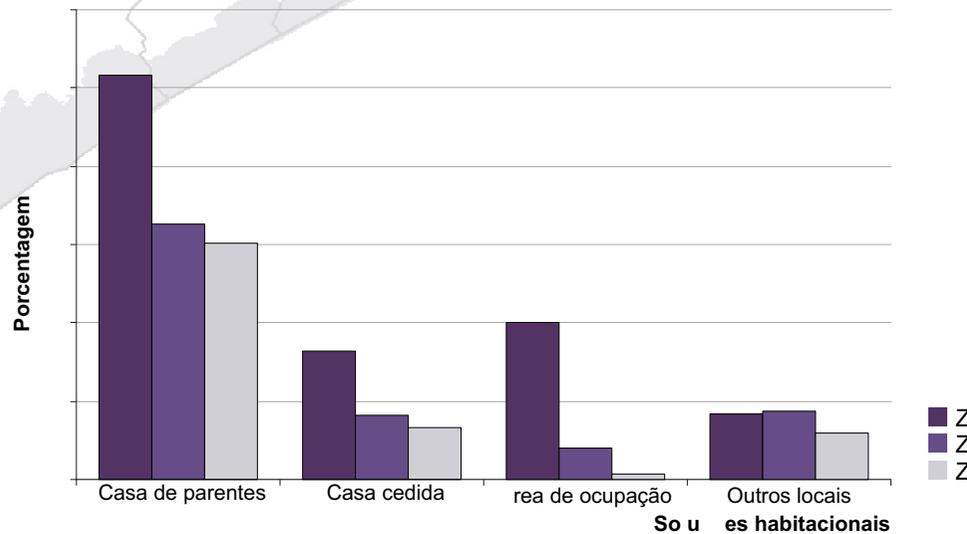


Pode-se dizer que a busca por trabalho talvez seja a principal motivação para a migração, particularmente aquela de longa distância. No entanto, o simples fato de migrar não implica, necessariamente, uma garantia de solução do problema laboral, razão pela qual mobilizar-se com um emprego garantido acaba sendo uma grande vantagem. Como se percebe pelos dados aqui apresentados, na RMBS, a grande maioria dos responsáveis pelos domicílios que lá chegaram veio sem emprego garantido (76%), muito embora chama atenção que quase um quarto destes tenham conseguido essa tipo de segurança. Mesmo considerando apenas os migrantes responsáveis por domicílios mais recentes (com menos de 10 anos de residência) – o que poderia alterar o quadro anterior em função de que muitos destes poderiam ter chegado no passado muito jovens com a família –, esse percentual ainda mantém-se elevado, 68,2% (dados não apresentados). Essa condição, essencial para a redução da vulnerabilidade das pessoas, apresenta marcadas diferenças quando avaliadas a partir das ZVs. De fato na ZV3, áreas onde vivem os menos vulneráveis, o percentual de pessoas que vieram com garantia de emprego é mais elevado, chegando a representar quase o dobro da ZV2. Novamente chama atenção o comportamento da ZV1, onde o percentual de pessoas nessa condição atinge um nível intermediário e próximo à média regional. No entanto, é interessante notar que o gráfico ao lado mostra que, do total de pessoas que chegaram sem emprego garantido, a maior parte delas vivia nas ZVs 1 e 2 – em particular na primeira, mostrando assim maior coerência com a situação destas pessoas em termos das suas condições socioeconômicas.

es onsá eis e os domicí ios urbanos or oca de moradia uando chegou região segundo onas de Vu nerabi idade

nde oi morar na chegada	onas de Vu nerabi idade		ota MBS
	Z	Z	
Casa r ria			
Casa a ugada			
Casa de arentes			
Casa cedida			
rea de ocu a ão			
utros ocais			
ota			

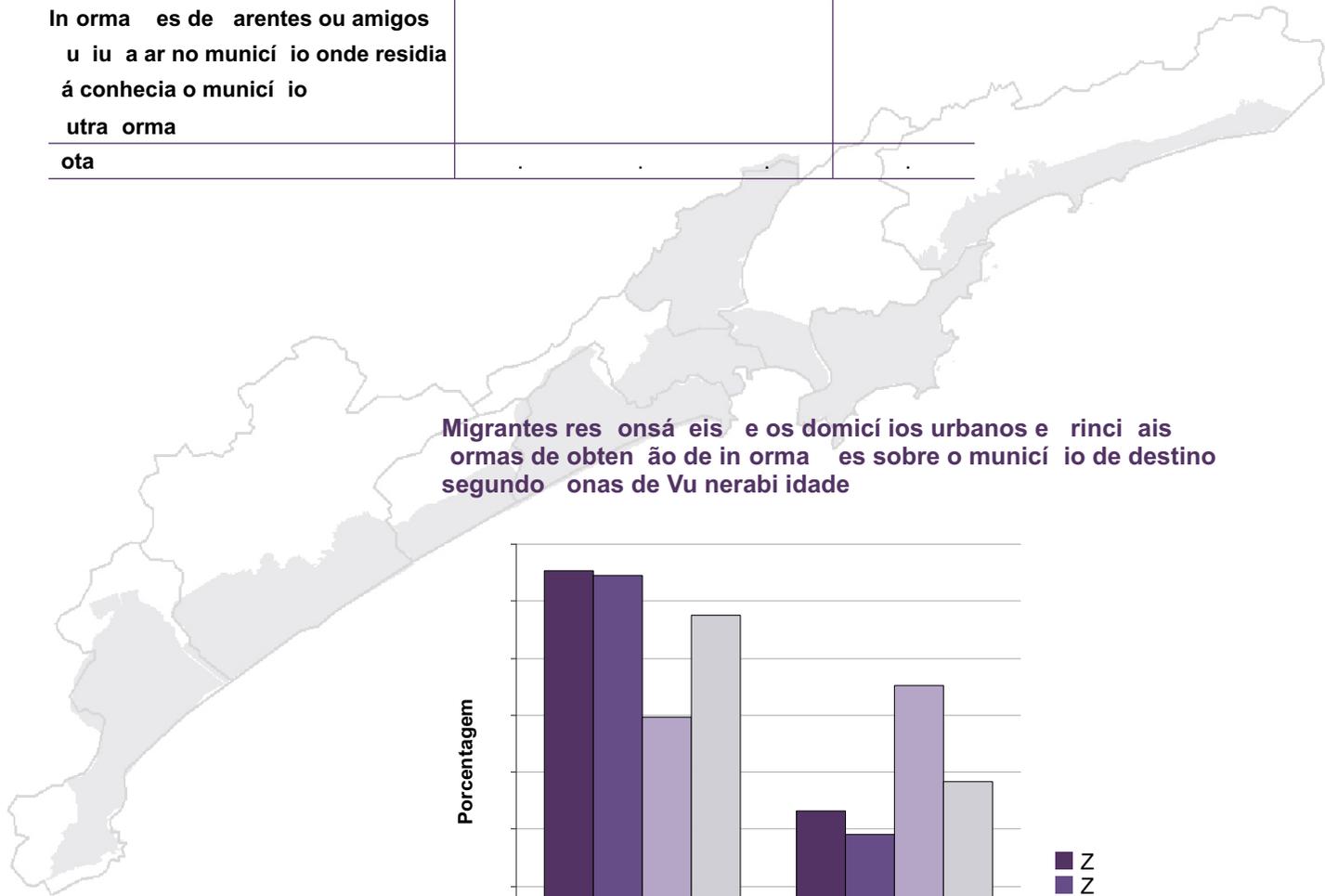
Percentua dos res onsá eis e os domicí ios urbanos com so u es habitacionais a ternatí as ao chegar região segundo onas de Vu nerabi idade



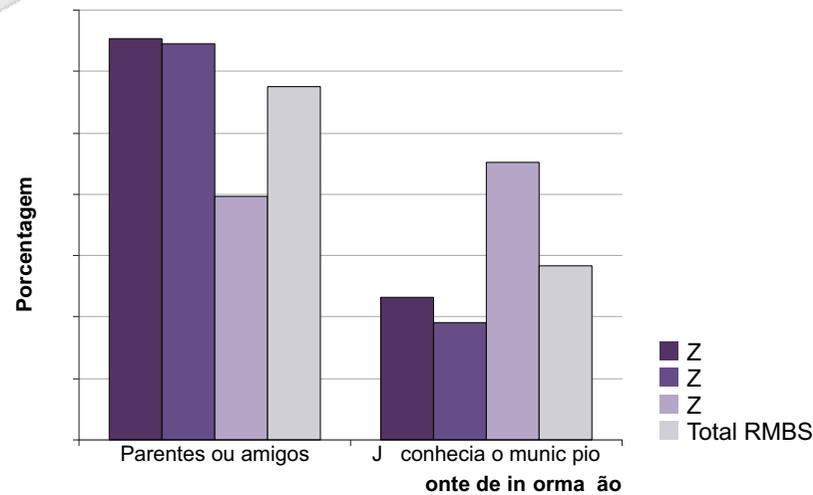
Os custos e riscos que envolvem a decisão de migrar, via de regra, são fatores importantes a se considerar, em especial para a população de mais baixa renda uma vez que para este grupo populacional, tais fatores, em particular o custo de deslocamento pode impor sérios constrangimentos para a migração. Dessa forma, qualquer tipo de ajuda com que contem estes migrantes, em especial nas áreas de destino, certamente lhes será importante para amenizar os possíveis impactos desta mudança e, portanto, torná-los menos vulneráveis aos primeiros momentos no novo lugar. Pelos dados relativos ao local onde foram morar os responsáveis migrantes de fora da região em sua chegada pode-se ter uma idéia da dimensão destes impactos. Grande parte dos responsáveis pelos domicílios migrantes, ao chegarem à RMBS, foram morar em domicílios alugados (39%) ou próprios (27%), muito embora o percentual que indica a ajuda externa seja importante, alcançando cerca de um quarto dos casos (casa de parentes e/ou cedida). É interessante notar que a opção por áreas de ocupação é praticamente nula, uma vez que atinge menos de 5% desses migrantes. No entanto, essa situação ganha outros contornos quando se considera a informação desagregada por ZVs. De fato, nesse caso fica muito claro que o apoio de parentes é um expediente bem mais comum entre aqueles residentes na ZV1 – o mesmo valendo para outras formas como a "casa cedida" ou mesmo "área de ocupação", cujo percentual nessas áreas é mais que o dobro que nas ZVs 2 e 3. São dignos de nota também os percentuais obtidos pela opção "casa própria" no caso dos migrantes que residem na ZV3 e a "casa alugada" para a ZV2, estratégias que se mostram coerentes com os níveis socioeconômicos destas áreas. Fica claro com estes dados, portanto, a maior importância de elementos de capital social no processo migratório das pessoas que se dirigem para áreas mais vulneráveis da região.

Migrantes responsáveis e os domicílios urbanos por forma de obtenção de informações sobre a região segundo zonas de Vulnerabilidade

quem obtém as informações	zonas de Vulnerabilidade		Total MBS
	Z1	Z2	
Informações de parentes ou amigos que viu a ar no município onde residia e conhecia o município	60%	55%	58%
Outra forma	40%	45%	42%
Total	100%	100%	100%



Migrantes responsáveis e os domicílios urbanos e principais formas de obtenção de informações sobre o município de destino segundo zonas de Vulnerabilidade

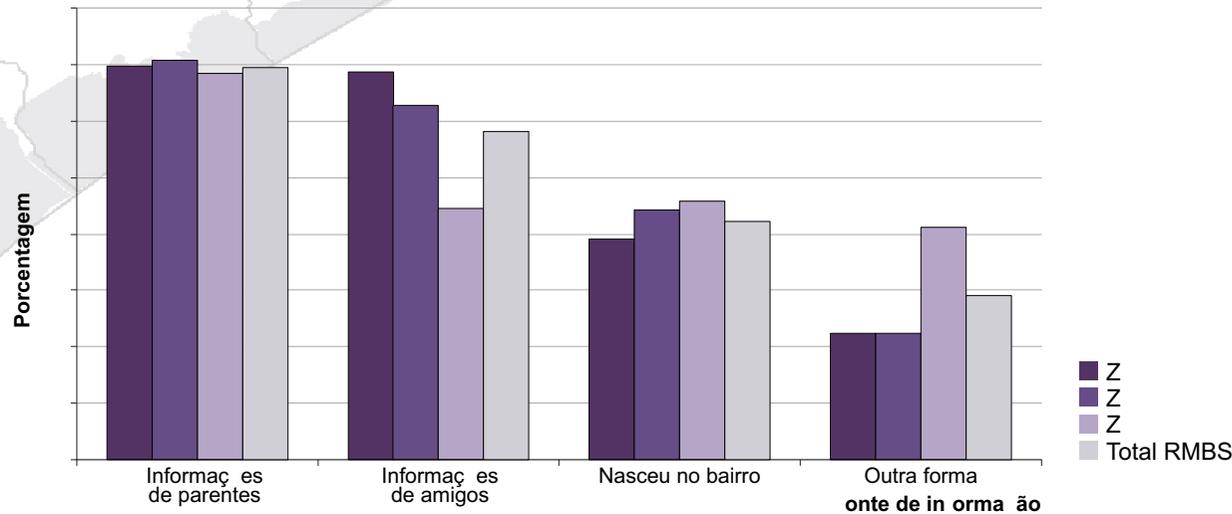


Outra maneira de aquilatar o papel das redes sociais no processo migratório regional é a partir do dado a respeito da maneira como os migrantes obtiveram informações sobre a área. Assim, pela tabela apresentada, percebe-se que quase 60% dos migrantes responsáveis por domicílio inteiraram-se da RMBS por parentes e amigos, cifra que dá a dimensão da importância desse tipo de rede social. Sobre o comportamento dessa variável nas ZVs, o que se constata é que na ZV3 (ou seja, a menos vulnerável segundo a construção teórica dos extratos), a importância de informações de parentes e amigos é bem menos relevante, sendo o conhecimento prévio da região mais presente nos residentes destas áreas.

es onsá eis e os domicí ios urbanos or orma de obten ão de in orma es sobre o bairro segundo onas de Vu nerabi idade

e uem obte e in orma es	onas de Vu nerabi idade		ota MBS
In orma es de arentes			
In orma es de amigos			
asceu no bairro			
utra orma			
ota			

es onsá eis e os domicí ios urbanos or rinci ais ormas de obten ão de in orma es sobre o bairro segundo onas de Vu nerabi idade



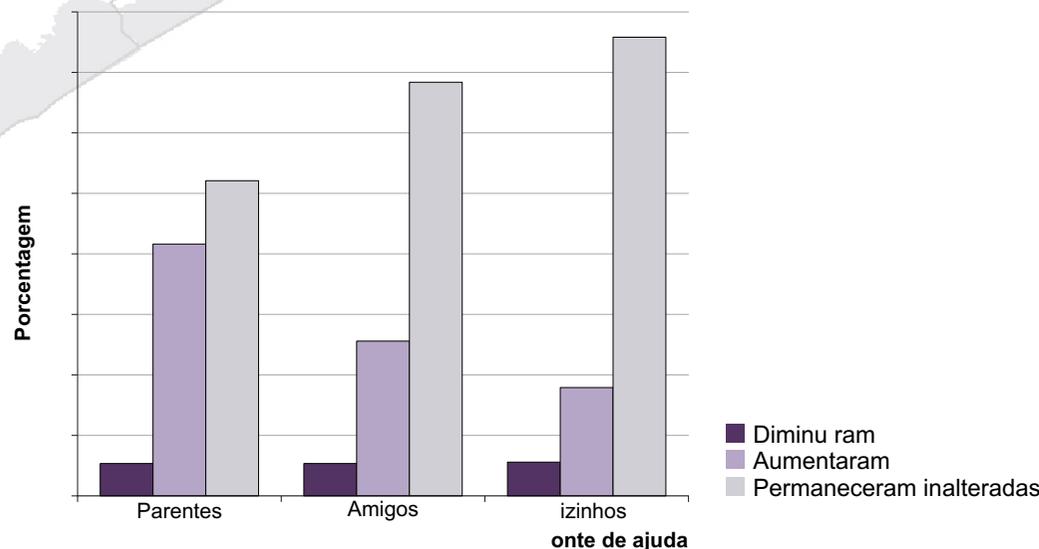
Parentes e amigos também se constituem fonte importante de informações sobre o bairro onde residiam os responsáveis pelo domicílio no momento de pesquisa. De fato, quase 35% destes declaram haver colhido dados sobre o local onde residiam a partir destas pessoas, fato que reforça ainda mais o peso das redes sociais desta feita na mobilidade intramunicipal. No entanto, nesse caso, informações obtidas a partir de outros vínculos também passam a figurar como alternativa importante, já que foi a resposta dada por cerca de 30% dos declarantes. O que se percebe, portanto, é que no caso da escolha e obtenção das informações sobre o bairro, o leque de alternativas parece ser bem maior. Nesse caso, as diferenças entre as ZVs são muito menos aparentes, embora se perceba que a ZV3 continua apresentando um perfil de resposta um pouco distinta. Vale destacar que no caso do conhecimento prévio sobre o local de residência atual, as diferenças entre as zonas já observadas nos casos anteriores (com relação ao município e região) não se manifestam quando da pergunta sobre o bairro.

Possibilidade dos responsáveis em contar com a ajuda de amigos e vizinhos a mudança de município segundo zonas de Vulnerabilidade

Possibilidade de contar com a ajuda de	Zonas de Vulnerabilidade		Nota MBS
	ZV1	ZV2	
Parentes	Acabaram ou diminuíram	Aumentaram	
	Aumentaram	Permaneceram inalteradas	
	Permaneceram inalteradas	Acabaram ou diminuíram	
Amigos	Acabaram ou diminuíram	Aumentaram	
	Aumentaram	Permaneceram inalteradas	
	Permaneceram inalteradas	Acabaram ou diminuíram	
Vizinhos	Acabaram ou diminuíram	Aumentaram	
	Aumentaram	Permaneceram inalteradas	
	Permaneceram inalteradas	Acabaram ou diminuíram	
Nota			

obs: não inclui a categoria "não sabe dizer"

Migrantes residentes de domicílios urbanos e rurais da migração intermunicipal nas possibilidades de contar com ajuda segundo Zonas de Vulnerabilidade



A migração, além de estratégia para a solução de problemas de emprego ou moradia, pode ter papel significativo também na alteração nas relações sociais e rede de apoio, por parte daqueles que migram. Os dados aqui apresentados dão conta dessa dimensão e mostram em primeiro lugar que, ao que tudo indica, a migração parece reforçar, sobretudo, as relações e rede de parentesco, já que mais de 41% dos migrantes responsáveis dos domicílios urbanos perceberam a possibilidade de contar com a ajuda de parentes com a mudança de residência. O mesmo não pode ser dito com relação às relações com amigos e vizinhos já que, nos dois casos, percebe-se que foram pouco alteradas (68,3% e 75,8%, respectivamente). De qualquer maneira, mesmo nessas duas situações, é ainda significativa a proporção de migrantes que declararam ter incrementado suas possibilidades de ajuda com o movimento. Deve-se destacar ainda que o diminuto percentual de resposta na categoria "acabaram ou diminuíram" mostra que, ao menos para os migrantes da RMBS, ao que tudo indica, a migração acabou sendo um mecanismo de aquisição de capital social. Do ponto de vista das ZVs, o que se percebe com estes dados é que os migrantes residentes nas áreas mais vulneráveis da região (ZV1) parecem ter obtido ganhos em suas relações sociais, especialmente porque, para quase 60% deles, houve aumento na possibilidade de contar com a ajuda de parentes. De fato, é nessa ZV onde se encontra a menor proporção de respostas "permaneceram inalteradas".

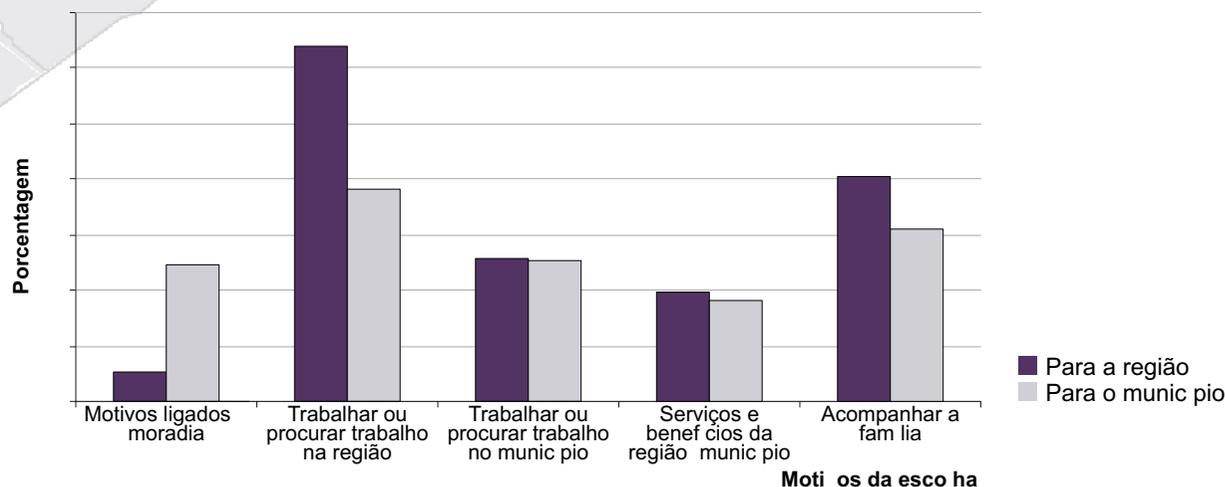
es onsá eis e os domicí ios urbanos or moti o da esco ha da região segundo onas de Vu nerabi idade

Moti os	onas de Vu nerabi idade	
	ota	MBS
Moti os igados moradia raba har ou rocurar traba ho na região raba har ou rocurar traba ho no municí io oi trans erido do em rego Ser i os e bene ícios da região municí io com anhar a amí ia utros moti os ami iares utros		

es onsá eis e os domicí ios urbanos or moti o da esco ha do municí io segundo onas de Vu nerabi idade

Moti os	onas de Vu nerabi idade	
	ota	MBS
Moti os igados moradia raba har ou rocurar traba ho na região raba har ou rocurar traba ho no municí io oi trans erido do em rego Ser i os e bene ícios da região municí io com anhar a amí ia utros moti os ami iares utros		

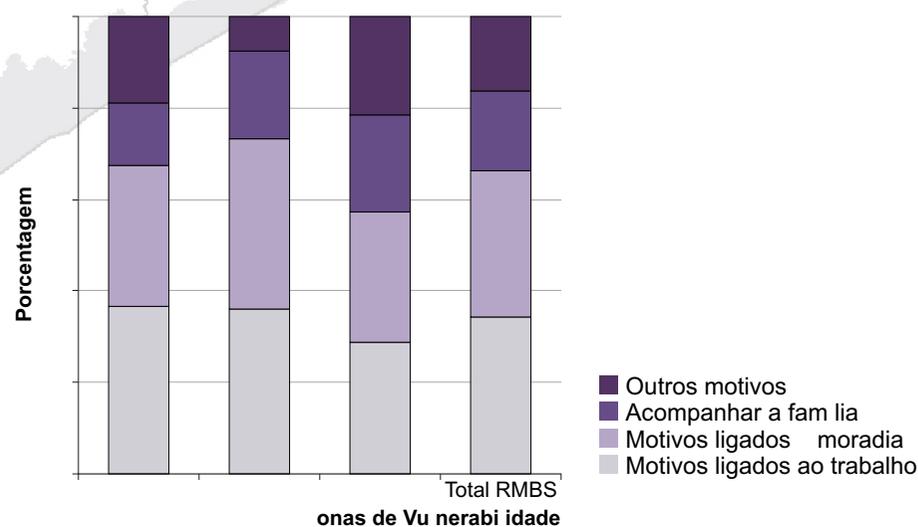
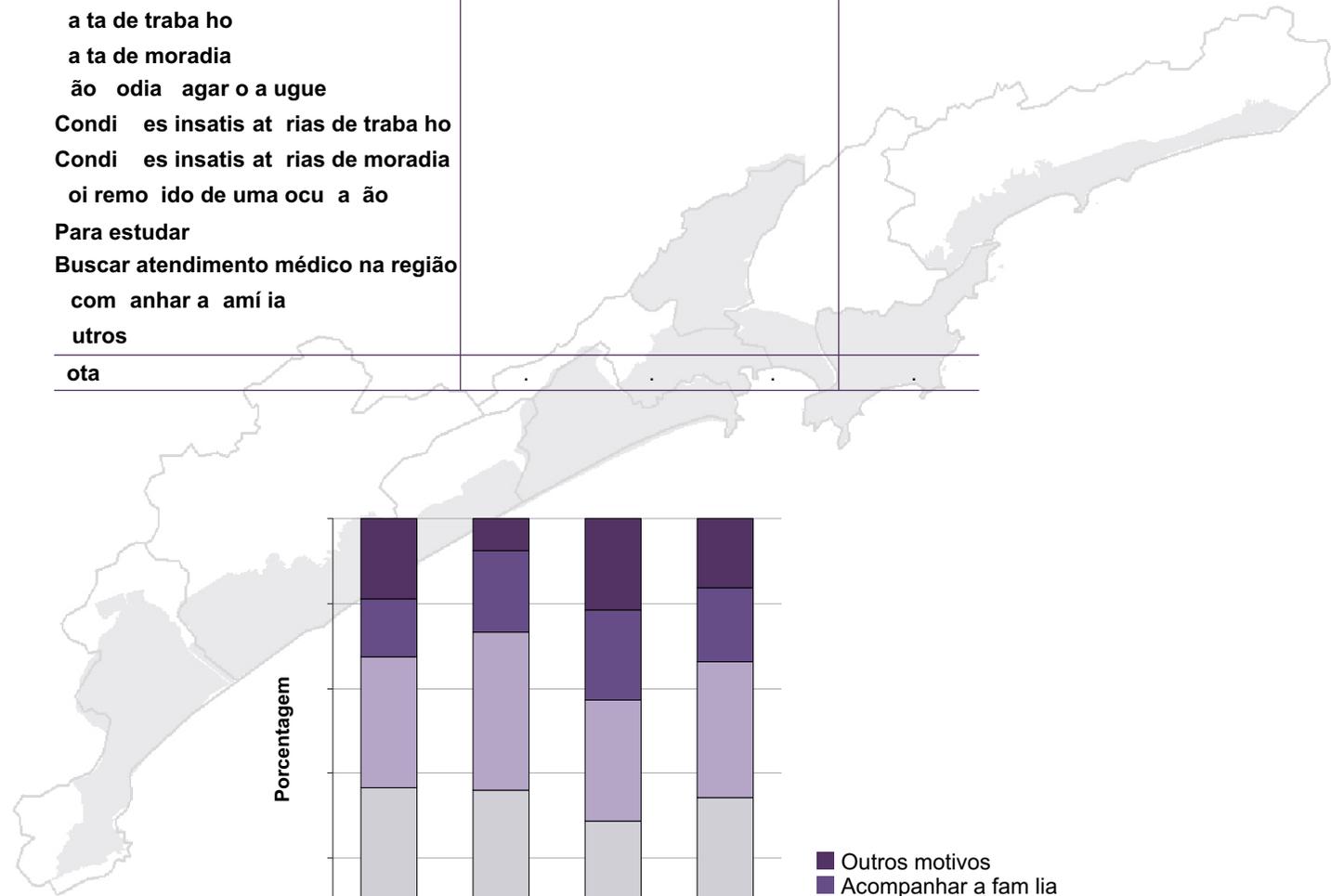
es onsá eis e os domicí ios urbanos segundo rinci ais moti os da esco ha da região e do municí io de resid ncia



Como mostram as duas tabelas apresentadas, fica claro que as motivações predominantes para morar na RMBS e em um município metropolitano, em particular, são, em geral, as mesmas. Também no primeiro caso, o fator trabalho é muito mais importante, sendo o motivo externado por cerca de 32% dos responsáveis por domicílios. Já no segundo caso, ou seja, na escolha do município, parecem pesar outros elementos, como seria de se esperar, tal qual a busca por moradia (ver também o gráfico). De fato, como já assinalado, o significativo volume da migração intrametropolitana de motivação habitacional - em geral influenciado pelas dificuldades de permanecer nas áreas mais valorizadas, por partes dos estratos mais pobres -, acaba prevalecendo ou se equiparando com o motivo trabalho. De qualquer maneira, tendo em vista que a migração direta para os locais de residência atual é também importante na região, a questão de busca por trabalho não deixa de se constituir de maior percentual, inclusive no caso da migração para o município. Vale lembrar ainda que o importante percentual alcançado pelo motivo "acompanhar a família" certamente está ligado ao fato de que estes responsáveis tenham migrado ainda muito jovens com a sua família original. Em termos das ZVs, observa-se que o motivo "trabalho" é muito mais significativo na ZV1, onde, sabe-se, vivem as pessoas de mais baixa renda. Já nas ZVs com menor grau de vulnerabilidade, outros motivos afloram como importantes, como é o caso da busca por "serviços", que motivou quase um quinto dos migrantes responsáveis residentes na ZV3 a se mudarem para a área. Esse fato também se mostra coerente com as características da região e, particularmente, das áreas onde se localizam estas pessoas, ou seja, locais próximos à orla, com óbvias amenidades, e com um complexo de serviços importantes a oferecer, por exemplo, para as pessoas mais idosas.

Migrantes residentes e os domicílios urbanos or moti o da saída do municí io anterior segundo onas de Vu nerabi idade

Moti o da saída da resid ncia anterior	onas de Vu nerabi idade	
	ota	MBS
a ta de traba ho		
a ta de moradia		
ão odia agar o a ugue		
Condi es insatis at rias de traba ho		
Condi es insatis at rias de moradia		
oi remo ido de uma ocu a ão		
Para estudar		
Buscar atendimento médico na região com anhar a amí ia		
utros		
ota		

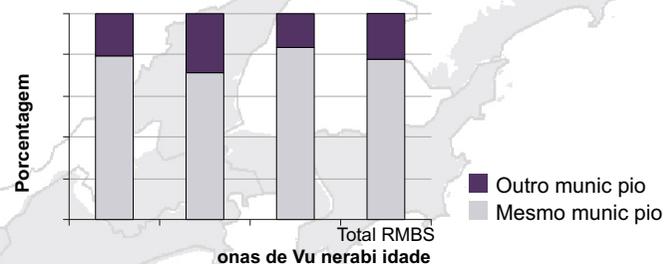


O quadro de motivações para a migração fica ainda mais claro quando se observam os motivos que levaram os migrantes a deixar seus municípios de residência anterior. Como se nota nos dados apresentados, três motivações cercam a maior parte daqueles que migraram: as ligadas ao trabalho (34,2%), problemas de moradia (32,2%) e a necessidade de acompanhar a família (17,4%). Nesse último caso, pode-se dizer que se trata de pessoas que migraram com seus pais ou familiares quando ainda eram jovens. Já quanto às duas primeiras motivações, dados não mostrados nesse sumário dão conta de que as motivações laborais são bem mais frequentes para os migrantes que chegam diretamente de áreas externas à RM (cerca de 44%), sendo que as ligadas à habitação são externadas por 50% do migrantes que fizeram um movimento intrametropolitano. Saliente-se que esse padrão já foi identificado também no caso das motivações que levaram à escolha da região e do município de residência no momento da entrevista. Em termos das ZVs, novamente percebe-se que a questão do trabalho é muito mais importante na ZV1 do que na ZV3, mostrando que esse é, sem dúvida, um elemento central para diferenciar a migração dos distintos grupos sociais. Por outro lado, a insatisfação com a moradia e trabalho parece afetar com maior intensidade a decisão migratória daqueles que residem nas zonas de menor vulnerabilidade, fato que reforça conclusões de outros estudos, que sugerem que a RMBS tem um papel importante no processo migratório das classes mais abastadas, particularmente aquelas provenientes da Região Metropolitana de São Paulo, e que buscam lugares mais tranquilos e agradáveis para se morar.

Po u a ão urbana maior de anos or condi ão de ati idade e oca de traba ho segundo onas de Vu nerabi idade

Condi ão de ati idade e oca de traba ho	onas de Vu nerabi idade	
	ota	MBS
raba ha no mesmo municí io		
raba ha em outro municí io		
ã o traba ha		
ota		

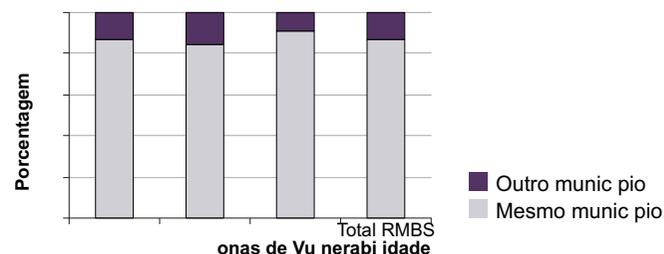
Po u a ão urbana ati a maior de anos or municí io onde traba ha segundo onas de Vu nerabi idade



Po u a ão urbana maior de anos or oca de estudo segundo onas de Vu nerabi idade

Condi ão e oca de estudo	onas de Vu nerabi idade	
	ota	MBS
studa no mesmo municí io		
studa em outro municí io		
ã o estuda		
ota		

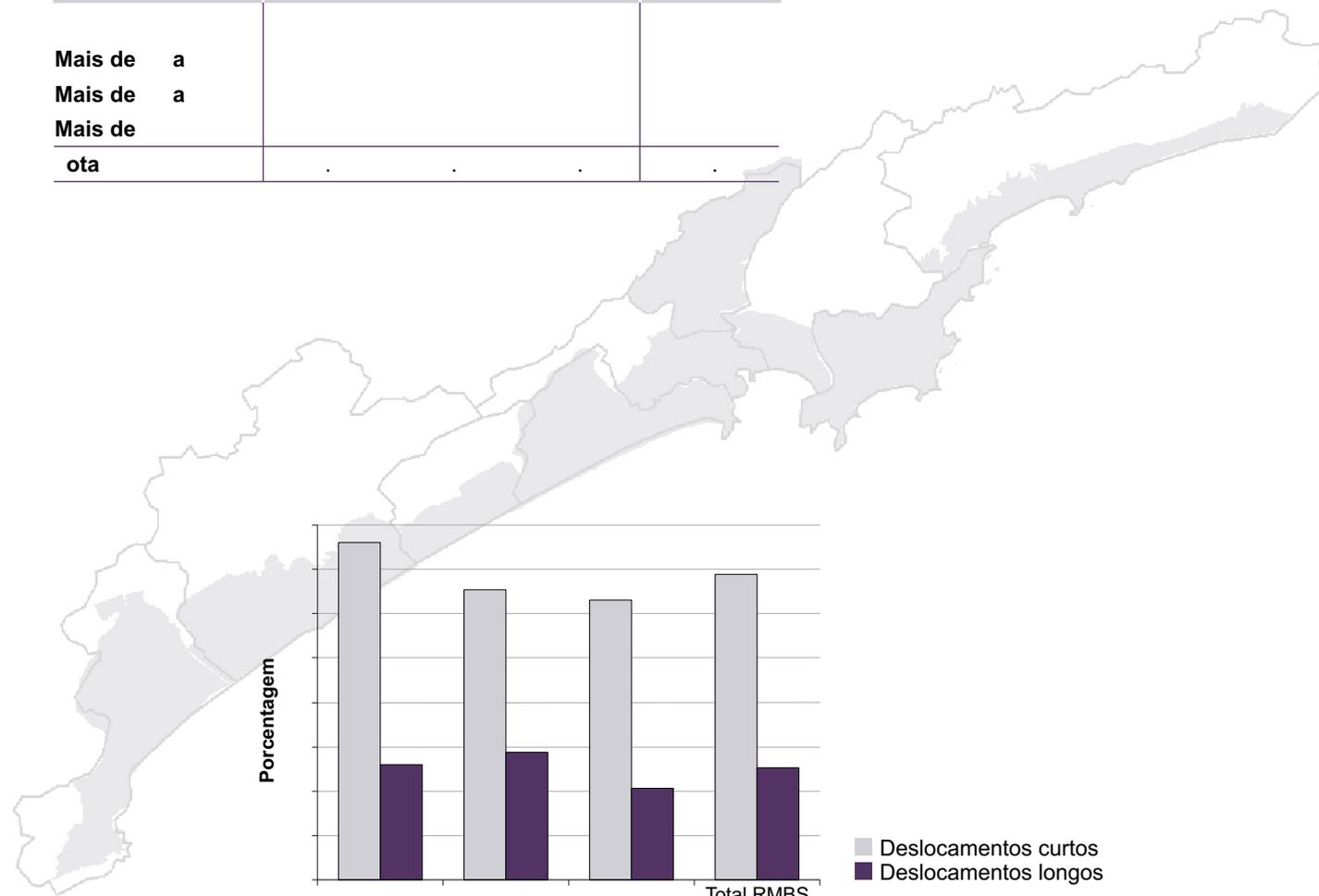
studantes maiores de anos or oca de estudo segundo onas de Vu nerabi idade



Um elemento importante que se relaciona à mobilidade do indivíduo e que tem papel de destaque para se apreender a dinâmica metropolitana é a mobilidade pendular, entendida aqui como o deslocamento diário entre municípios por motivos de trabalho ou estudo. Como se percebe nas tabelas ao lado, considerando apenas as pessoas com mais de 14 anos de idade na Baixada Santista, constata-se que praticamente metade delas não trabalha, e 87% não estudam. No entanto, ao observar apenas aquelas que exercem uma destas atividades, pode-se perceber que a mobilidade intermunicipal, embora alcance níveis baixos na região, é mais intensa por motivos de trabalho. De fato, como mostra o gráfico, pouco mais de 20% da população maior de 14 anos que se encontrava ativa no momento da pesquisa trabalhava fora do município onde residia; este percentual era bem menor para os que estudavam (13%). Chama a atenção, no entanto, que a mobilidade pendular não apresenta grandes diferenças entre as ZVs, não obstante seja possível evidenciar pelo gráfico maior prevalência do fenômeno (quase 30% dos que trabalhavam) na ZV3, onde se registra o menor nível de mobilidade residência/trabalho envolvendo municípios distintos. Certamente isto ocorre porque grande parte desta zona esteja contida nos municípios de Santos e São Vicente, que concentram, também, boa parcela dos empregos regionais. Com relação ao local de estudo, não há diferenças significativas entre as zonas de vulnerabilidade uma vez que, como já mencionado, a população que se desloca para outro município para estudar é muito pequena em termos percentuais. É importante notar que esse dado mostra-se em consonância com aquele relativo à migração intrametropolitana já que, como se mostrou, a ZV2 concentrava uma participação maior de pessoas que vieram da própria Baixada (migrantes intrametropolitanos). Ou seja, estes dados sugerem que estas pessoas parecem manter ainda seus contatos de trabalho e estudo nos municípios de onde vieram.

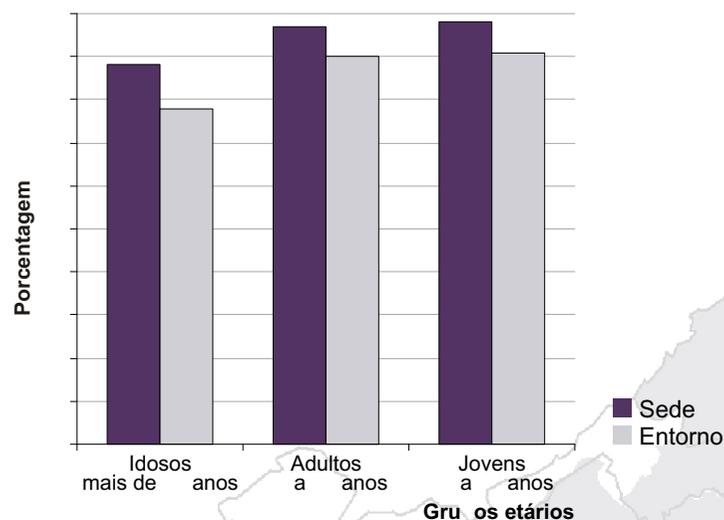
População residente urbana ocupada por tempo de deslocamento para o trabalho segundo zonas de Vulnerabilidade

em o de dura ão minutos	zonas de Vulnerabilidade		Total MBS
	ZV1	ZV2	
Mais de 15 minutos	13%	13%	13%
Mais de 30 minutos	13%	13%	13%
Mais de 45 minutos	13%	13%	13%
Total	13%	13%	13%

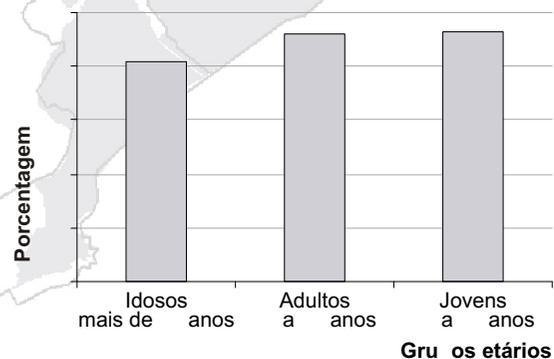


A maioria população que se desloca para o trabalho (68%) na Baixada Santista demora até 30 minutos para chegar a seu destino. Os que demoram mais de 45 minutos são menos de 13% desta população. Os perfis da ZV1 e da ZV2 são parecidos a este. No caso da ZV3, esta apresenta alguma variação de comportamento, uma vez apresenta maior concentração de pessoas cujo tempo de deslocamento para o trabalho é de 15 a 30 minutos (42%). De qualquer maneira, as diferenças apresentadas na distribuição por tempo de duração do deslocamento são bem pequenas para as três ZVs, fato que não deixa de ser uma surpresa, uma vez que se esperaria que as ZVs mais vulneráveis, em geral localizadas nas áreas mais periféricas e distantes, apresentassem pior situação com relação a este indicador. Talvez a especificidade da região em termos de sua morfologia e concentração demográfica em poucos municípios possa explicar tal comportamento, uma vez que ambas as características tenderiam a diminuir a dispersão demográfica e, portanto, as distâncias a serem percorridas.

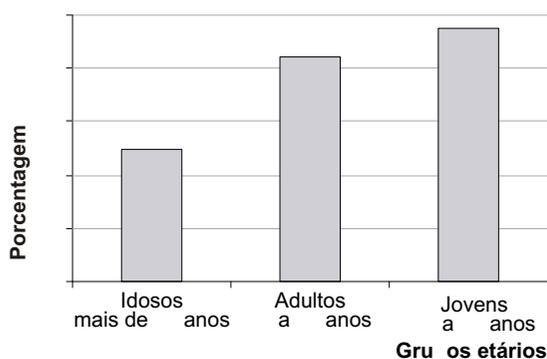
Mobilidade por motivo de lazer ou cultura segundo grupos etários



Pessoas que praticam duas ou mais atividades de lazer e a lazer por grupos etários



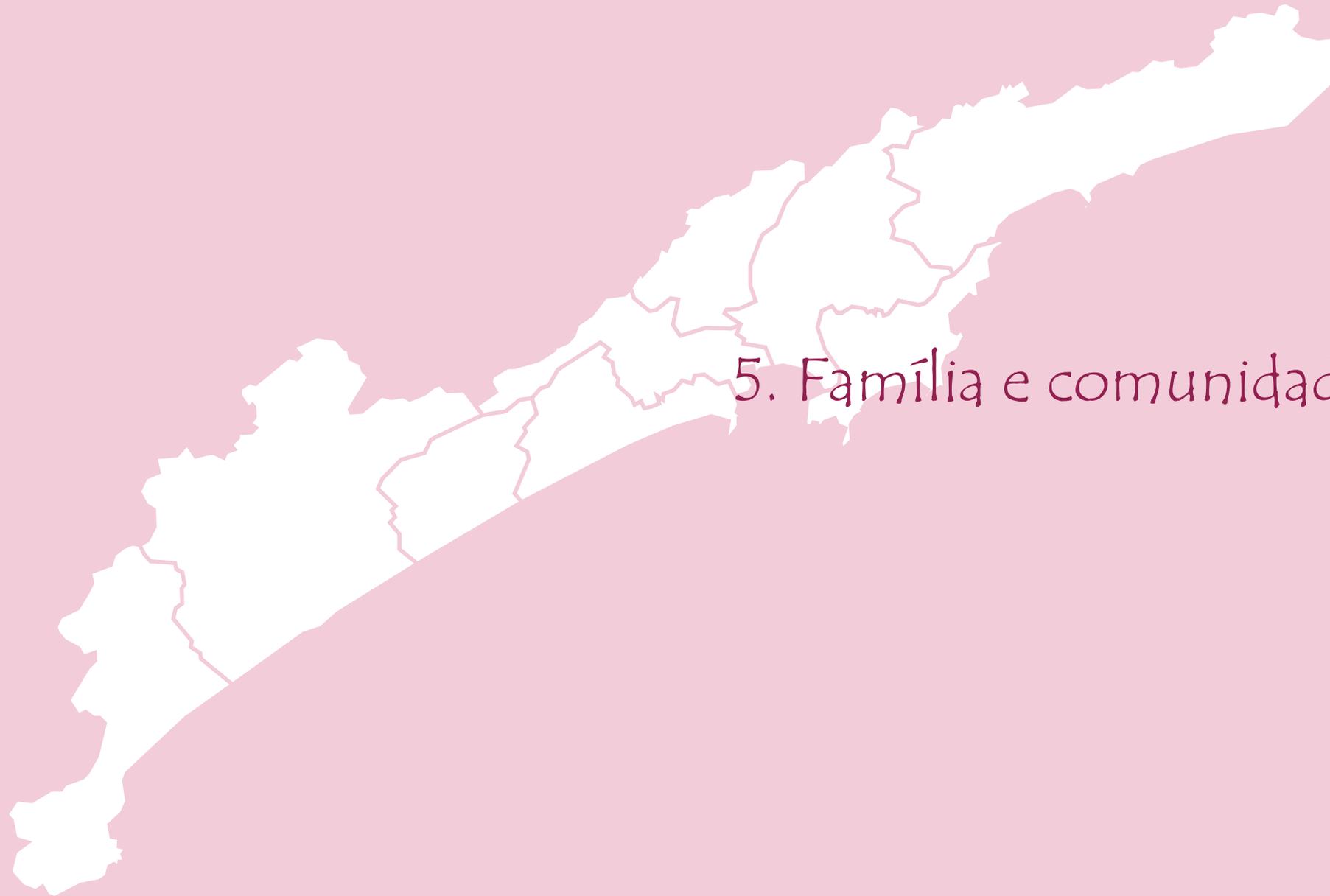
Pessoas que praticam atividades de lazer e a lazer em o menos um município diferente do seu por grupos etários



Um conjunto de perguntas procurou levantar informações sobre deslocamentos para lazer, cultura e serviços, tais como ir ao cinema, shows, teatros, festas, serviços médico-hospitalares, etc. As perguntas foram bastante específicas, incluindo o lugar, a frequência e a forma de deslocamento. Cada pergunta foi feita por faixa etária (jovens, adultos e idosos), não incluindo as crianças, pois estas têm, com raras exceções, deslocamentos intermunicipais apenas acompanhados pelos pais ou outros adultos responsáveis. O resultado é muito interessante e ainda será adequadamente explorado em toda sua complexidade. Aqui, apresentamos algumas das principais informações que esses dados revelam.

Em todas as faixas etárias, a mobilidade em busca de atividades de cultura e lazer tende a ser maior entre a população que reside na sede, do que entre os que moram no entorno. Embora haja maior mobilidade entre os mais jovens, a diferença não é muito significativa entre as faixas etárias, o que aponta para a conclusão de uma elevada mobilidade, inclusive dos mais idosos, entre a população da sede. Entre as atividades mais significativas nesse grupo estão: ir ao cinema e bares, festas, shows.

Em termos da interação entre as cidades - característica de áreas metropolitanas onde os espaços apresentam complementaridades - a distribuição por faixas etárias mantém a mesma orientação, com um percentual menor de idosos que desenvolvem em atividades culturais ou de lazer em municípios diferentes do seu (embora ainda com um índice elevado, 50%). No que diz respeito ao percentual de jovens que fazem isso, o índice chega a 95%. No que se refere à diversidade de atividades, os idosos apresentam uma participação bem maior, tendo 82% que afirmam desenvolver duas ou mais atividades. Embora não participem de uma mobilidade metropolitana com a mesma intensidade que adultos ou jovens, mantêm uma diversidade significativa de atividades de cultura e lazer em seu cotidiano. Já no caso dos jovens e adultos, a pequena diferença entre esses dois dados aponta para o fato de que ir a outras cidades implica atividades variadas, interligadas ou não à mobilidade em si, à distância e ao custo do deslocamento.



5. Família e comunidade

Po u a ão urbana de anos e mais situa ão conjuga or se o e idade

Gru os etários	Po u a ão mascu ina				Po u a ão em inina			
	Situa ão conjuga			ota	Situa ão conjuga			ota
	Vi e em união	á i eu em união	unca i eu em união		Vi e em união	á i eu em união	unca i eu em união	
a anos								
a anos								
a anos								
a anos								
anos e mais								
ota								

Se há uma característica básica na vida familiar contemporânea, esta característica é a diversidade. As famílias divergem profundamente em mais de um aspecto, como poderá ser observado através dos dados apresentados.

A formação de uma nova família elementar inicia-se, via de regra, pela constituição de um casal coabitante. Esta é ainda a norma preferencial na sociedade brasileira, embora se possam encontrar formas alternativas, como por exemplo, casais que não coabitam, mas “vivem separados, porém juntos” ou ainda mães ou pais que criam sozinhos seus filhos, biológicos ou adotivos.

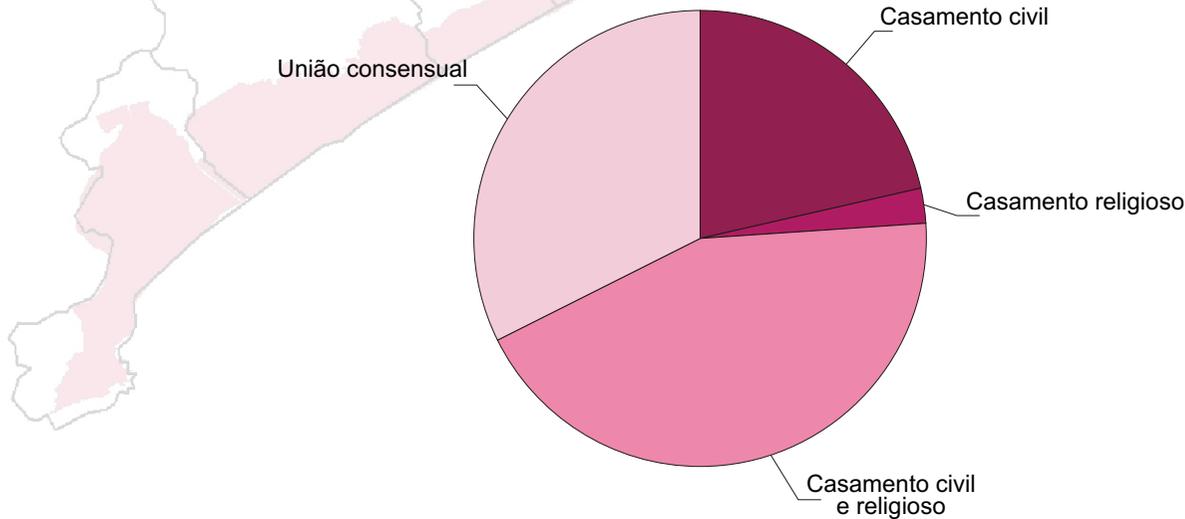
Na RMBS, a maioria da população adulta vive ou já viveu alguma vez em união, conforme atesta a tabela ao lado. São poucas as pessoas após os 40 anos de idade que jamais viveram unidas. O maior volume de homens jamais unidos em relação às mulheres pode ser explicado de um modo geral, por padrões culturais distintos de idade ao casar para homens e mulheres, com estas unindo-se mais cedo. De fato, as maiores diferenças relativas nas proporções de homens e mulheres não unidos encontram-se nas faixas etárias mais jovens. A partir dos 40 anos de idade, estas diferenças praticamente desaparecem.

Contudo, uma diferença significativa encontra-se nas proporções daqueles que vivenciaram rupturas de uniões anteriores: as mulheres aí suplantam amplamente os homens, em função não apenas de divórcios e separações, mas também da viuvez. A sobremortalidade masculina (ou seja a razão entre as taxas de mortalidade masculina, mais elevadas, e as taxas de mortalidade feminina por faixa etária), aliada a padrões diferenciais de idade ao casar para homens e mulheres produz mais viúvas do que viúvos.

Mas a entrada em união pode ocorrer de várias maneiras distintas: através de uniões sancionadas legalmente, religiosamente ou simplesmente pelo costume. Como na grande maioria dos países latino-americanos, no Brasil, historicamente, parcela significativa das uniões é de natureza consensual, sem formalização legal ou religiosa. A RMBS não foge ao padrão e apresenta mesmo uma proporção de uniões consensuais acima da média nacional apontada pelo Censo 2000, 28,6%. Nesta região, das uniões em curso, cerca de um terço é de natureza consensual, suplantando o casamento apenas religioso assim como também o casamento apenas civil, embora este último apresente um volume bastante significativo. O casamento civil e religioso permanece, porém, a forma predominante de união.

Família e comunidade

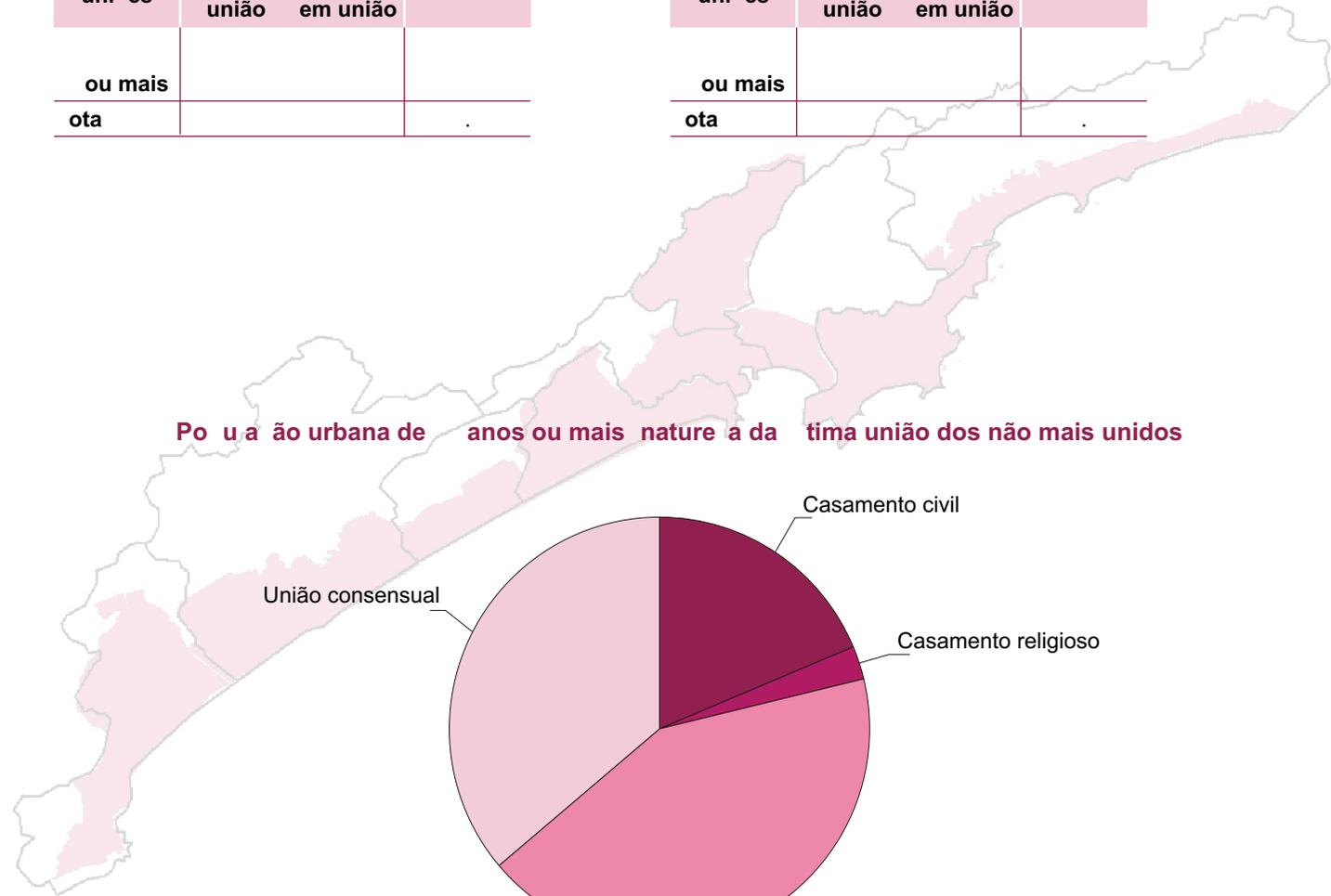
Po u a ão urbana de anos e mais unida nature a da união atua



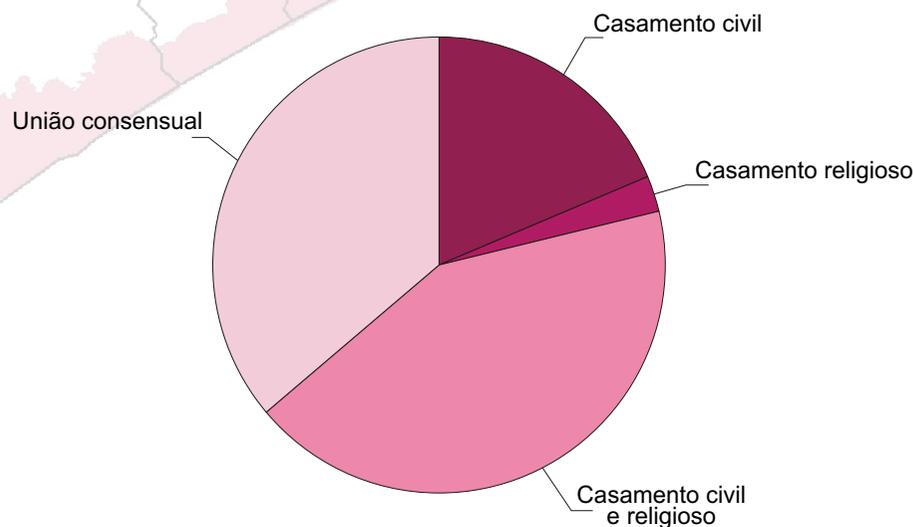
Po u a ã o urbana de 60 anos ou mais a guma e unida segundo situa ã o conjuga e n mero de uni es

		Po u a ã o masculina		
		Situa ã o conjuga		ota
de uni es	Vi e em união	á i eu em união		
ou mais				
ota				

		Po u a ã o feminina		
		Situa ã o conjuga		ota
de uni es	Vi e em união	á i eu em união		
ou mais				
ota				



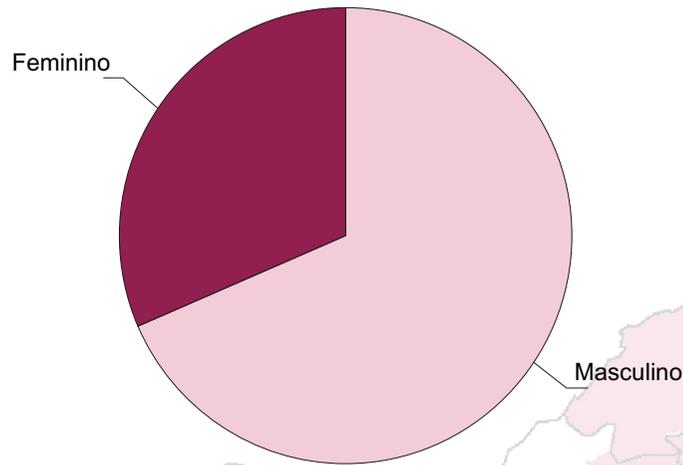
Po u a ã o urbana de 60 anos ou mais natureza da tima união dos não mais unidos



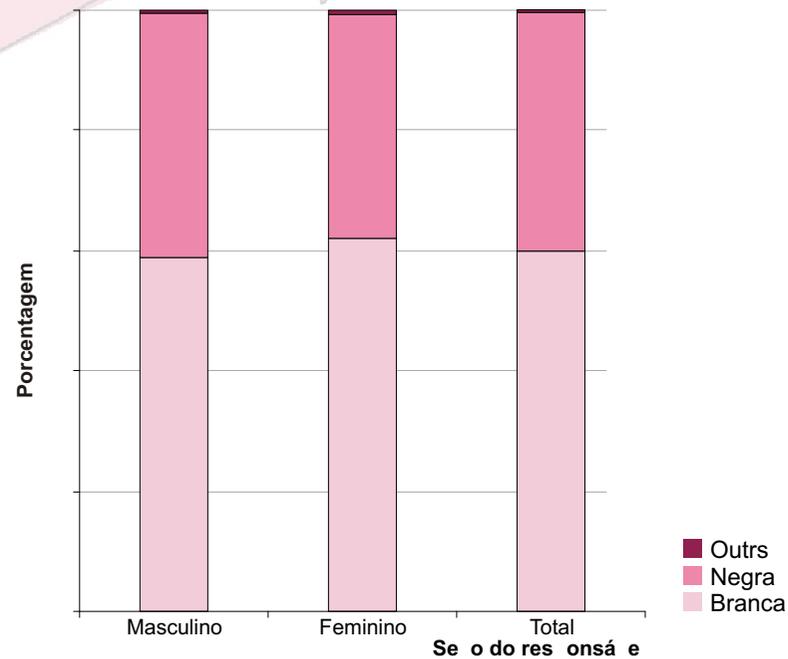
Parte das uniões em curso já constituem novas tentativas de se estabelecer uma vida a dois. Conforme as tabelas ao lado, mais de 14% dos homens atualmente unidos tiveram mais de uma união. Para as mulheres este valor é de cerca de 8%. A probabilidade de estabelecer uma nova união após o término da primeira (por morte do cônjuge ou separação) parece ser maior para os homens. Note-se ainda o grande contingente de mulheres que não se recasa após o término da primeira união. Mas deve-se considerar que são mulheres mais velhas (idade mediana de 57 anos contra 42 anos como mediana entre as unidas) e que 47,9% delas declaram-se viúvas contra 33,9% dos homens na mesma condição e cuja idade mediana é de 53 anos. A sobremortalidade masculina e a idade podem assim explicar em parte, as diferenças entre homens e mulheres.

O exame da natureza das uniões já desfeitas por morte ou separação não revela grandes diferenças em relação às uniões em curso. O quadro geral é o mesmo, conforme se constata no gráfico ao lado.

Distribuição dos domicílios urbanos segundo o sexo do responsável



Cor do responsável e o domicílio segundo o sexo



A dinâmica das uniões, separações e a viuvez, aliadas a outros fatores, como a migração e o próprio aumento da esperança de vida da população engendram diferenças na composição dos domicílios.

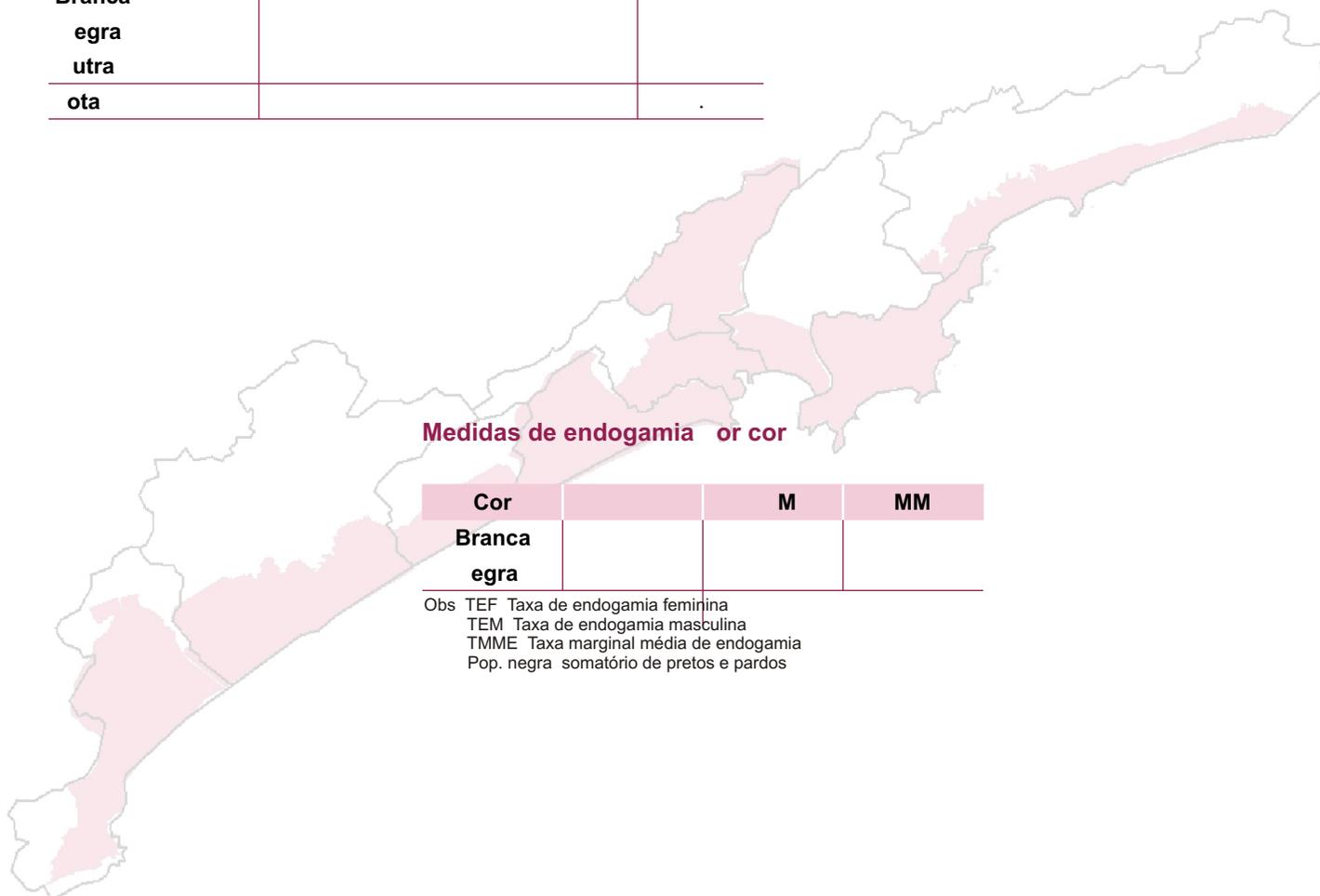
Dentre estas diferenças destaca-se o sexo do responsável. Na RMBS, 31,52 % dos domicílios urbanos, ou seja, 175764 de um total de 557627 têm uma mulher como principal responsável.

O tema da "chefia feminina" é recorrente na literatura latino-americana. Trata-se de fenômeno histórico que, em nosso país remonta ao período colonial e cuja origem está associada a relações profundamente desiguais de gênero, raça e classe social que resultavam no abandono, pelos parceiros, das mulheres pobres, geralmente negras ou pardas e de suas proles. A chefia feminina hoje parece ter outras características. Como será demonstrado mais adiante, ela não mais se restringe às parcelas mais pobres da população e vem crescendo de maneira sistemática desde, pelo menos os anos 70 do século passado. Mas é importante observar que há profunda diferença entre as dinâmicas familiares dos domicílios com responsável homem e com responsável mulher. Basta mencionar que 93,8% das mulheres chefes de domicílio não têm cônjuges, contra apenas 14,3% de chefes homens na mesma situação.

Os dados da RMBS mostram ainda que a distribuição por cor dos responsáveis por domicílios de sexo feminino não se diferencia significativamente da distribuição dos responsáveis de sexo masculino. Em ambas predominam aqueles de cor branca que representam 62% dos domicílios de responsabilidade feminina e 59% daqueles de responsabilidade masculina.

Domícios urbanos cor do resonsã e homem segundo cor do c njuge mu her

Cor do resonsã e homem	Cor do c njuge			ota
	Branca	egra	utra	
Branca				
egra				
utra				
ota				



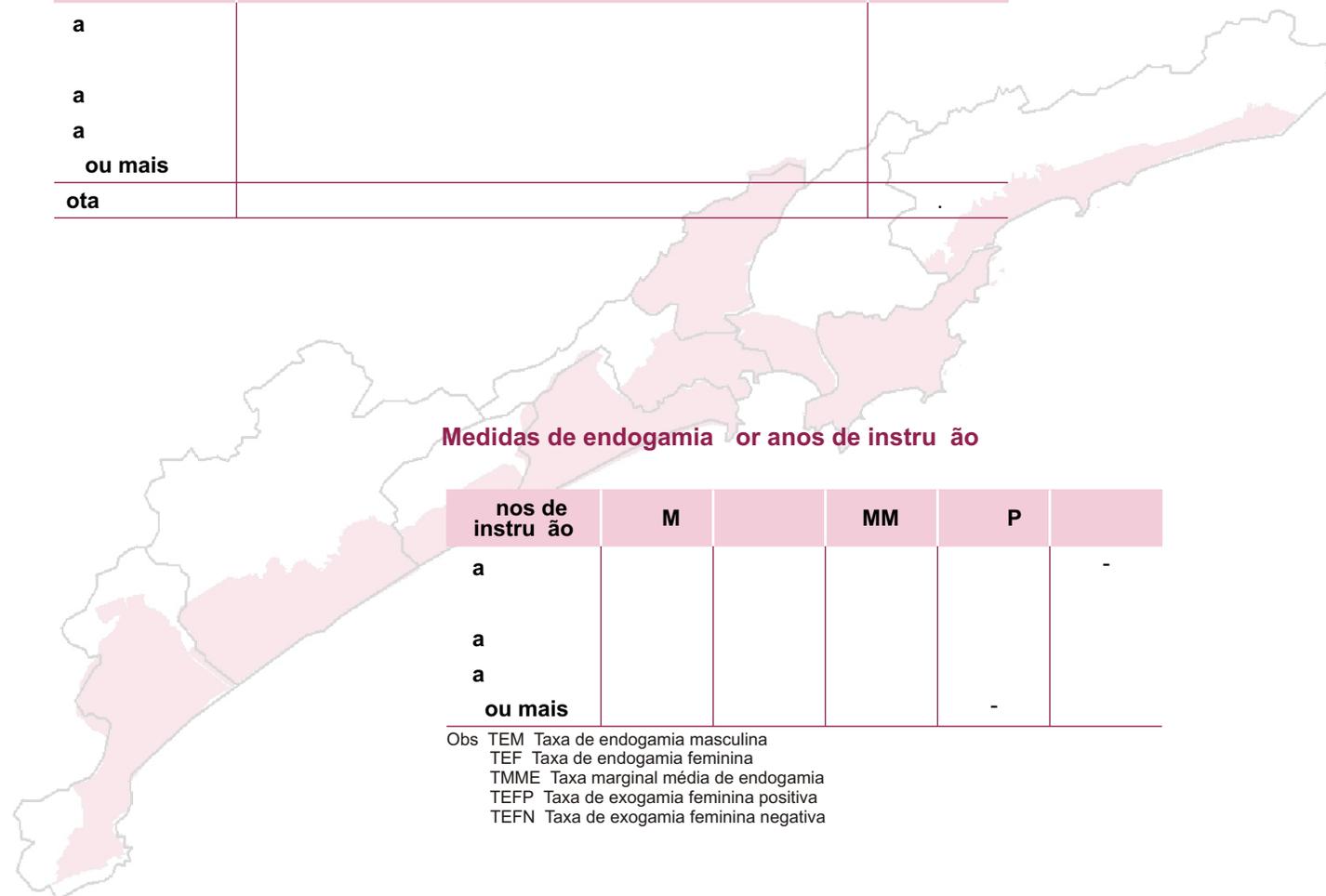
Cor	M	MM
Branca		
egra		

Obs TEF Taxa de endogamia feminina
 TEM Taxa de endogamia masculina
 TMME Taxa marginal média de endogamia
 Pop. negra somatório de pretos e pardos

Considerando -se os chefes de domicílio homens e seus cônjuges, de um modo geral, em ambas as categorias de cor/raça observa-se alta tendência à formação de casais endogâmicos, ou seja, casais onde ambos os cônjuges pertencem à mesma categoria de cor. Há contudo variações de intensidade. A endogamia é maior entre homens e mulheres brancos. Já entre os homens e mulheres negros (somatório dos pretos e pardos) a endogamia é sensivelmente menor, principalmente entre as mulheres. Infelizmente o tamanho da amostra investigada não permite o cálculo desagregado para homens e mulheres de cor preta e de cor parda. Não se pode esquecer, porém, que as taxas de endogamia por cor dependem da própria composição por cor da população, uma vez que esta afeta a estrutura do mercado matrimonial e, por conseguinte, a disponibilidade de parceiros da mesma cor.

nos de instrução dos residentes em domicílios urbanos do sexo masculino segundo os anos de instrução do cônjuge

anos de instrução do	anos de instrução do cônjuge feminino				total
	até 3	4	5	6 ou mais	
até 3					
4					
5					
6 ou mais					
total					



Medidas de endogamia por anos de instrução

anos de instrução	M	MM	P	
até 3				-
4				
5				
6 ou mais				-

Obs TEM Taxa de endogamia masculina
 TEF Taxa de endogamia feminina
 TMME Taxa marginal média de endogamia
 TEFM Taxa de exogamia feminina positiva
 TEFN Taxa de exogamia feminina negativa

A maior ou menor tendência a se buscar um parceiro ou parceira com atributos semelhantes aos seus próprios também pode ser observada através dos dados de escolaridade. Contudo, na RMBS esta tendência também tem diferentes intensidades nos distintos níveis de instrução. A maior taxa de endogamia pode ser observada entre as mulheres com 12 anos ou mais de instrução. A menor também ocorre entre as mulheres, mas no extremo oposto do nível de escolaridade: até 3 anos de instrução. Entre estas mulheres, a taxa de exogamia positiva (TEFP), ou seja, a tendência à união com homens com escolaridade mais alta suplanta a endogamia. O mesmo ocorre entre as mulheres com 4 anos completos de instrução. Já entre as mulheres com o máximo nível de instrução, como não poderia deixar de ser, a exogamia é negativa, ou seja, quando não se mantém o padrão endogâmico, as uniões serão com parceiros com menor escolaridade. Deste modo, se em geral as mulheres tendem a se casar no seu mesmo grupo ou "para cima", ou seja, com um parceiro com nível de instrução superior, a exogamia positiva vai se enfraquecendo na medida em que se avança na escala de escolaridade, quando aumenta a Taxa de Exogamia Feminina Negativa.

As taxas de endogamia por instrução para os homens (TEM) apresentam tendência oposta daquela apresentada pela mesma taxa entre as mulheres (TEF): entre os primeiros, quanto maior o nível de escolaridade, menor a endogamia, ou seja, menor a tendência de se casarem com parceiras com o mesmo nível de escolaridade. Os valores das taxas masculinas incidem sobre a Taxa Marginal Média de Endogamia fazendo com que esta, para pessoas com 12 anos ou mais de instrução seja menor do que as dos níveis imediatamente anteriores.

omícios urbanos arranjos domésticos segundo se o do res onsá e

Arranjos domésticos	Se o do res onsá e		ota
	Mascu ino	eminino	
Pessoa so inha			
S casa			
Casa e i hos			
Mono arenta			
Mono arenta e arentes			
Bi arenta e arentes			
c eos a arentados			
utros arranjos com arentes			
rranjos com não arentes			
ota			
Idade média do res onsá e			
Idade mediana do res onsá e			

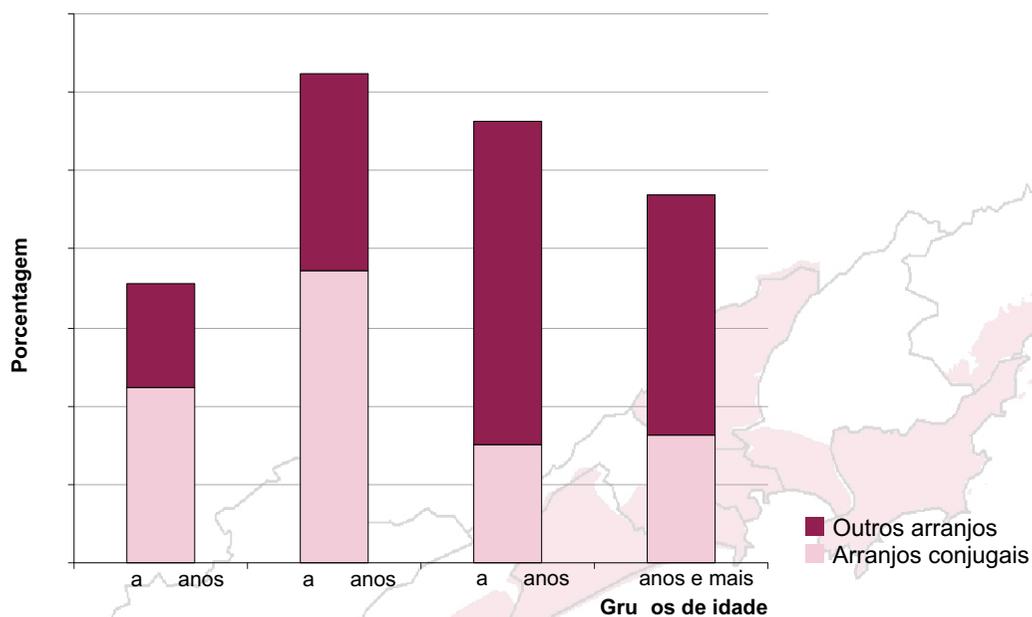


A análise comparativa dos domicílios de responsabilidade masculina ou feminina revela grandes diferenças em sua composição. Assim, se entre aqueles de responsabilidade masculina predominam amplamente os casais com filhos, seguidos daqueles constituídos apenas pelos casais, entre aqueles de responsabilidade feminina predominam os monoparentais, constituídos exclusivamente por um grupo mãe/filho(s), seguidos por aqueles unipessoais.

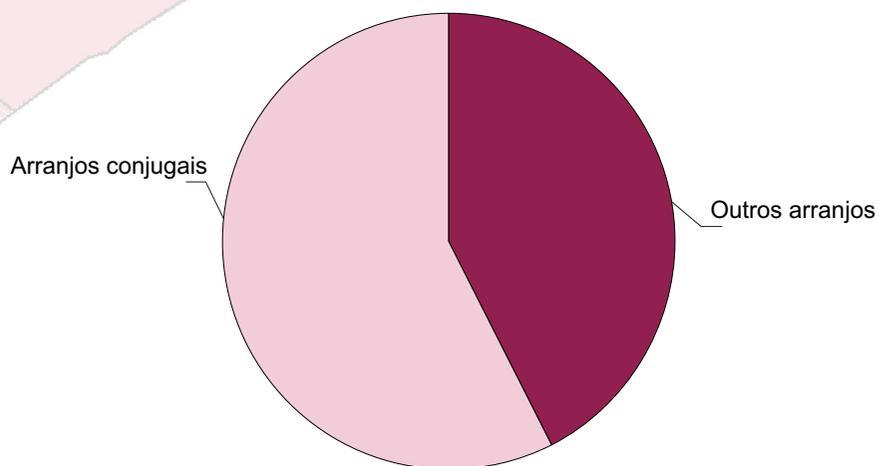
Chama ainda a atenção a importância das relações de parentesco outras que ultrapassam a família nuclear (pais e filhos, tomando-se o responsável como referência) na composição dos grupos domésticos. Isto é particularmente verdadeiro para os domicílios de responsabilidade feminina, em cuja distribuição mais de um quarto envolve outras relações de parentesco. Contudo, o mesmo índice tampouco é desprezível entre os domicílios de responsabilidade masculina onde representam cerca de 14% da distribuição, percentual próximo ao observado no conjunto dos domicílios (18,5%).

Considerados isoladamente, os distintos arranjos com parentes não têm representatividade estatística, mas decidiu-se mantê-los na tabela para exemplificar, de forma qualitativa, as diferentes combinações de parentesco possíveis: estas vão desde as formas mais simples, agregando membros de antigos núcleos dispersos (irmãos, por exemplo) passam pelos arranjos que se organizam em torno de um núcleo de reprodução formado pelo casal e filhos (as biparentais com parentes) e podem alcançar formas mais complexas, representadas pela articulação entre dois ou mais núcleos de reprodução. Neste caso, pode-se encontrar, por exemplo, grupos constituídos pelo responsável (com ou sem cônjuge) e filhos, dentre os quais, um pode ter seus próprios filhos e/ou estar vivendo em união, compondo assim famílias com membros de três gerações distintas.

Composições urbanas arranjos domésticos segundo grupos de idade dos responsáveis



Distribuição percentual dos arranjos domésticos



A grande diversidade observada nos arranjos domésticos está associada ao ciclo de vida familiar e às transformações que as unidades familiares vão sofrendo ao longo do tempo. O gráfico ao lado dá conta simultaneamente de duas dimensões: a primeira é a participação relativa dos domicílios cujos chefes estão em cada grupo etário, no conjunto dos domicílios amostrados. A segunda dimensão é a distribuição proporcional dos arranjos domésticos pelas diferentes idades dos chefes. Neste gráfico, tomando-se como referência do ciclo de vida a idade do responsável pelo domicílio, conforme percebe-se que as famílias conjugais de responsabilidade masculina (casais com filhos e só casais) são predominantes nas idades mais jovens e decrescem nas idades mais avançadas dos chefes. Entre os domicílios onde o chefe tem 50 anos ou mais predominam os "outros arranjos", que podem assumir diversas formas: pessoas sozinhas, famílias monoparentais de chefia feminina, arranjos com parentes. É bastante provável que boa parte das famílias conjugais com chefes de 65 anos e mais sejam casais na fase do "ninho vazio", isto é, já sem filhos residentes. Também nas idades mais avançadas costumam ser mais frequentes as pessoas sozinhas, principalmente mulheres sozinhas.

Arranjos de trabalho segundo tipo de arranjo doméstico

Residência e domicílio masculino	Solo chefe	Arranjos de trabalho em outros filhos	Arranjos de trabalho em outros cônjuges	Arranjos de trabalho em outros parentes	Tota
família conjugal família monoparental família ampliada ou parentesco outros arranjos Tota					
Residência e domicílio feminino	Solo chefe	Arranjos de trabalho em outros filhos	Arranjos de trabalho em outros cônjuges	Arranjos de trabalho em outros parentes	Tota
família conjugal família monoparental família ampliada ou parentesco outros arranjos Tota					
Todos os domicílios	Solo chefe	Arranjos de trabalho em outros filhos	Arranjos de trabalho em outros cônjuges	Arranjos de trabalho em outros parentes	Tota
família conjugal família monoparental família ampliada ou parentesco outros arranjos Tota					

Respostas múltiplas

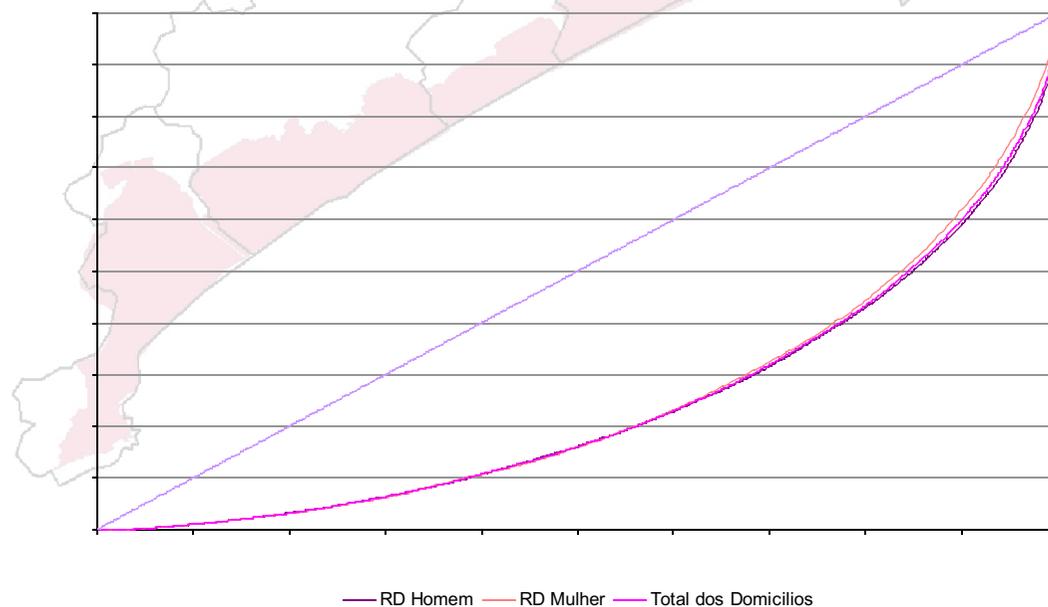
Mas as famílias não mudaram apenas na configuração de residência. Elas mudaram também internamente, ou seja, da perspectiva das relações de gênero e de geração. Mesmo as famílias conjugais, não seguem todas o “modelo do único provedor”, baseado na relação entre uma mulher dona de casa, envolvida com o trabalho doméstico não remunerado e um homem envolvido no trabalho remunerado produtor de mercadorias. Conforme o quadro ao lado, mesmo nas famílias conjugais com responsável homem, o número deles que se mantém na posição de único provedor não passa de 41%, ou seja, menos da metade. Na maioria delas, as mulheres cônjuges também trabalham. Em outras ainda, verifica-se o trabalho dos filhos. Nas famílias ampliadas, um reforço adicional ao número de provedores é representado pelos parentes. Nos grupos domésticos de responsabilidade masculina, o trabalho solitário do chefe tem maior relevância apenas entre os “outros arranjos domésticos”, mas por que aí estão contabilizados as pessoas sozinhas e os arranjos com não parentes. Nos arranjos de responsabilidade feminina ocorre processo semelhante, ou seja, as mulheres chefes são maciçamente as únicas provedoras apenas no caso dos “outros arranjos” em grande parte constituídos pelas pessoas sozinhas. Mesmo entre as famílias monoparentais formadas apenas por grupos mãe-filhos, o trabalho apenas da mulher é menos freqüente. Nota-se aí o uso intensivo do trabalho dos filhos, o que não quer dizer necessariamente uso do trabalho infantil. Dada a idade mediana mais elevada das mulheres chefes, é mais provável que se trate de jovens e adultos jovens. Também nas famílias ampliadas de responsabilidade feminina o trabalho dos filhos permanece intenso e supera os arranjos que envolvem o trabalho de outros parentes, bem menos freqüente.

rendimento domiciliar e renda per capita mediana segundo arranjos domésticos

Arranjos domésticos	Se o do res onsá e e o domicí io						ota dos domicí ios		
	Masculino			feminino					
	rendimento domiciliar mediano em	rendimento per capita mediano em	tamanho médio do domicí io	rendimento domiciliar mediano em	rendimento per capita mediano em	tamanho médio do domicí io	rendimento domiciliar mediano em	rendimento per capita mediano em	tamanho médio do domicí io
amí ia conjuga
amí ia mono arenta
amí ia am iada
utro arranjo
ota

Dados não significativos

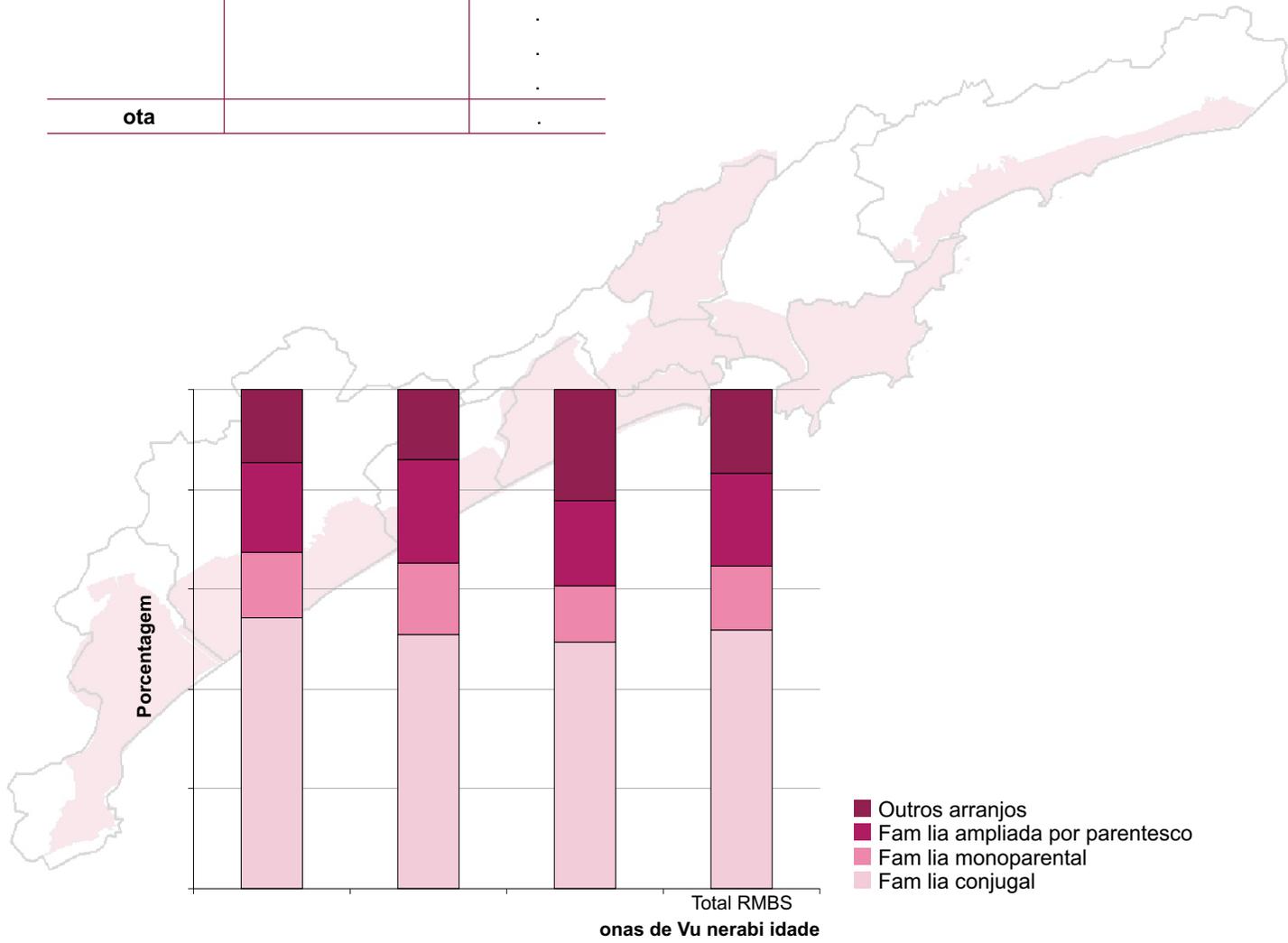
Coefficientes de Gini para domicí ios or se o do res onsá e e tota



No geral, na RMBS, os rendimentos medianos percebidos pelos domicílios de responsabilidade masculina são 26% mais altos do que aqueles recebidos pelos domicílios encabeçados por mulheres. Contudo, o maior tamanho médio dos primeiros faz com que a sua renda per capita mediana seja menor. Esta relação se sustenta na comparação entre os tipos de família em cada uma das distribuições. Assim, as famílias conjugais de responsabilidade masculina têm ganhos superiores aos das famílias monoparentais femininas mas sua renda per capita é menor. O mesmo ocorre na comparação entre as famílias ampliadas e os "outros arranjos" das duas distribuições. Não só a tendência central em certo sentido favorece as mulheres, como também é preciso observar também que as desigualdades de renda entre os domicílios de responsabilidade feminina são ligeiramente menores do que entre aqueles de responsabilidade masculina, conforme atestado pelos coeficientes de Gini: Assim, na RMBS, entre os domicílios de chefia masculina este coeficiente é de 0,5283 contra 0,5148 entre aqueles encabeçados por mulheres. Para o total dos domicílios da RMBS o coeficiente é de 0,5243.

Se o do res onsá e e o domicí io segundo onas de Vu nerabi idade

onas de Vu nerabi idade	Se o do res onsá e e o domicí io		ota
	Mascu ino	eminino	
			.
			.
			.
ota			.



Domicílios que têm uma mulher como responsável existem em todas as ZVs da RMBS. São, porém mais freqüentes na ZV3, na qual ocorre em percentual acima da média. Esta constatação demonstra não ser verdadeira, para a região investigada, a associação entre chefia feminina e pobreza, uma vez que esta ZV é a que apresenta as melhores condições socioeconômicas. Contudo, como pode ser verificado no gráfico, este aumento da responsabilidade feminina pelo domicílio nesta ZV não está associado ao aumento das famílias monoparentais (predominantemente de chefia feminina em amplíssima escala) que permanecem praticamente com o mesmo valor em todas as ZVs, e sim, ao aumento dos arranjos com parentes (famílias ampliadas) e dos arranjos do tipo "outros", isto é, arranjos com não parentes e domicílios unipessoais que assumem, nesta área, valores acima da média. A ZV3 é a que apresenta a menor ocorrência de famílias conjugais (casais ou casais e filhos) : 49,29 % contra 54,22 % na ZV1. A maior ocorrência da chefia feminina está, portanto ligada à maior heterogeneidade dos arranjos domésticos.

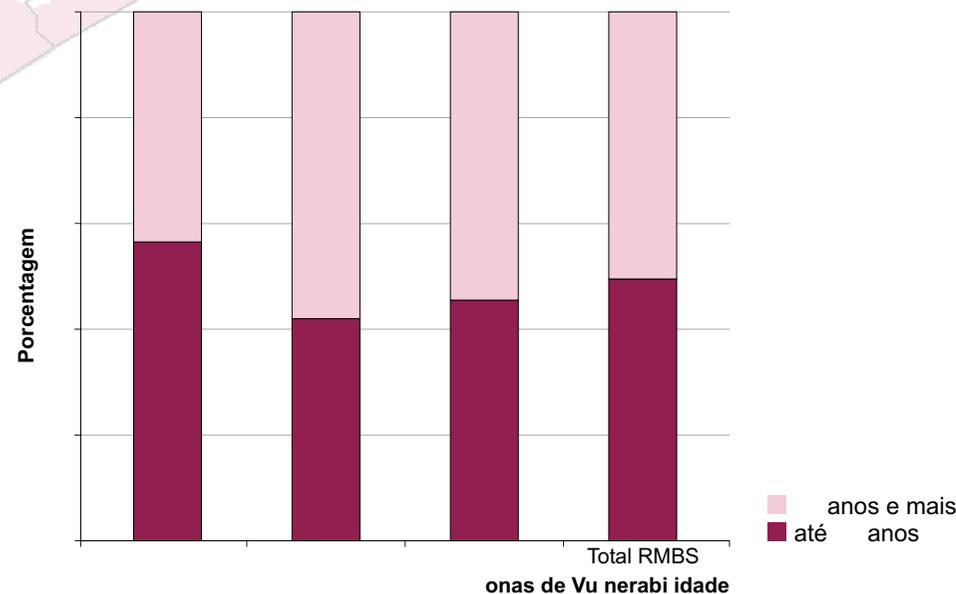
Distribuição dos domicílios nas Vs segundo grupos de idade dos responsáveis homens

Idade do responsável e homem	Porcentagem de famílias	
	até 14 anos	15 anos e mais
até 14 anos		
de 15 a 29 anos		
de 30 a 44 anos		
de 45 a 59 anos		
60 anos e mais		
Total		

Distribuição dos domicílios nas Vs segundo grupos de idade das responsáveis mulheres

Idade da responsável e mulher	Porcentagem de famílias	
	até 14 anos	15 anos e mais
até 14 anos		
de 15 a 29 anos		
de 30 a 44 anos		
de 45 a 59 anos		
60 anos e mais		
Total		

Idade das pessoas na condição de filho adotivo e enteado segundo grupos de vulnerabilidade



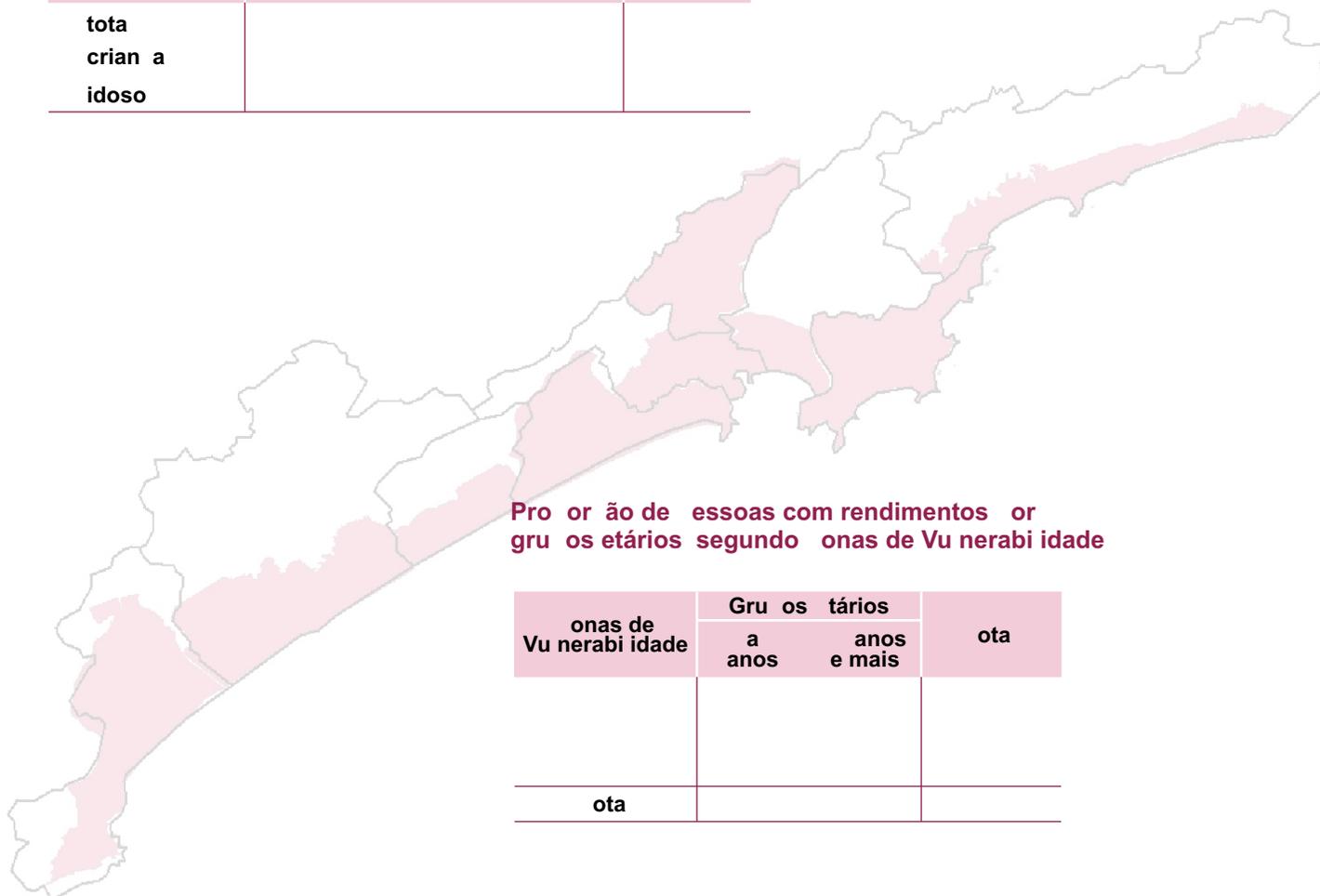
Outra dimensão importante a diferenciar as famílias das distintas ZVs é a idade do responsável pelo domicílio. Note-se que os chefes mais jovens, de ambos os sexos estão sobre-representados na ZV1. Já os chefes mais velhos estão sobre-representados na ZV3, de modo particularmente expressivo entre as responsáveis mulheres.

A idade do chefe permanece ainda como "proximamente" importante para a "idade" da família, ou seja, famílias com chefes jovens tendem a ser também famílias nas fases iniciais do ciclo de vida, ainda sem filhos ou com filhos crianças. E realmente, conforme se verifica no gráfico subsequente, na ZV1, dentre as pessoas que ocupam a posição de filho, enteado ou filho adotivo no domicílio, predominam (56,5%) aqueles com até 14 anos de idade. Tal fato não ocorre nas ZVs 2 e 3 onde há uma maior ocorrência de chefes mais idosos.

Estas relações não são casuais. A noção de ciclo de vida familiar é importante na medida em que permite avaliar os efeitos da dimensão demográfica da organização do grupo doméstico - as relações entre os sexos e as idades de seus componentes, em suas diferentes fases, expressas pela razão de sexos e pela razão de dependência. Por exemplo, famílias conjugais ou monoparentais mais jovens, isoladas da rede de parentesco e em fase de expansão, tendem a apresentar mais altas razões de dependência (crianças), uma vez que contam apenas com no máximo dois adultos, sendo os demais moradores, crianças dependentes. Tais características, em situações não compensadas por salários razoáveis ou por políticas sociais, podem induzir uma maior vulnerabilidade familiar, uma vez que na ausência de políticas sociais voltadas aos cuidados com a infância (creches, educação infantil), ou da possibilidade de contar com cuidadores extradomiciliares, o trabalho materno remunerado é de difícil consecução (o que diminui também o poder de negociação salarial) quando não inviabilizado. Nestas condições é possível a ocorrência de redução do rendimento familiar, assim como o aumento da vulnerabilidade aos efeitos do desemprego, uma vez que toda a família depende de um único trabalhador adulto provedor de renda.

razões de dependência total de crianças e de idosos segundo zonas de Vulnerabilidade

razões de dependência	zonas de Vulnerabilidade		total
total			
criança			
idoso			



Proporção de pessoas com rendimentos por grupos etários segundo zonas de Vulnerabilidade

zonas de Vulnerabilidade	Grupos etários		total
	até 64 anos	65 anos e mais	
total			

Na ZV1, exatamente a mais vulnerável, a razão de dependência de crianças é bem mais alta do que nas demais, embora mesmo nesta, o nível já esteja refletindo a acelerada queda da fecundidade em nosso país, à qual a RMBS não está imune. Embora na ZV2 a RD seja um pouco mais baixa os patamares são muito próximos, porém com notável mudança de composição interna, com redução da razão de dependência de crianças e aumento da razão de dependência de idosos. Mas na ZV3 a contribuição da RD-idosos para a RD total é de mais de 50%.

Contudo, esta razão de dependência de idosos, quando pensada no âmbito das famílias precisa ser mais bem qualificada. O prolongamento da vida ativa, a universalização das aposentadorias e a concessão do BPC (benefício de prestação continuada) aos idosos de mais de 65 anos que não tenham outra fonte de renda mudou profundamente a situação dos idosos e sua relação com a família. Estes talvez possam representar com o avançar da idade, a necessidade de cuidados e serviços, mas não são, necessariamente, um fardo econômico. Conforme a tabela ao lado verifica-se que em todas as ZVs são os idosos de 65 anos e mais o grupo com maior percentual de pessoas auferindo rendimentos. É bem possível, portanto que a maior ocorrência dos "outros arranjos domésticos" e das "famílias ampliadas por parentesco" na ZV3 esteja refletindo esta maior presença de idosos, em ambos os tipos de arranjo doméstico.

Fontes de ajuda na solução de diferentes situações urbanas

Quem recorre para	em dinheiro	em espécie ou pequenas quantias	ficar com as crianças	Cuidar de idosos/enfermos	Cuidar da casa	Informação sobre trabalho	reforma ou construção da casa
-------------------	-------------	---------------------------------	-----------------------	---------------------------	----------------	---------------------------	-------------------------------

ninguém não recorre

Parentes não residentes

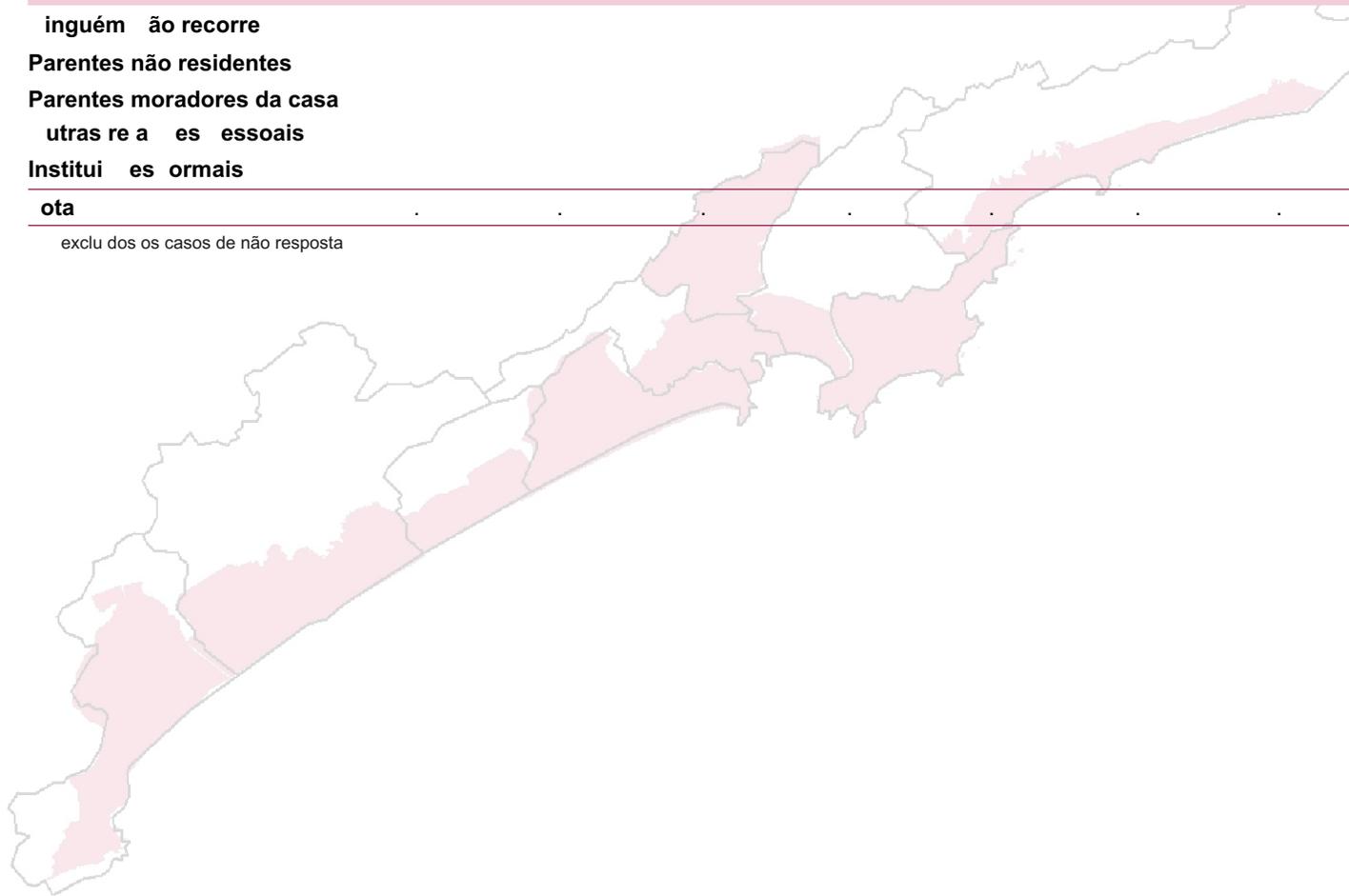
Parentes moradores da casa

Outras relações pessoais

Instituições formais

Nota

exclui dos casos de não resposta

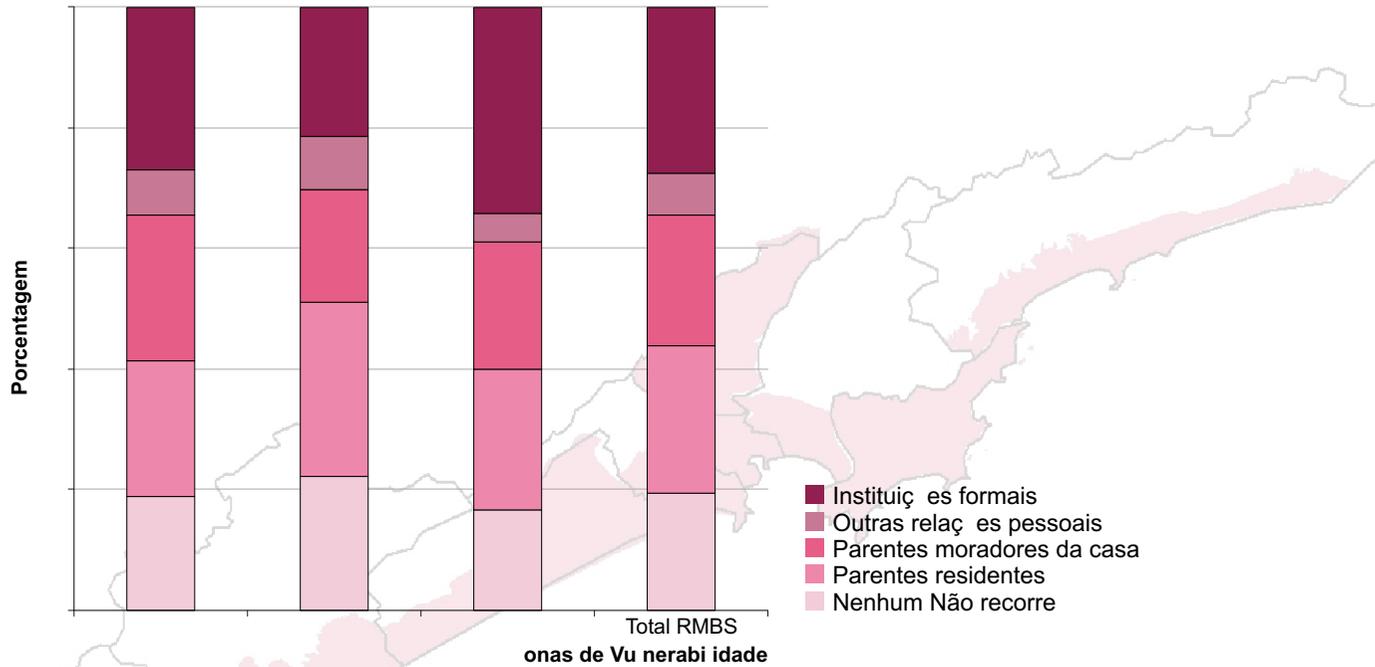


A tabela ao lado sintetiza dados que buscam identificar, através de situações hipotéticas, ainda que de modo rudimentar, eventuais redes de apoio e de informações para os domicílios investigados, que vão desde a necessidade de tomar dinheiro emprestado aos cuidados com as crianças, com idosos/enfermos ou com a casa na ausência da mãe ou no caso de se necessitar de uma ajuda extraordinária.

A primeira evidência de interesse é número de domicílios em cada uma das situações cujos responsáveis declaram que não buscariam nenhuma ajuda. Mesmo que este percentual, para algumas questões possa ser explicado pela situação particular vivida pelo domicílio no momento presente (por exemplo, crianças mais velhas podem ficar sozinhas, ou então nunca tenha se apresentado uma situação de doença a exigir ajuda extra), as negativas em três questões merecem atenção especial: os empréstimos em dinheiro, a ajuda em espécie ou pequenas quantias e as informações sobre trabalho, uma vez que dizem respeito à situação econômica destes domicílios. O percentual de negativas acima de 20% no caso das informações sobre trabalho e da ajuda em espécie ou em pequenas quantias, pode estar indicando tanto certa autonomia financeira quanto o extremo oposto, ou seja, a impossibilidade de se obter ajuda econômica ou informações e portanto, maior vulnerabilidade.

Porém entre os responsáveis que declaram que buscariam ajuda para a solução das diferentes situações, (e que correspondem à grande maioria, em todas elas) configura-se um padrão de forma muito significativa: em primeiro lugar, o recurso às instituições formais no caso de empréstimos em dinheiro (37,5%) ou informações sobre trabalho (41,64%). Estas instituições (como bancos, agências de emprego, sindicatos) são seguidas pelos parentes não residentes, no caso dos empréstimos em dinheiro (32,0%) e por outras relações pessoais no caso de informações sobre trabalho (18,7%). Já os parentes residentes são acionados preferencialmente em situações que envolvem serviços cotidianos: ficar com as crianças, cuidar de idosos/enfermos, cuidar da casa. A reforma ou construção da casa envolve o maior nível de formalização das relações sociais: 45%, embora não esteja totalmente descartada a ajuda de parentes, residentes ou não.

Fontes de ajuda na solução do conjunto de situações segundo zonas de vulnerabilidade

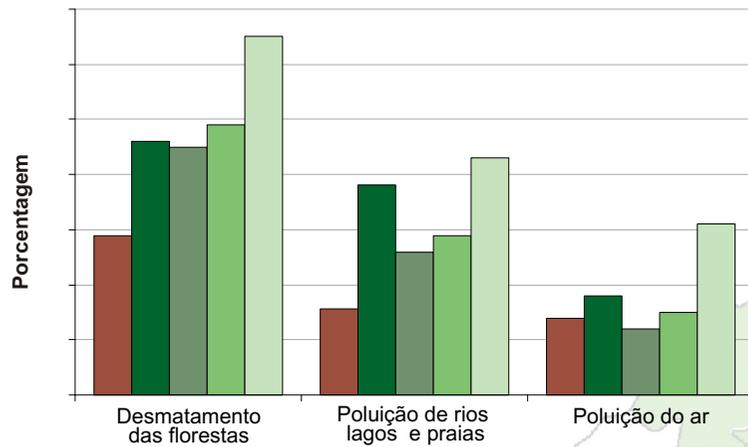


O exame destas fontes de ajuda, consideradas de forma agregada, para cada uma das ZVs revela certas diferenças. Conforme se verifica no gráfico ao lado, na ZV3 o recurso às relações formais é bem mais intenso do que nas demais, superando aí amplamente a busca de apoio em parentes residentes ou não. Contudo, nas ZVs mais vulneráveis o recurso às relações formais, embora menos intenso, tampouco é desprezível, chegando também a superar, na ZV1, a busca de auxílio entre parentes. A ZV2 parece depender mais do suporte familiar, e menos das instituições formais. Em ambas também é maior o número de responsáveis que declaram que não recorreriam a ninguém. Contudo, este último percentual mantém-se em patamares próximos e não muito altos (entre 17% e 22%) em todas as ZVs.

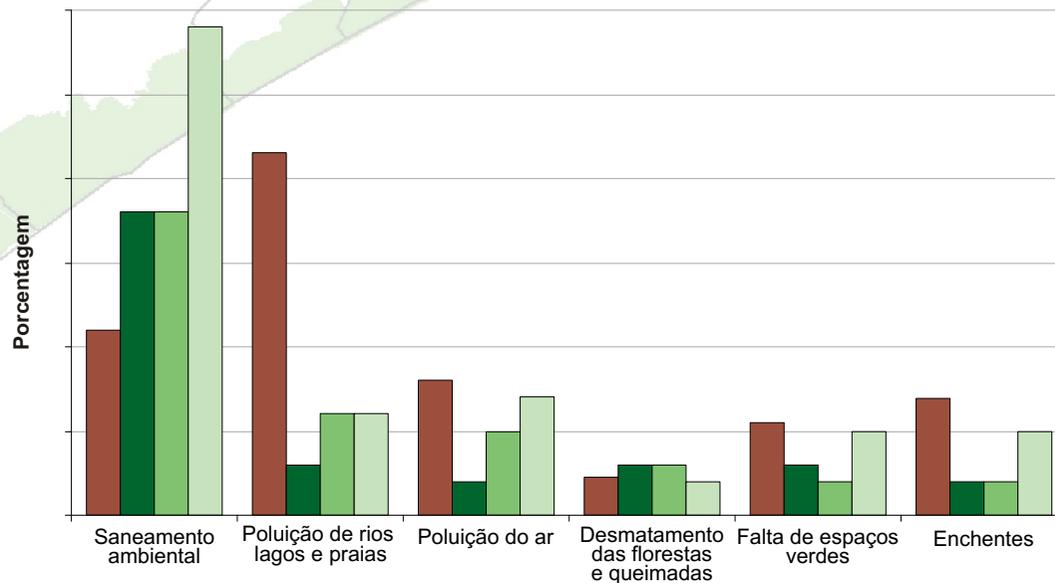
Na medida em que se pode considerar que a preferência por relações formais na solução de problemas representa condições favoráveis de acesso às estruturas de oportunidades oferecidas pelo mercado e pelo Estado, a RMBS configura-se como uma região onde o acesso a tais estruturas permeia todo o tecido social, embora de forma desigual.

6. Ambiente, riscos e perigos

Principais problemas ambientais do País



Principais problemas ambientais do Bairro



OBS Na pesquisa nacional do MMA ISER foram admitidas múltiplas repostas a esta pergunta.

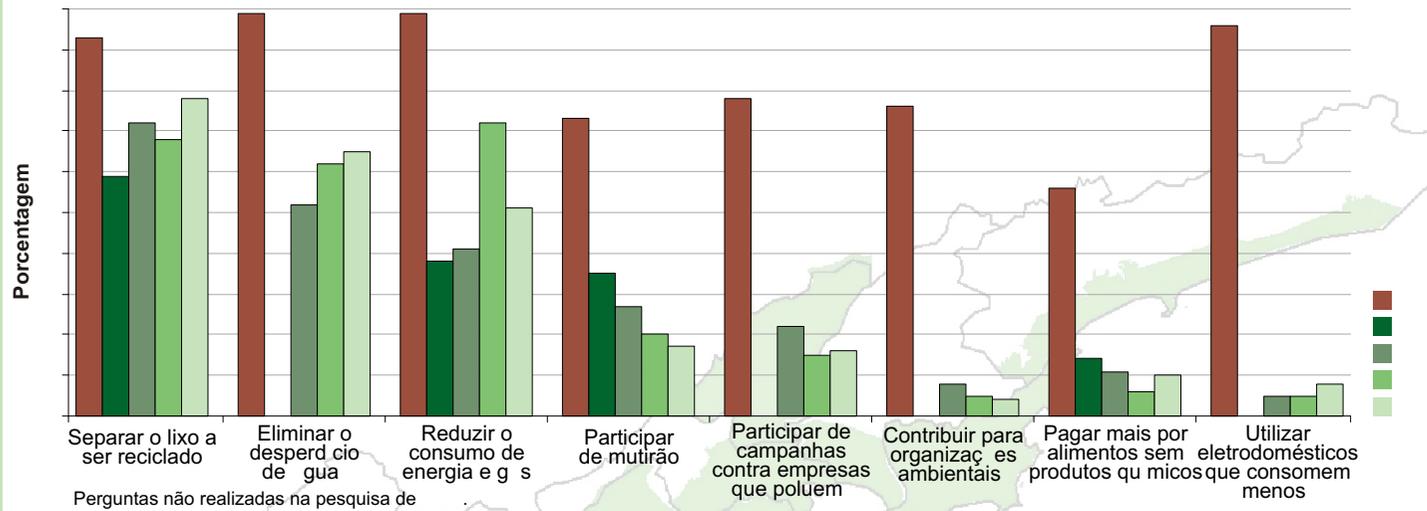
Uma das estratégias de avaliação dos pesquisadores do projeto sobre a percepção ambiental da população foi utilizar como base a pesquisa nacional *que o brasileiro pensa sobre meio ambiente*, já realizada quatro vezes pelo Ministério do Meio Ambiente em conjunto com o Instituto de Estudos da Religião (ISER). Os dados dessas pesquisas nacionais de 1992, 1997, 2001 e 2006 apontam para uma gradativa tomada de consciência do brasileiro acerca das principais questões ambientais, tanto em suas percepções dos problemas, quanto pela sua disposição de ter atitudes pró-ativas neste sentido. Assim, no que diz respeito a presente pesquisa, foram utilizadas como modelo algumas perguntas já aplicadas nos levantamentos nacionais, de modo a permitir uma discussão aproximativa da percepção e da disposição ambiental dos moradores da RMBS em comparação com os dados da pesquisa nacional.

No que diz respeito a estes últimos, pode-se afirmar que uma das perguntas mais conhecidas é "Qual o principal problema ambiental do país?". Em 2001, a pesquisa nacional incorporou também a pergunta "Qual o principal problema ambiental do seu bairro?" - incorporações que também fizemos em nosso questionário, visando abrir uma oportunidade de detectar diferenças nas escalas de percepção na RMBS.

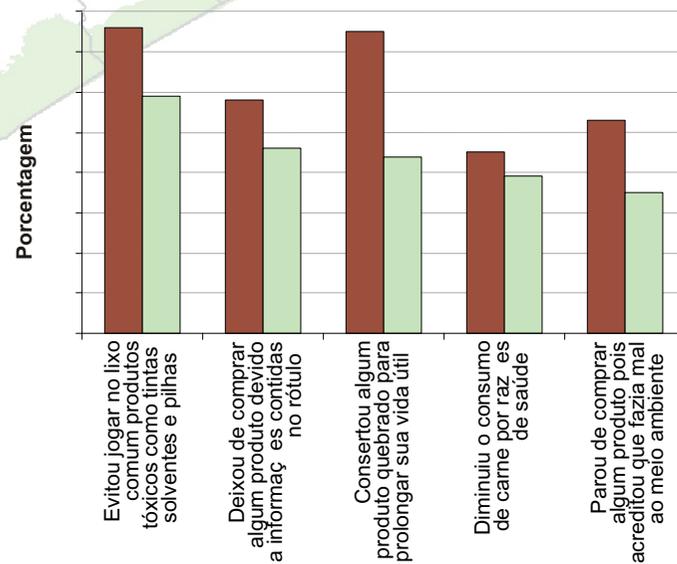
Os três principais problemas ambientais do Brasil também foram identificados pelos entrevistados na RMBS, mantendo, em linhas gerais, as tendências das pesquisas nacionais. Neste sentido, o problema mais apontado pela população brasileira é o desmatamento das florestas, seguido pela poluição de rios, lagos e praias e, por último, a poluição do ar. No que diz respeito à presente pesquisa, na RMBS, pode-se observar que a proporção relativamente menor de incidência em cada uma das respostas, mostra a maior diversidade de problemas apontados pela população, sugerindo uma significativa consciência dos problemas, bem como a maior disponibilidade de informação. Podemos falar, portanto, numa elevada consciência ambiental na RMBS.

Quanto ao maior problema ambiental do bairro, nota-se que também há uma percepção aguda da população acerca de seu ambiente, já que o principal problema apontado é a poluição de rios, lagos e praias (enquanto a pesquisa nacional registrou apenas 6% de pronunciamento sobre este problema em 2006), seguido por saneamento ambiental (que está diretamente ligado ao primeiro) e pela poluição do ar. Destacam-se nos dados da pesquisa nacional de 2001 que 56% não identificaram nenhum problema específico, enquanto que na RMBS houve uma identificação maciça de problemas. No caso da pesquisa nacional, isso pode tanto significar falta de informação quanto uma satisfação relacionada à escolha do local de moradia, diferente dos dados da RMBS que indicam uma percepção acurada do ambiente, principalmente em questões específicas e próximas como problemas e perigos no bairro.

is osi ão de rea i ar a es ara reser ar o ambiente



es ara e itar consumo ou o ui ão raticadas nos últimos meses

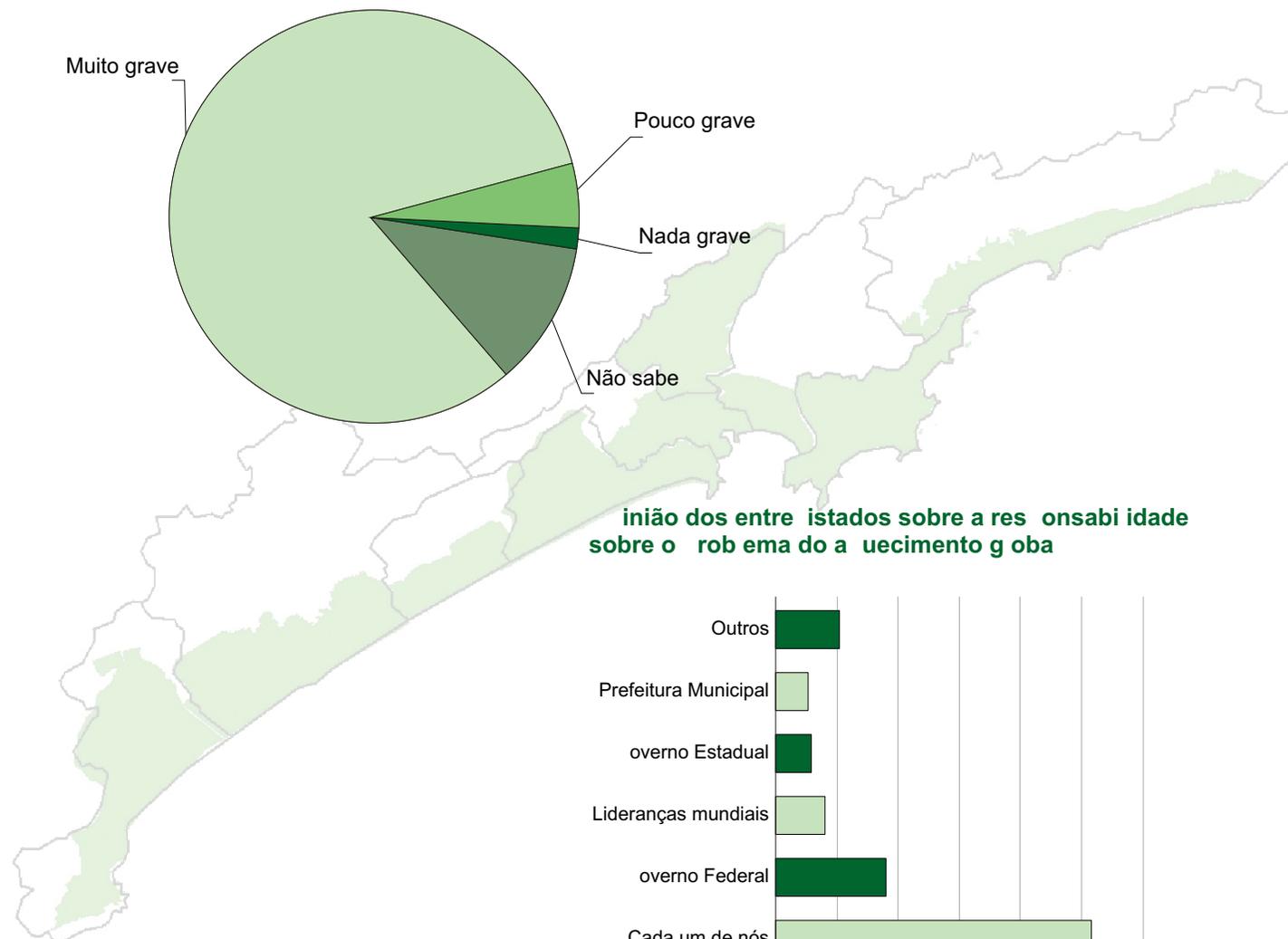


Outro conjunto de informações levantadas na pesquisa nacional e reproduzida em nossa pesquisa foi sobre uma série de ações que as pessoas estariam dispostas a realizar (ou que estejam realizando) para a preservação do ambiente. Essas respostas são importantes para irmos além do acesso à informação ou da consciência ambiental das pessoas, permitindo acompanhar a evolução das atitudes pró-ativas, neste sentido.

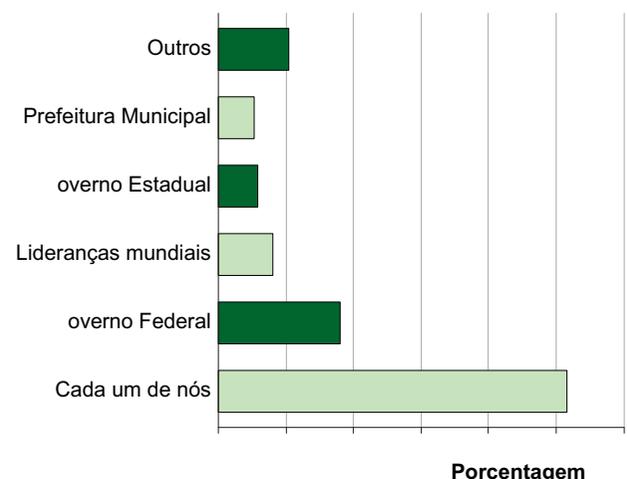
O primeiro conjunto de perguntas procura saber a disposição de realizar determinadas ações para preservar o ambiente, tais como separar o lixo, eliminar desperdício de água, reduzir o consumo de energia etc.

O segundo grupo de perguntas procurou saber de ações praticadas pela população, visando evitar o consumo ou a poluição, nos doze meses anteriores à data da entrevista. Dentre os destaques desses dados, notamos uma quase total disposição de separar o lixo, eliminar o desperdício de água e de reduzir consumo de energia - justamente as ações alvo de campanhas educativas veiculadas na grande mídia - em patamares muito superiores aos das pesquisas nacionais. Deve-se ressaltar que atitudes como as apontadas revertem-se em ganhos econômicos, uma vez que acabam por diminuir as despesas mensais de um domicílio - o mesmo ocorrendo quando se apresenta uma disposição em utilizar eletrodomésticos que consomem menos energia (outra resposta apontada de forma significativa na RMBS).. Entretanto, os dados revelaram uma atitude divergente quando se pensa sobre a disposição em participar de atividades que não estão situadas no âmbito privado da vida cotidiana - e, portanto, acabam por não interferir positivamente na economia doméstica. Assim, apesar de apresentar índices muito elevados de tendência a atitudes ambientais (na comparação com os dados nacionais), pode-se afirmar que, na RMBS, a disposição em participar de atividades ambientais no âmbito público aparece em patamares significativamente mais baixos, sobretudo se o compararmos com as demais ações ambientais questionadas. Quando olhamos as ações praticadas nos últimos doze meses, vemos que não temos números tão altos de positividade, embora tenha-se 79% que afirmaram ter concertado bens (muito superior aos 44% da pesquisa nacional). Embora isso seja um bom sinal de negação do consumismo, por outro, reforça a idéia de que as ações que mais imediatamente praticadas são aquelas que produzem ganhos econômicos. Outro destaque são os 76% que afirmaram ter evitado jogar no lixo comum produtos tóxicos, o que é um excelente índice de ação, apontando uma tendência que têm mudado nos últimos anos.

a uecimento g oba é um rob ema muito ouco ou nada gra e



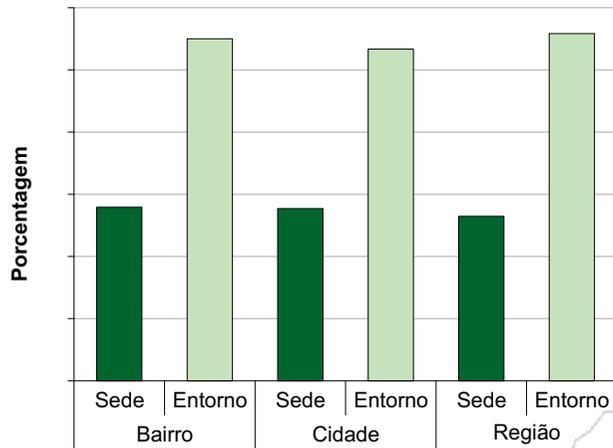
inião dos entre istados sobre a res onsabi idade sobre o rob ema do a uecimento g oba



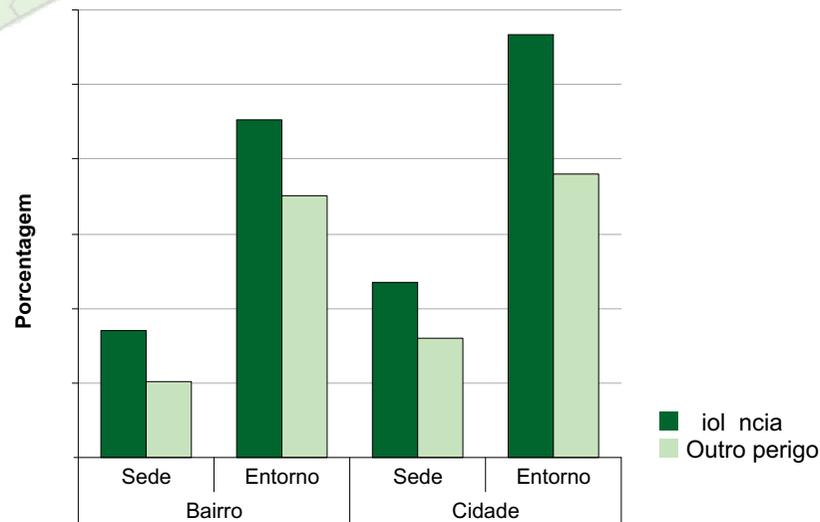
Como um tema em evidência acerca das questões ambientais, o aquecimento global é considerado um problema "muito grave" em 82% dos domicílios. De modo geral, é unânime esta questão enquanto um problema que preocupa a população. Merece destaque o fato de que em 11% dos domicílios, a resposta foi "não sabe"; esta resposta pode ser entendida de duas formas: ou a pessoa não soube avaliar a gravidade do problema ou não sabia o que era o aquecimento global. Em ambos os casos, pode refletir uma relativa conscientização ambiental nessa região.

Essa afirmação é reforçada a partir do segundo gráfico que apresenta a atribuição das responsabilidades em enfrentar os desafios do aquecimento global. Quando perguntados sobre isso, a grande maioria (51%) declarou "cada um de nós", seguido, de longe, por aqueles que atribuem a responsabilidade ao Governo Federal. Merece destaque, ainda, o fato de que o peso atribuído ao governo local (Prefeitura Municipal) é praticamente o mesmo que aquele dado aos empresários. Provavelmente, essa questão está associada à percepção de que as empresas e indústrias são grandes poluidores.

á antagem de morar nesse bairro cidade e região



Perceção da violência e outros perigos no bairro e na cidade



Na RMBS, o peso relativo da sede metropolitana em termos de qualidade de vida, educação e escolhas residenciais, é menor do que aquele das metrópoles clássicas, consolidadas no auge do período industrial brasileiro. Assim, uma das formas de observar as diferenças espaciais dos dados é comparar as respostas da sede (município de Santos) com os demais municípios da RM. Essa comparação revela diferenças importantes. No geral, os dados mostram que há uma maior disposição do entorno de participar de ações pró-ativas para proteção do meio ambiente, com valores médios afirmativos às perguntas na ordem de 37,68%, enquanto na sede os números ficaram em 30,95%.

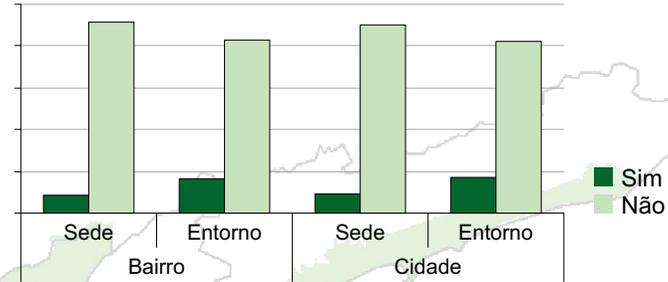
Como se vê, os dados revelam uma maior satisfação dos moradores do entorno com seu bairro e cidade, bem como com a própria região, mesmo admitindo terem mais medo e identificarem mais perigos na vizinhança. Desses moradores, 55%, 53,4% e 55,8% vêem vantagem em morar em seu bairro, cidade e região, respectivamente, contra 27,90% (bairro), 27,8% (cidade) e 26,4% (região) dos moradores da sede. Já a percepção dos perigos apresenta uma relação inversa com esta satisfação, já que, tanto o perigo da violência quanto outros perigos, são mais temidos no entorno do que na sede.

Foi perguntado também se a pessoa identificava seu bairro e cidade como fontes de violência, e as respostas apresentam a mesma tendência em relação às diferentes percepções entre moradores da sede e do restante da região: os santistas identificam menos sua cidade e bairro como fontes de violência do que os moradores das demais cidades. O padrão se repete com outros perigos, que são percebidos em proporção muito menor do que a violência, em todas as escalas.

outros perigos ambientais no bairro e na cidade

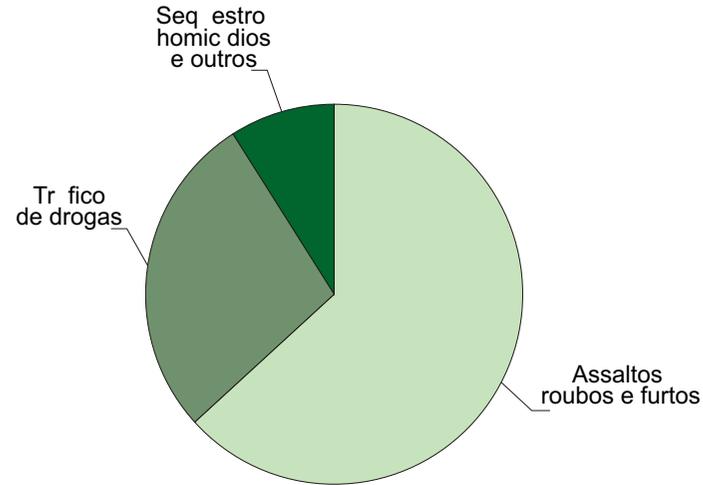
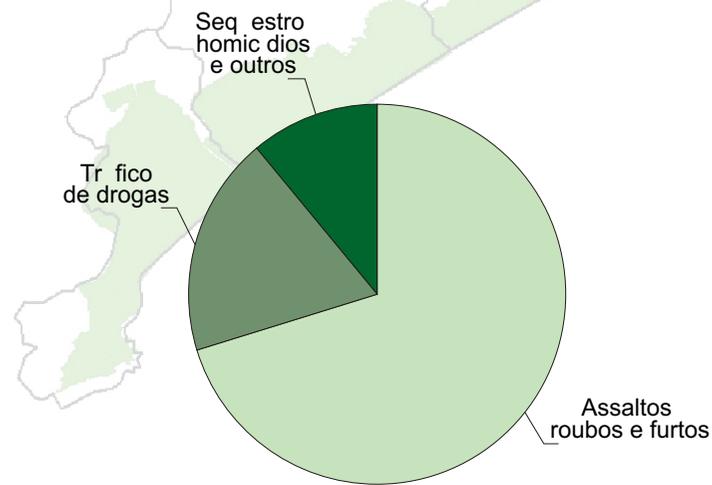
	Bairro	Cidade
Inundação emurrada des i amento		
Po ui ão do ar		
r nsito acidentes de carro		
Manuten ão do bairro errenos ba dios i o rob emas sanitários		
utros		
ota		

guém da sua amí ia já oi atingido diretamente or a gum erigo



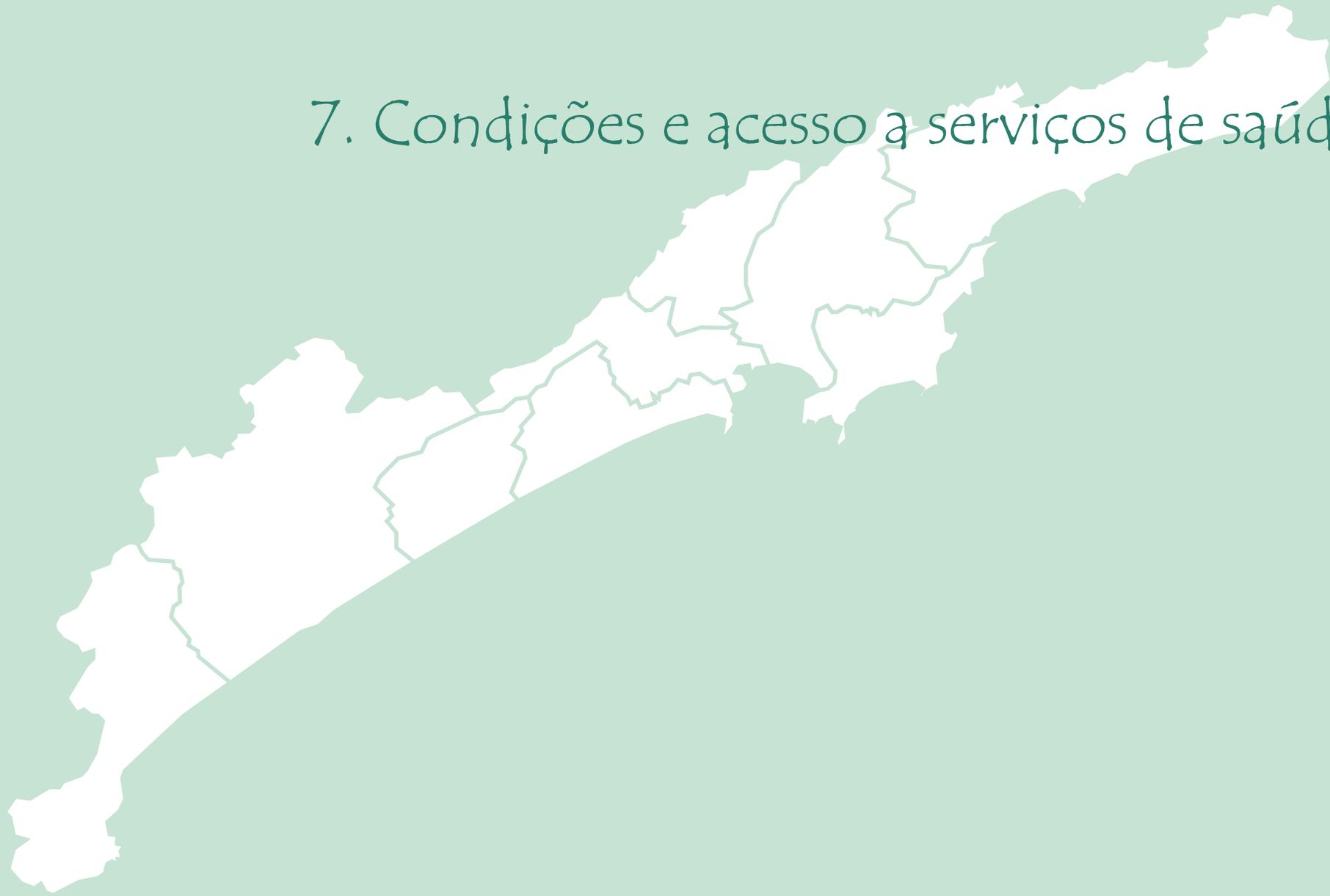
e ue orma a io ncia é um erigo em sua cidade

e ue orma a io ncia é um erigo em seu bairro



Embora a percepção dos perigos e da violência em si seja significativa na RMBS, há nuances que interferem nessa percepção, ajudando a formular possíveis explicações. Uma delas é observar os diferentes perigos identificados. No caso da violência, o mais citado foi “roubos e assaltos”, mencionado por 54% dos entrevistados, no caso do bairro, e 59%, no caso da cidade. Em relação a outros perigos, dos 51% de pessoas que disseram que há outro perigo no bairro além da violência, 42% apontaram a poluição do ar. Enquanto isso, em relação à própria cidade, dos 54% que afirmaram que há outro perigo além da violência, 38% apontaram como perigo a poluição do ar.

A distância entre o que é percebido e o que é efetivamente vivido, no entanto, se faz presente quando perguntamos se alguém da família já fora afetado por alguns daqueles perigos. Dos moradores da sede, apenas 8,8% afirmaram terem sido atingidos por algum perigo do bairro, enquanto o mesmo índice ficou em 16,7% no entorno - o que se considera um número elevado. Quanto a terem sido afetados por perigos na cidade, 9,2% na sede e 17,1% no entorno responderam positivamente. Isso aponta para a importância da comunicação do risco, entre outros fatores, para que a sensação de segurança/insegurança aumente ou diminua na cidade; além disso, aponta também como o bairro é o meio imediato e mais significativo de proteção.



7. Condições e acesso a serviços de saúde

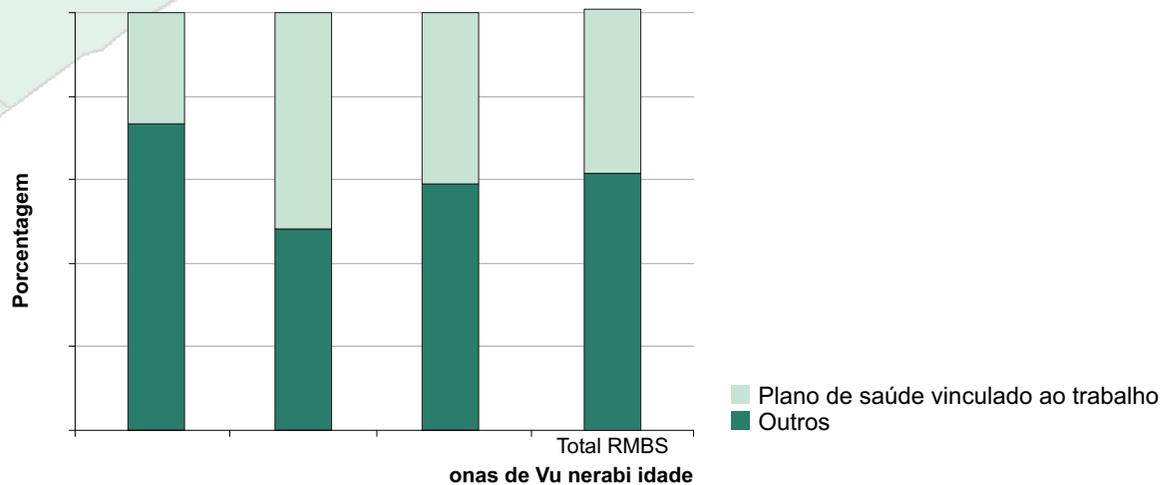
População urbana e cobertura de convênio médico segundo grupo etário

Convênio médico	Grupos etários					Total MBS
	0 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 anos e mais	
Sim						
Total						

População urbana e cobertura de convênio médico segundo zonas de Vulnerabilidade

Convênio médico	Zonas de Vulnerabilidade		Total MBS
	Zona 1	Zona 3	
Sim			
Total			

Respostas sobre o domicílio com cobertura de convênio segundo tipo de convênio



A cobertura de convênios privados é uma das formas de se verificar qual a parcela da população é dependente exclusivamente dos serviços públicos e qual possui outras opções de acesso aos serviços de saúde. A primeira Tabela apresenta a distribuição da população segundo a posse, ou não, de algum convênio médico, por grupo etário. A resposta "sim" refere-se a qualquer tipo de convênio, seja somente para consultas ou para consultas, exames e internações. Para a RMBS, 36,3% da população residente na área urbana possui convênio, indicando que a maioria depende totalmente dos serviços do Sistema Nacional de Saúde (SUS). Os resultados mostram também que conforme aumenta a idade diminui a participação de respostas "não possui convênio", resultado esperado dado que nos grupos etários mais velhos a demanda por serviços de saúde costuma ser maior.

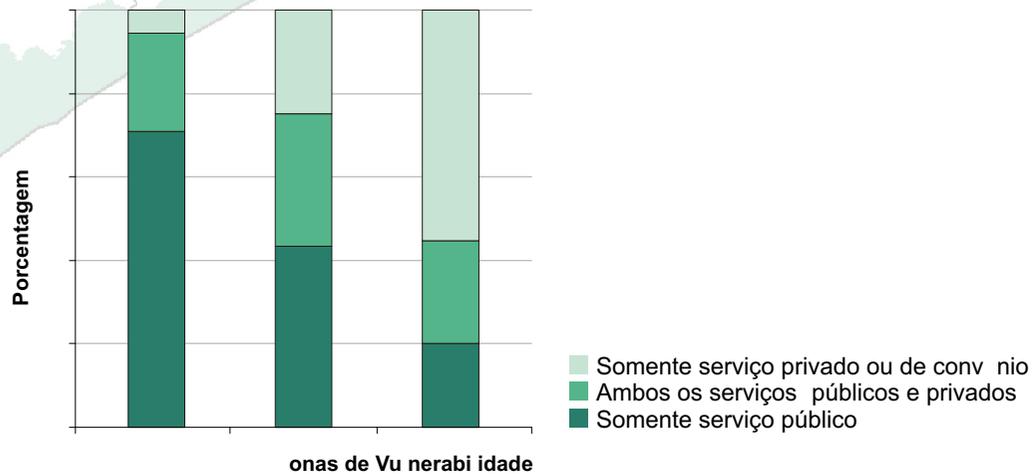
Quando avaliadas por zonas de vulnerabilidade, as informações revelam grande diferencial, sendo que apenas 15,8% da população residente nas zonas de tipo 1 possui algum tipo de convênio médico, contra 65,6% nas zonas de tipo 3, variação pode ser atribuída a diferenças socioeconômicas.

Observa-se pelo Gráfico que, dentre os responsáveis por domicílios que possuem convênio, cerca de 38% o possuem como benefício do trabalho. Tal dependência é de quase 27% na zona do tipo 1, para os quais a perda do emprego pode implicar na redução imediata das opções de acesso aos serviços de saúde, dado que nas zonas de tipo 1 predominam pessoas de baixa renda.

omícios urbanos segundo ser i os de sa de uti i ados or cobertura de con nio médico

Con nio médico or domicí io	omícios segundo ser i os uti i ados			ota n
	Somente ser i o bico	mbos os ser i os bicos e ri ados	Somente ser i o ri ado ou de con nio	
odos ossuem o menos ossui nenhum morador ossui				
ota				

istribui ão ercentua de domicí ios or ti o de ser i o uti i ado segundo onas de Vu nerabi idade



A análise das informações sobre a utilização do sistema de saúde indica que a demanda pelo serviço público é alta e ocorre mesmo para a população que possui convênios privados. Em cerca de 34% dos domicílios da RMBS todos os moradores são cobertos por algum tipo de convênio, mas, entre estes, 25% dos respondentes declararam utilizar também o sistema público, 3% exclusivamente e 22% para alguns procedimentos. No outro extremo encontram-se os domicílios onde nenhum morador possui convênio privado, que representam 55% do total da RMBS. Nestes casos, nada menos que 82,8% declaram utilizar exclusivamente o SUS e 16,1% utilizam eventualmente o sistema privado.

O Gráfico mostra que estes resultados também variam segundo as zonas de vulnerabilidade. Na RMBS, cerca de 94% dos domicílios das zonas de vulnerabilidade de tipo 1 os moradores utilizam o SUS pelo menos eventualmente; proporção que diminui para 44,6% nas zonas de vulnerabilidade de tipo 3.

População urbana acima de 40 anos que já e e amarelo e amarelo segundo zona de Vulnerabilidade

Zonas de Vulnerabilidade	que já e e amarelo e amarelo acima 40 anos				
	diabetes	hipertensão	Mamografia	Câncer Colo de reto	Câncer de Próstata

Nota

só para as mulheres.
só para os homens.

População urbana acima de 40 anos por oca de reação a doença e amarelo e amarelo

que amarelo e amarelo acima de 40 anos	serviços utilizados					Nota
	Centro de saúde do bairro	Serviço SUS no município de residência	Serviço SUS fora do município de residência	Serviço privado	não sabe	

diabetes
hipertensão
Mamografia
Câncer de colo de reto
Câncer de Próstata

Nota

só para as mulheres.
só para os homens.

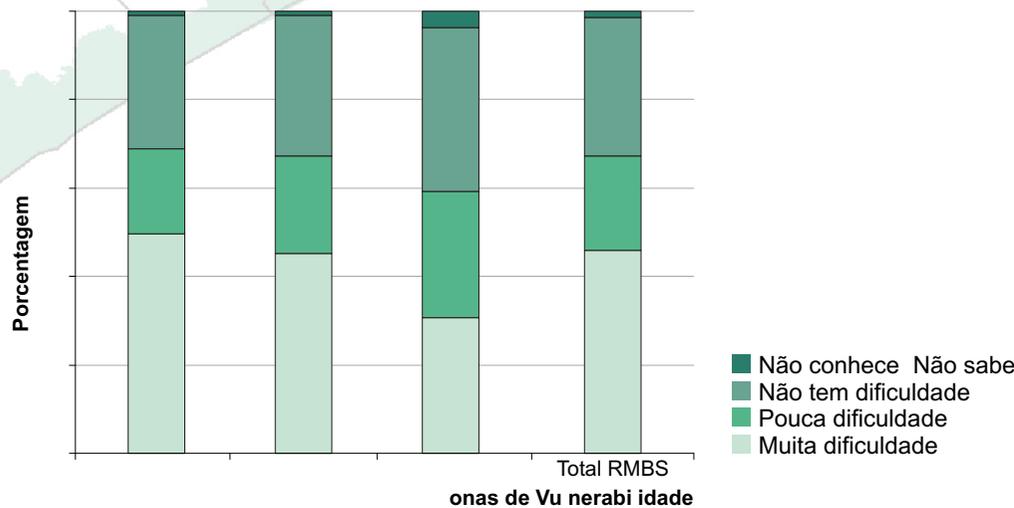
A primeira Tabela apresenta por zonas de vulnerabilidade (ZVs) o percentual de população urbana acima de 40 anos que já realizou exames preventivos básicos. Sua leitura indica maior cobertura na realização da prevenção para o Câncer de Colo de reto e menor cobertura para a prevenção do Câncer de Próstata, único que apresenta percentual menor que 75%, apontando para a necessidade de ampliação da sua cobertura. Os exames preventivo para Câncer de Próstata e de Mama são aqueles com as menores coberturas, em especial para a zona de tipo 1. A análise por zonas de vulnerabilidade revela uma tendência de aumento do percentual de realização de exames preventivos nas ZVs de tipos 2 e 3, as quais apresentam também as menores proporções de população de baixa renda, respectivamente. Novamente, observa-se que o exame preventivo de Câncer de Próstata apesar de apresentar maior percentual de realização nas zonas de tipo 3, é o que possui menor participação em todas as zonas, sugerindo que este número baixo de realização não é apenas decorrente de um viés socioeconômico.

A segunda Tabela apresenta o tipo e localização do serviço utilizado para a realização de exames preventivos. Sua leitura indica que, dentre aqueles que realizaram os exames nos serviços do SUS, o atendimento é encontrado predominantemente no próprio município de residência, sendo que majoritariamente no mesmo bairro de residência. Isto sugere que a rede de serviços de atenção básica se encontra bem distribuída dentro dos municípios da região. Quanto à utilização dos serviços por tipo de exame, verifica-se que apenas para a Mamografia e o exame preventivo de Câncer Próstata a utilização de serviços privados supera a utilização de serviços SUS.

es onsá eis or domicí ios urbanos ue uti i am somente ser i o b ico de sa de segundo onas de Vu nerabi idade

onas de Vu nerabi idade	em o a ro imado ara ir a é ao Centro de Sa de mais r imo			ota n
	té minutos	e a minutos	Mais de minutos	
ota				

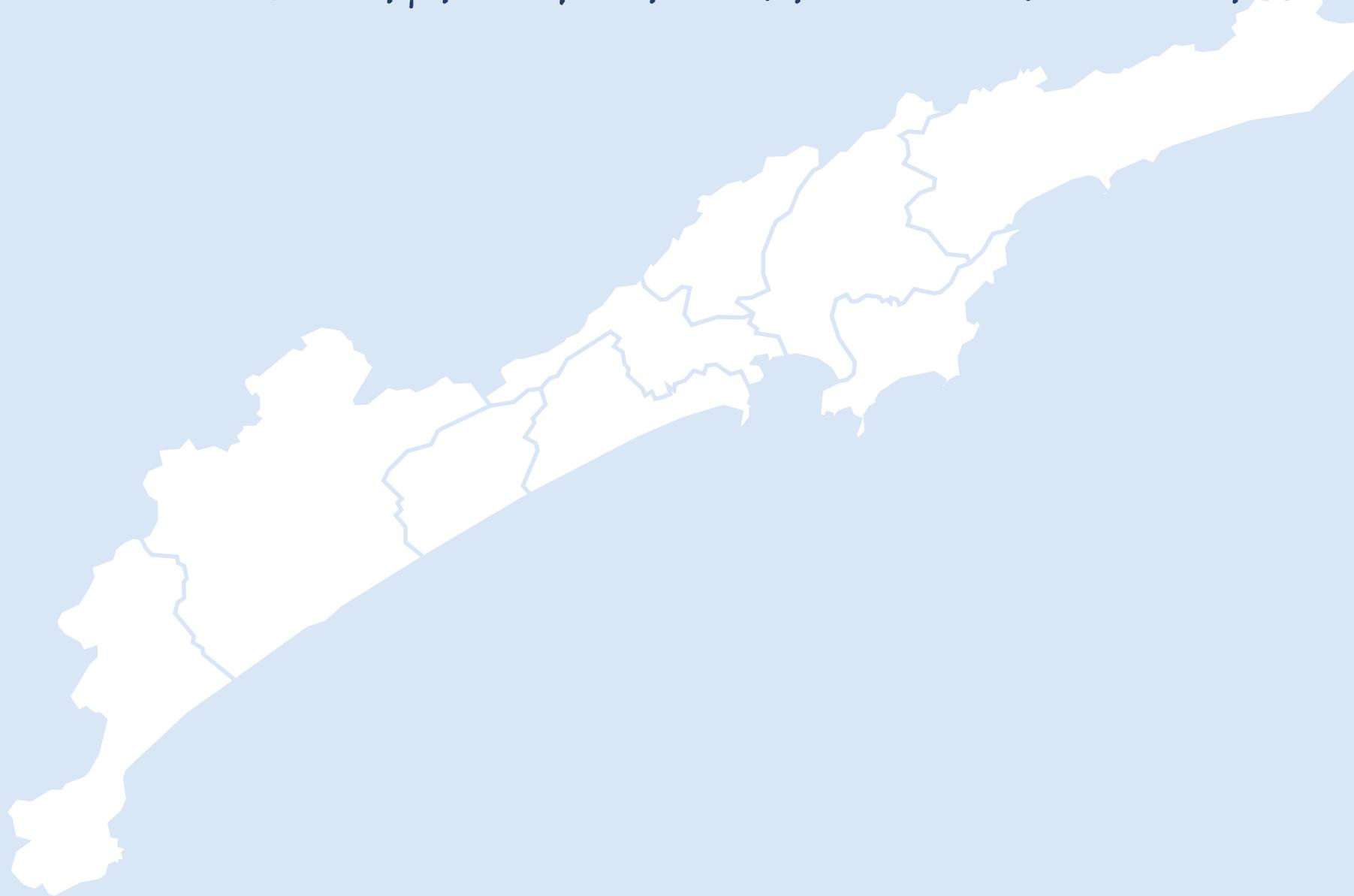
es onsá eis or domicí ios urbanos ue uti i am somente ser i o b ico de sa de or erce ão de di icu dade de acesso segundo onas de Vu nerabi idade



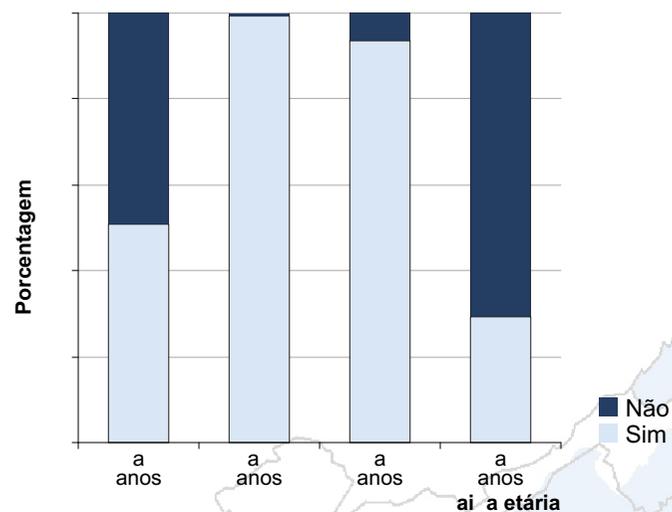
O Gráfico e a Tabela mostram os resultados das informações sobre a percepção da população com relação às facilidades de acesso e obtenção de serviços nos Centros de Saúde. O Gráfico revela que para a maioria dos domicílios cujos moradores só utilizam serviço público, a resposta é positiva: 31,6% dos respondentes afirmam não ter nenhuma dificuldade e 21,2% apenas um pouco. Porém, para a população mais dependente dos serviços públicos, aqueles residentes na zona de vulnerabilidade do tipo 1, os percentuais da resposta "muita dificuldade" é maior, 49,6% contra 30,6% para a população residente na zona do tipo 3.

Quando questionados sobre o tempo aproximado para chegar a pé ao Centro de Saúde mais próximo, as diferenças são menos evidentes, como demonstram os dados da Tabela. Os resultados indicam que as distâncias são um pouco maiores na zona do tipo 1, menos central e com população mais dependente do SUS, onde 55,5% responderam levar mais de 10 minutos para chegar ao Centro de Saúde mais próximo, enquanto que na zona mais central esse percentual é um pouco mais baixo, em torno de 49%. Os resultados sugerem que a dificuldade de obtenção dos serviços públicos não está correlacionada necessariamente, ou unicamente, ao acesso e proximidade física das unidades de atendimento.

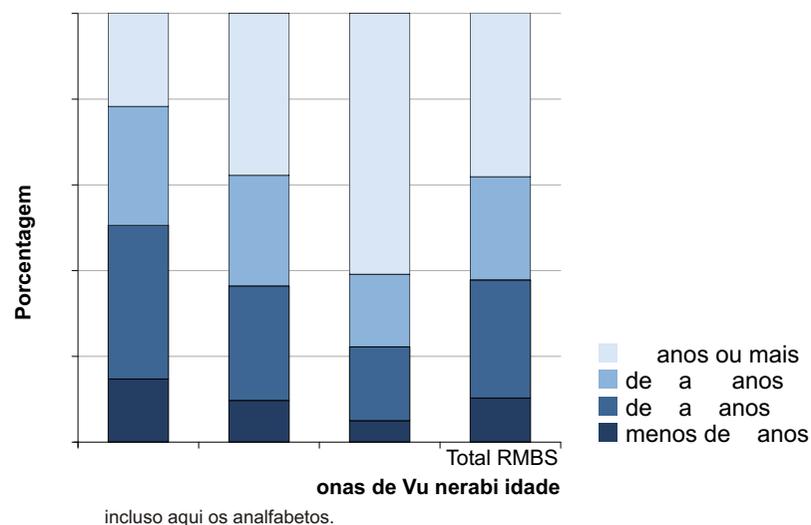
8. Situação educacional e o contexto familiar



Distribuição da população urbana que representa escola ou creche por idade escolar

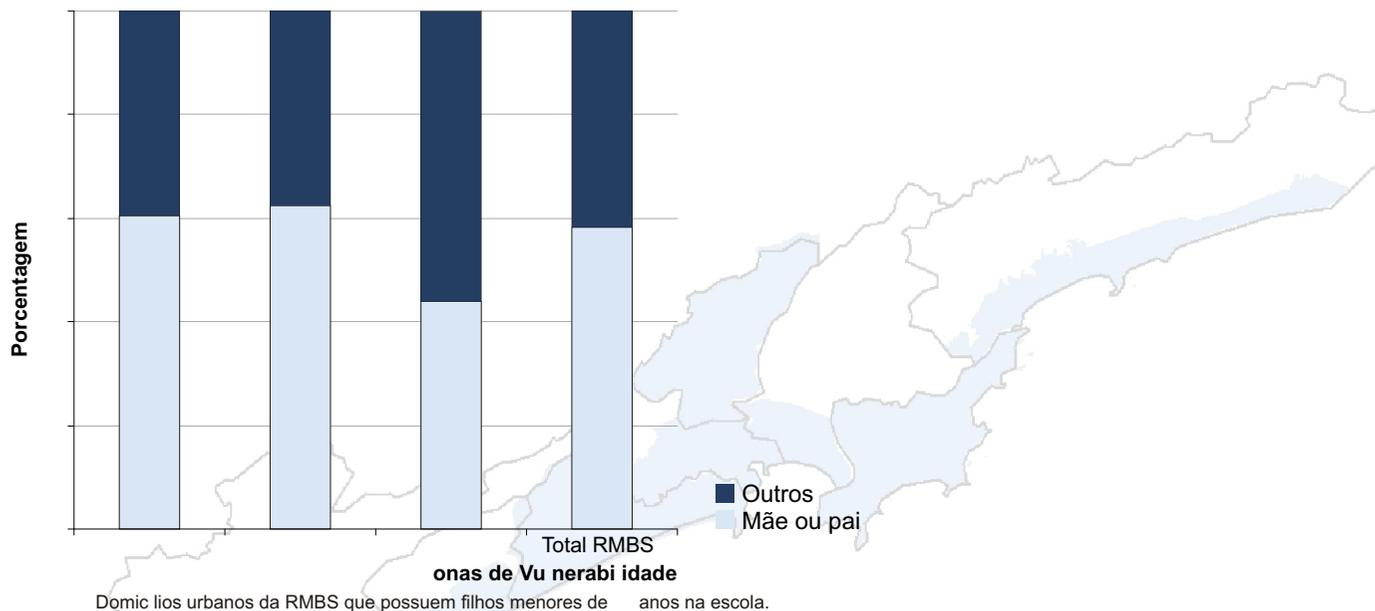


Distribuição da população urbana de 11 anos ou mais por anos de estudo segundo zonas de Vulnerabilidade



A escolaridade da população é uma variável resumida bastante adequada para identificar a condição socioeconômica, pois representa um importante ativo que aumenta a capacidade de enfrentamento da vulnerabilidade social. O primeiro gráfico demonstra que, na RMBS, o acesso a escola é universal, para as crianças e jovens entre 6 e 17 anos, conforme preconiza a legislação. No segundo gráfico é apresentada a escolaridade da população que já ultrapassou a idade escolar obrigatória 6 a 14 anos. Nota-se na distribuição da RMBS que a ZV1 tem a menor proporção de pessoas com 11 anos ou mais de estudo, e que esta proporção de pessoas vai aumentando conforme demonstra a distribuição nas ZV3 e ZV4. Também na ZV1 nota-se a maior proporção de pessoas com menos de 4 anos de estudo, e este percentual vai diminuindo até chegar na ZV3 (população menos vulnerável). Porém, é revelador que a ZV3 tenha 60,7% da população com 11 anos ou mais de estudos, o que contrasta com a ZV1, que tem aproximadamente 50% da sua população com até 7 anos de estudos.

uem cuida dos menores de anos uando não estão na esco a segundo res onsá eis or domicí ios urbanos



Uma parte importante da formação cultural e da socialização de crianças e adolescentes se faz no ambiente escolar. Mas igualmente importantes são os espaços de convivência e aprendizado que estas compartilham com a família numa diversidade de opções que a sociedade oferece tais como cursos, atividades esportivas ou culturais, a convivência no ambiente familiar e no trabalho. Se destacarmos as relações e tempos de convivência de crianças e adolescentes na família, como apresenta a tabela a distribuição não difere muito nas ZVS1 e 2, onde um pouco mais da metade dos menores de 17 anos de idade, na RMBS (60,5% e 62,4% respectivamente), fica sobre os cuidados das mães e/ou dos pais em casa, frente a uma série de outras possibilidades e arranjos (familiares ou não, que foram apresentadas na pesquisa, como: ficar com avós, com irmãos, outros parentes, vizinhos, na escola de tempo integral, com empregadas ou ficar sozinhos). Não obstante, chama atenção a inversão do padrão de respostas na ZV3, onde a maioria (56,1%) dos menores de 17 anos não fica sob os cuidados dos pais no período em que não estão na escola.

es ue os ais rea i am ara acom anhar a ida esco ar dos i hos segundo res onsá eis or domicí ios urbanos ue ossuem i hos no nsino undamenta

Categorias

acom anha a i ão de casa diária ou semana mente

ergunta sobre o ue acontece na esco a sem re

encoraja o i ho a continuar estudando

conhece o diretor da esco a

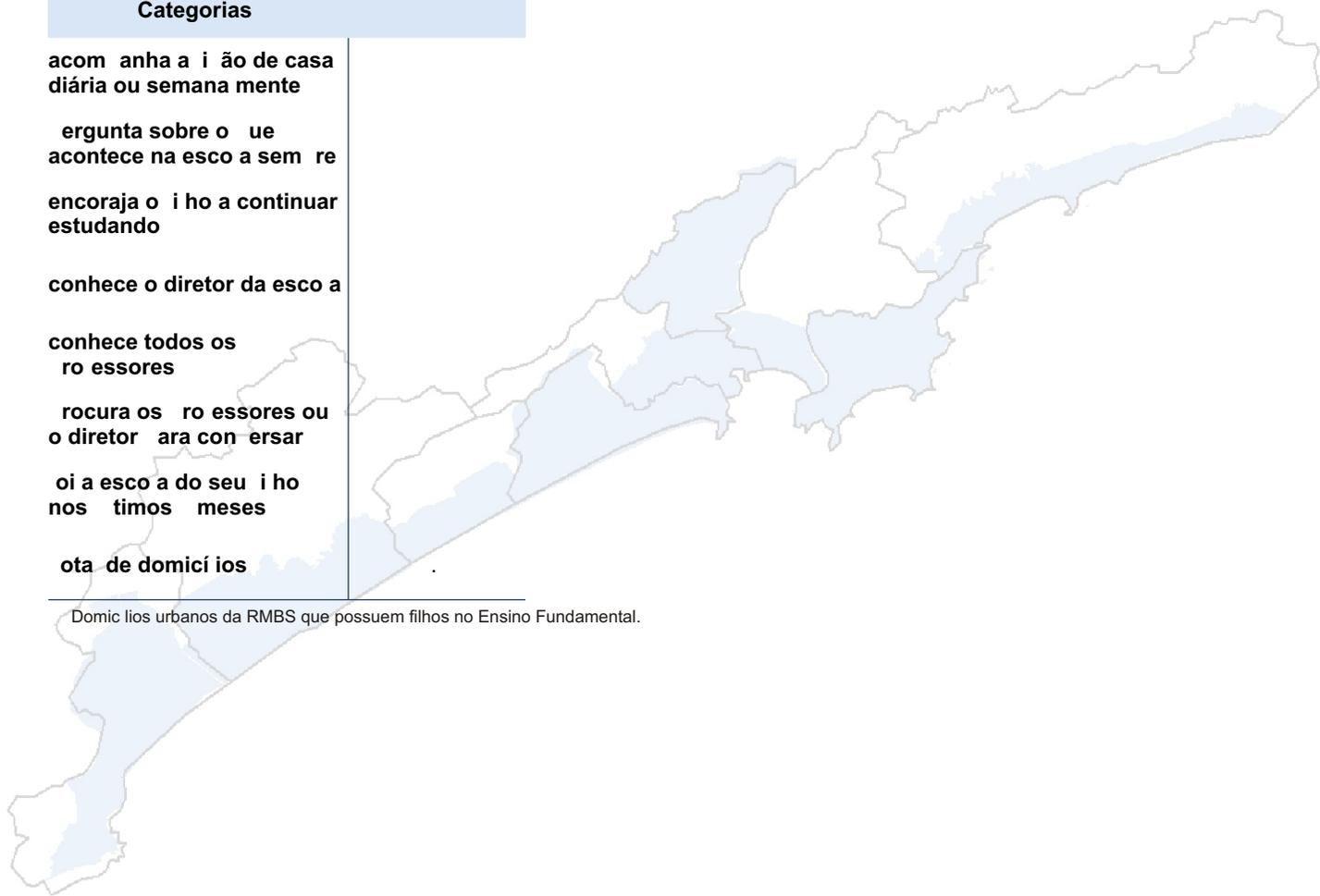
conhece todos os ro ессores

rocura os ro ессores ou o diretor ara con erversar

oi a esco a do seu i ho nos últimos meses

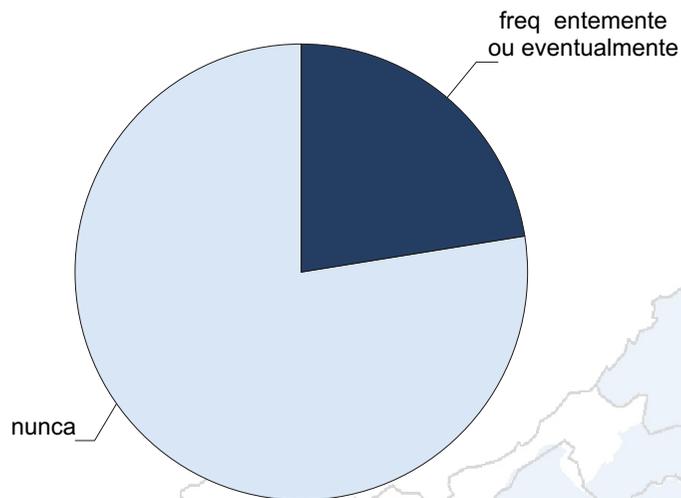
ota de domicí ios

Domicí ios urbanos da RMBS que possuem filhos no Ensino Fundamental.

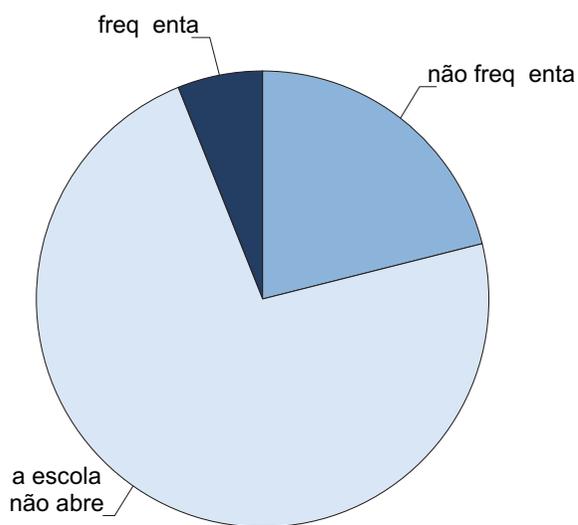


A participação dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos tem sido apontada, em várias pesquisas, e por vários profissionais da Área Pedagógica, como sendo um grande diferencial na busca pela educação de qualidade. Métodos usuais de acompanhamento da vida escolar como verificar a “lição de casa”, ou mesmo perguntar sobre como foi o dia da criança ou do jovem na escola, foram considerados pela presente pesquisa como procedimentos de valorização da educação na vida familiar. As informações obtidas junto aos responsáveis pelos domicílios na RMBS (geralmente mães) indicaram significativos percentuais de respostas positivas no acompanhamento da vida escolar de crianças matriculadas no Ensino Fundamental, em escolas públicas e privadas. Porém apenas 52% responderam conhecer todos os professores das escolas de seus filhos e apenas 46,1% disseram procurar os professores e diretores das escolas para conversar. Estas respostas, em contraste com os 96,6% que afirmaram ter ido à escola dos filhos nos últimos seis meses, pode revelar uma relação distante entre pais e escola na educação das crianças da RMBS, possivelmente se limitando a encontros institucionalizados ou rotineiros (reuniões de pais, festividades, levar o filho a escola etc.).

re ncia com ue ais e i hos ajudam em ati idades na esco a segundo res onsá eis or domicí ios urbanos ue ossuem i ho no nsino undamenta

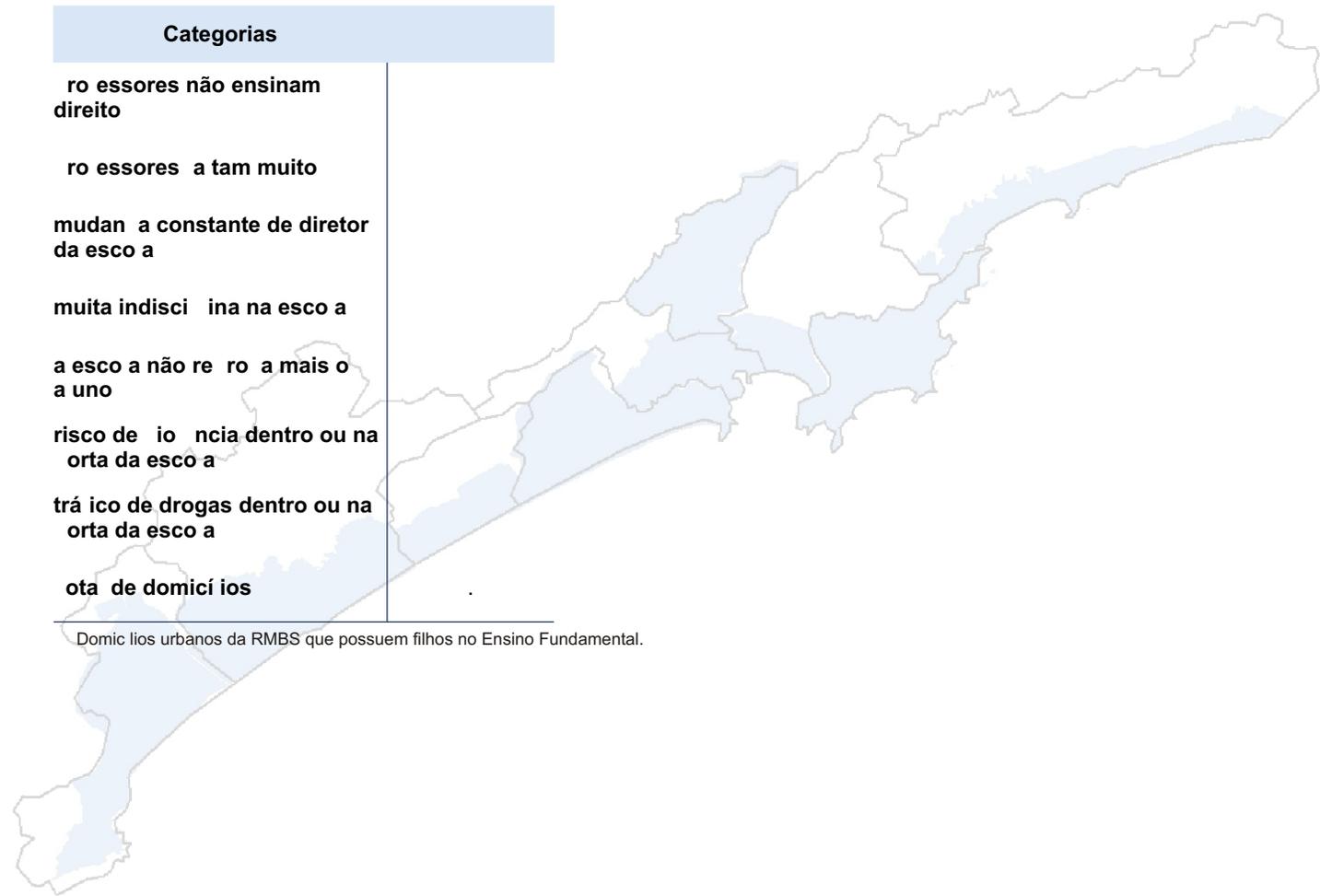


re ncia com ue i hos ão a esco a nos inais de semana segundo res onsá eis or domicí ios urbanos ue ossuem i hos no nsino undamenta



Além da participação dos pais no acompanhamento da vida escolar dos filhos, outro importante foco da relação escola-família na busca pela educação de qualidade, tem sido a possibilidade das escolas receberem pais e estudantes com objetivo de realizar atividades de integração e formação em horários que geralmente não há aulas (período complementar ao horário das aulas ou finais de semana). Os dados da pesquisa apresentados no gráfico ao lado mostram que apenas 22,4% dos pais e estudantes participam freqüentemente ou eventualmente de atividades nas escolas da RMBS, o que reforça a percepção de uma relação distante de pais e escola, apontada no quadro anterior. Outro dado revelador, apresentado no gráfico seguinte, é que 21,1% dos estudantes matriculados no Ensino Fundamental da RMBS não freqüentam as escolas aos finais de semana, e que, 72,9% das escolas da região não abrem aos finais de semana. Isso indica, portanto, que esse distanciamento na relação pais escola pode partir dos lados; ou seja, as escolas também não optaram pela alternativa de abrir as escolas nos finais de semana, como estratégia de integração com as famílias. Os dados de participação das famílias em atividades na escola para a RMBS reforçam as informações de outras questões desta pesquisa que confirmam que as famílias da região não freqüentam muitos espaços de socialização, usando seu tempo livre principalmente em atividades em casa.

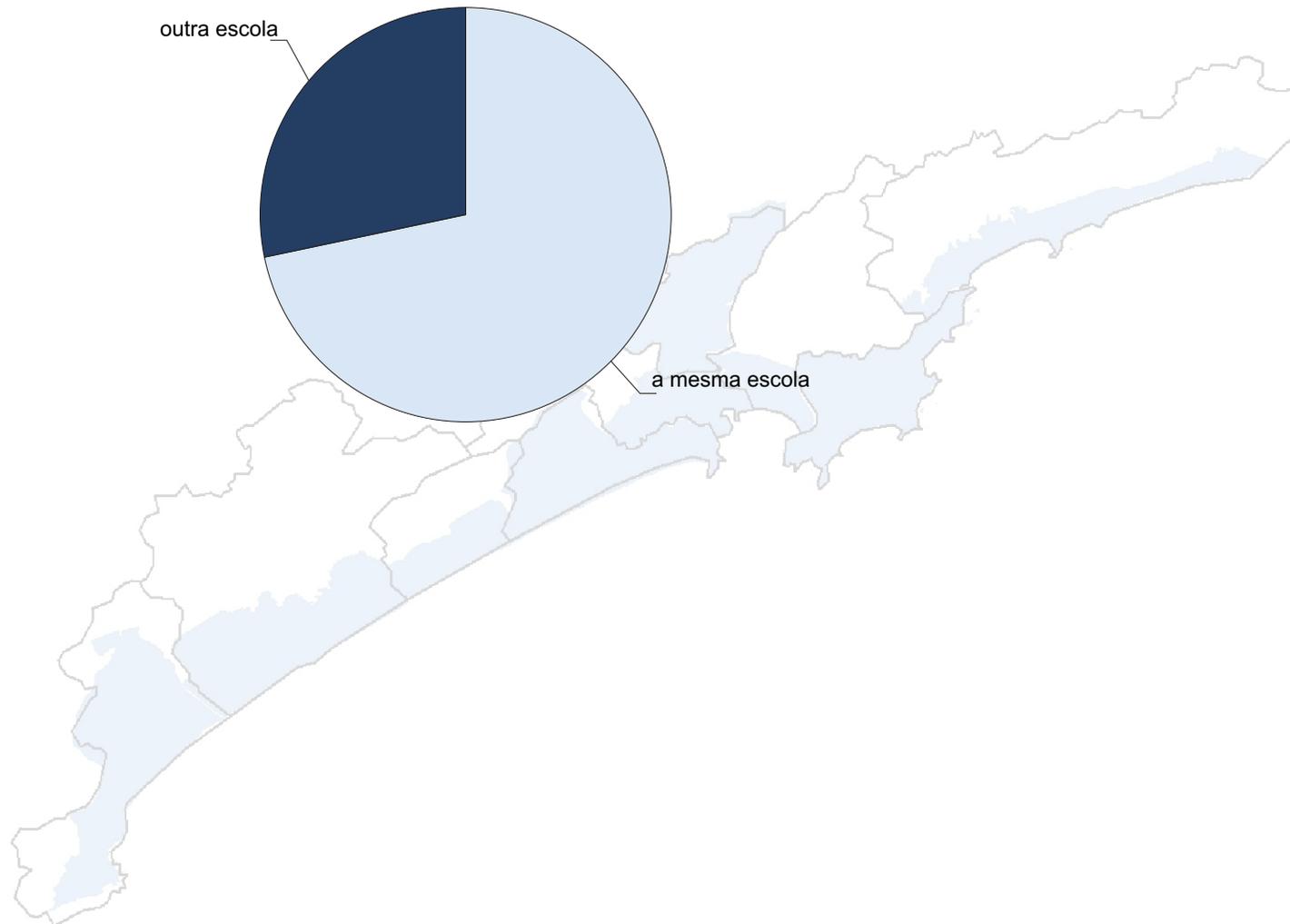
Problemas que os pais reconhecem nas escolas dos seus filhos segundo respostas dos domicílios urbanos que possuem filhos no ensino fundamental



Domicílios urbanos da RMBS que possuem filhos no Ensino Fundamental.

Outro aspecto importante na relação escola-comunidade é a capacidade que os pais desenvolvem de avaliar os serviços prestados pelas escolas. Na pesquisa esta avaliação se revela nas questões sobre a percepção dos pais a respeito de quais problemas podem estar interferindo na ação educacional da escola de seus filhos. Na tabela apresentada ao lado, os responsáveis por domicílios urbanos na RMBS que possuem filhos no Ensino Fundamental, responderam se reconhecem alguns problemas que ocorrem nas escolas dos seus filhos. Dos problemas mais apontados, 19,6% afirmaram que os professores das escolas de seus filhos faltam muito e 22,1% acham um problema a escola não reprovar mais o aluno – o que demonstra um percentual de pais não satisfeitos com o regime de progressão continuada adotado por algumas redes de ensino. Contudo, temos como os problemas mais destacados: violência (35,7%), presença de drogas no interior ou no entorno da escola (38,9%) e indisciplina na escola (36,8%). A incidência do apontamento desses tipos de problemas revela a preocupação com aspectos comportamentais das famílias da RMBS. Tal preocupação contrasta com o problema da qualidade de ensino dos professores, apontado por apenas 12,5% dos respondentes.

Se pudesse escolher a escola do seu filho a senhora escolheria



A escola brasileira, e particularmente a escola pública, passou por grandes transformações a partir da segunda metade do século passado. A universalização do Ensino Fundamental conjugada com o rápido movimento de urbanização e todas as transformações sociais associadas a este movimento (mudanças na organização familiar, a incorporação da mulher no mercado de trabalho, a redução da fecundidade e outros) redefiniram a responsabilidade da escola de formar os cidadãos brasileiros. Desde a universalização do Ensino Fundamental o tema da qualidade da educação escolar tem se constituído a maior preocupação de pais, profissionais da educação e pesquisadores da área. O gráfico ao lado tenta apreender o entendimento da qualidade (compreendido aqui como satisfação) que os pais de estudantes de escolas públicas da RMBS visualizam em relação às escolas que seus filhos estudam. Os pais foram questionados sobre a possibilidade de escolherem outra escola para seu filho estudar e para 71,7% dos informantes a escola escolhida seria a mesma escola pública a qual ele freqüentava no momento da entrevista. O fato de 28,3% dos pais desejarem mudar seus filhos de escola pode estar associado à percepção dos problemas apontados no quadro anterior (como preocupação com a disciplina e a violência), mas pode estar relacionado, também, com outros aspectos apresentados na pesquisa, tais como a disparidade de anos de estudo entre as pessoas das diferentes ZVs, ou ainda, a relação distante entre pais e escola. O resultado desta avaliação da escola pública também nos faz questionar a diferença, de um lado, do olhar especializado dos pesquisadores da área educacional que se valem das pesquisas avaliativas para revelar a precariedade do ensino, e, de outro lado, o olhar dos pais sobre a qualidade do serviço oferecido pelas escolas públicas.